

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

NOEMI DOS REIS CORRÊA

**DESENVOLVIMENTISMO, PROJETO JUÍNA E OS ENAWENE NAWE:
VIOLÊNCIA E REPRESENTAÇÕES DA BRANQUITUDE**

**São Carlos
2021**

NOEMI DOS REIS CORRÊA

**DESENVOLVIMENTISMO, PROJETO JUÍNA E OS ENAWENE NAWE:
VIOLÊNCIA E REPRESENTAÇÕES DA BRANQUITUDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez

**São Carlos
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Noemi dos Reis Corrêa, realizada em 18/01/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

Profa. Dra. Joana da Silva Barros (UNIFESP)

Profa. Dra. Maria Auxiliadora de Almeida Amuda (IFMT)

Prof. Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira (UNEMAT)

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Prof. Dr. Valtter Roberto Silverio (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais (in memoriam), ao meu companheiro, aos meus filhos e familiares pelo incentivo e apoio na conquista de meus objetivos. Ao Marcelo pelo companheirismo, cumplicidade e motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me agraciado com a vida e forças para lutar;

Aos filhos e esposo, por terem suportado minhas ausências, mesmo quando estive presente.

À Universidade de Mato Grosso - UNEMAT, na pessoa do professor Dr. Paulo Alberto Santos Vieira pela articulação e muito trabalho na realização desse Dinter, em conjunto com o Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Instituto Federal de Ensino de Mato Grosso – IFMT.

Ao Instituto Federal de Mato Grosso pela valorização de seus servidores por meio do incentivo a qualificação, consolidando parcerias e buscando oportunidades formativas.

Ao meu companheiro de vida, de sonhos, de objetivos e que sempre foi meu grande motivado, obrigada Marcelo;

Aos meus familiares, irmãos, sobrinhos, aos meus pais (*in memoriam*) por me mostrarem a educação como caminho de transformação social e por sonharem junto comigo.

Ao meu amigo Geraldo Polegatti que me acompanhou mais de perto todas as fases de ânimo e de ansiedade que sofri durante o percurso da escrita, assim como esteve presente na minha vida profissional e pessoal.

Aos amigos que compreenderam minhas ausências e negativas para momentos festivos, porém seguiram apoiando e me motivando a continuar.

Ao orientador, prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez pela sua orientação precisa, tranquila, solidária, pelo incentivo e encorajamento quando estive abatida na saúde.

Às Vikings, mais que um grupo de ciclismo, uma irmandade que me deu apoio e suporte nas minhas horas de fuga e oxigenação do pensamento

À “Alcione” minha bicicleta e companheira de longas jornadas em busca de oxigenação para a mente, energia para o corpo, paz para o espírito e muita superação.

MEU MUITO OBRIGADA!

“Enquanto o Brasil real não assumir, com a devida lucidez e honestidade, sua trajetória indígena e indigenista-antindígena secularmente, na política oficial este país, pluricultural, pluriétnico, plurinacional, não estará em paz com sua consciência, ignorará sua identidade e carregará a maldição de ser oficialmente-etnocida, genocida, suicida.”

D. Pedro Casaldáliga

RESUMO

Nessa pesquisa buscamos compreender os conflitos estabelecidos a partir do projeto desenvolvimentista empreendido pelo Regime militar e suas consequências para o grupo étnico Enawene Nawe em sua relação com os não indígenas que chegaram à região a partir dos anos 1970. Nossa principal hipótese era que este projeto desenvolvimentista foi alicerçado numa violência física e simbólica do Estado sobre os grupos indígenas, esta violência ainda se reproduz nos dias de hoje a partir das representações que os não indígenas construíram sobre os indígenas e sobre sua relação com o “desenvolvimento”. Partimos da compreensão de uma política de expansão e desenvolvimento pautada na exploração e depreciação da vida humana em detrimento do capital, concentramos nossas análises sobre como se deu as relações de Estado e sociedade frente ao contexto histórico datado a partir de 1970. Os conceitos de Gramsci, Bourdieu, Martins, Foucault, Mbembé, Agamben, dentre outros, servem como base para entender como se constituiu uma noção de Estado ampliado, poder simbólico, controle e dominação, biopoder, hegemonia, violência e necropolítica. Possibilitando entender o preconceito institucionalizado contra os indígenas que, infelizmente, carregamos como herança desse processo colonizador, inferiorizando e submetendo esses povos a um processo de desumanização, expropriação de direitos e a naturalização da violência por eles sofrida. A violência simbólica a qual os indígenas são submetidos vem trajada de “verdades” construídas ao longo dos anos numa perspectiva europeizada e etnocêntrica e é utilizada para justificar os demais tipos de violências a que essa população é exposta.

Palavras-chave: desenvolvimento, biopolítica, necropoder, branquitude.

ABSTRACT

In this research we seek to understand the conflicts established from the developmental project undertaken by the military regime and its consequences for the Enawene Nawe ethnic group in its relationship with non-indigenous people who arrived in the region in the 1970s. Our main hypothesis was that this developmental project it was based on physical and symbolic violence by the state over indigenous groups, this violence is still reproduced today from the representations that non-indigenous people have built about indigenous people and their relationship with “development”. We started from the understanding of an expansion and development policy based on the exploitation and depreciation of human life to the detriment of capital, we concentrated our analyzes on how the relations of state and society took place in the historical context dated from 1970. Gramsci's concepts , Bourdieu, Martins, Foucault, Mbembé, Agambem, among others, serve as a basis for understanding how a notion of an expanded state, symbolic power, control and domination, biopower, hegemony, violence and necropolitics was constituted. Making it possible to understand the institutionalized prejudice against the indigenous people that, unfortunately, we carry as a legacy of this colonizing process, making these peoples inferior and subjecting them to a process of dehumanization, expropriation of rights and the naturalization of the violence they suffered. The symbolic violence to which the Indians are subjected comes dressed as “truths” built over the years in a Europeanized and ethnocentric perspective and is used to justify the other types of violence to which this population is exposed.

Keywords: development, biopolitics, necropower, whiteness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
MIA	Missão Indígena Anchieta
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OPAN	Operação Amazônia Nativa
Pe.	Padre
PIN	Projeto de Integração Nacional
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TI	Terra Indígena

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 01 Bloqueio do Povo Enawene Nawe na BR-170
- FIGURA 02- Funeral Genes e Marciano
- FIGURA 03- Mapa da localização de Juína
- FIGURA 04 – Construção da Vila Juína na AR -1 (ARIPUANÃ)
- FIGURA 05 - Planejamento Urbano de Juína – MT - CODEMAT
- FIGURA 06- Compra e venda de diamantes em Juína na década de 1980
- FIGURA 07 Primeiras moradias dos colonos em suas terras
- FIGURA 08 – Chegada de Colonos na Vila Juína
- FIGURA 09 – Foto Aérea de Juína – contexto atual
- FIGURA 10 – Desenvolvimento urbano de Juína
- FIGURA 11- Cultivo de soja e terras indígenas
- FIGURA 12 - Incidência de processos minerários na terra Enawene Nawe
- FIGURA 13– Foto do contato em 29/07/1974
- FIGURA 14 – A organização da Aldeia *Enawene Nawe*
- FIGURA 15 – Território Demarcado e Homologado
- FIGURAS 16 e 17- Fotos dos pioneiros de Juína
- FIGURA 18- Folheto Publicitário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
ENTRE HISTÓRIA DE VIDA E TRAJETOS DA PESQUISA.....	13
1. INTRODUÇÃO	21
1.1– Projeto desenvolvimentista e os conflitos entre Enawene Nawe e os não índios	21
1.2 - Aspectos Teóricos Metodológicos: Representações da Branquitude e Violência como esteio do Desenvolvimento.....	32
1.3 Procedimentos Da Pesquisa	40
1.4 Estrutura do Texto	42
2. PROJETO JUÍNA E O DESENVOLVIMENTISMO NO NOROESTE DE MATO GROSSO.....	44
2.1 Integração de Mato Grosso: Um Projeto Nacional Militar Desenvolvimentista.....	44
2.1.1 – CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do estado de Mato Grosso.....	49
2.2 – Projeto Juína – de Rainha da Floresta a Cidade Polo	52
2.2.1 – Projeto Juína – suas origens	56
2.2 – Contexto Político, Sujeitos, Discursos e Conflitos	66
2. 3 – Projeto Juína- um território e vários interesses econômicos	78
3. AÇÃO INDIGENISTA, VIOLÊNCIA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DE MATO GROSSO	87
3.1 - Colonização e a Ação Indigenista no Mato Grosso	87
3.2 – Desenvolvimentismo, Violência de Estado (Necropoder) e Genocídio da População Indígena	93
3.3 - A História Do Contato entre os Enawene Nawe e os Não Índios	97

3.4– Os Enawene Nawe e suas singularidades	102
3.5 Território Enawene Nawe: demarcação e os primeiros conflitos	106
4. DESENVOLVIMENTO, REPRESENTAÇÕES DA BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE	112
4.1 – Desenvolvimento e Branquitude: debate decolonial	112
4.2 – Representações Raciais do Progresso	117
4.3 - Do cotidiano Juinense ao ciberespaço – A ênfase nos conflitos e a naturalização do preconceito ao indígena.....	122
4.4 – Alguns apontamentos para pensar as “Bases Ideológicas” do Bolsonarismo	129
CONSIDERAÇÕES.....	139
REFERÊNCIAS.....	142

APRESENTAÇÃO

ENTRE HISTÓRIA DE VIDA E TRAJETOS DA PESQUISA

Apenas ao escrever esta apresentação, já na etapa final de conclusão dos 4 anos que durou a pesquisa que dá origem a este texto, é que me dou conta como o tema deste trabalho - que pretende estudar o processo de expansão das “frentes pioneiras” pelo noroeste do estado de Mato Grosso e discutir as representações construídas desde então sobre os índios que ali habitavam - está intimamente entrelaçada com minha própria história e trajetória, sendo eu também uma das “pioneiras” que chegam à região a partir dos programas desenvolvimentistas.

De fato, o transcurso da vida é marcado pelas escolhas, primeiro as escolhas de seus pais, depois suas próprias escolhas, que por consequência também são influenciadas pelas escolhas deles. É interessante fazer o exercício de revitalização das memórias, buscar no próprio percurso um sentido para os rumos que a vida tomou e para as escolhas do passado, do presente e futuro, assim como as motivações de cada uma.

Minha família foi uma das muitas que migraram do oeste do Paraná para Mato Grosso durante o período desenvolvimentista brasileiro. Na década de 1960 meus pais, com a família recém-constituída, ambos criados na zona rural e herdeiros do ofício da agricultura fizeram o percurso de muitos brasileiros em busca de um pedaço de chão para o sustento da família. Motivados pelo objetivo de viver da terra, venderam a o que possuíam no Espírito Santo e se deslocaram para o Paraná, vivendo por um período no município de Terra Roxa¹, posteriormente se mudaram para São Jorge do Ivaí e depois para Aparecidinha, mais tarde denominada Capitão Leônidas Marques.

Esses deslocamentos ocorreram motivados pela promessa de adquirirem mais terras, sendo possível agregar a todos da família. Pois, a família era

¹ Os municípios de Terra Roxa, São Jorge do Ivaí e Capitão Leônidas Marques estão localizados na região sudoeste do estado do Paraná

numerosa e agregava avós, tios, tias e primos. Todos almejavam se estabelecer e necessitavam de terra para produzir. Em Capitão Leônidas Marques, a família de meu pai recebeu do governo federal um pedaço de terra de aproximadamente vinte alqueires em um assentamento na gleba Hortelã, ali se estabeleceram meus pais, os irmãos de meu pai com suas famílias e meus avós paternos.

Em *Capitão*, meu pai e seus irmãos já estavam estabelecidos na terra, porém enfrentavam muitas dificuldades. Em sua maioria, os problemas eram comuns a todos os moradores da região, como a má distribuição das terras resultantes do deslocamento massivo de outras regiões do país para o oeste paranaense, a falta de estrutura para atendimento de saúde e educação, problemas para geração de renda, o frio e a geada, entre outras situações que dificultavam a permanência da população que ali vivia.

Consigno recordar das histórias que ouvi de meus pais, avós e até mesmo dos irmãos mais velhos sobre as dificuldades para o acesso à saúde e da falta de estrutura para atender a educação das crianças que ali moravam. Os deslocamentos para as cidades vizinhas eram feitos a cavalo, de bicicleta ou a pé. Desmotivados pelos problemas ali vividos, e incentivados pelos programas de desenvolvimento brasileiro, meus pais e meus tios foram impulsionados a vender o pouco que haviam conquistado em *Capitão* para buscar uma maior porção de terra para a família, período em que os Estados de Rondônia e Mato Grosso estavam em franco processo de “colonização”.

De acordo com o Estatuto da Terra/1964, colonização é definida como toda atividade oficial e particular destinada a promover o aproveitamento da terra (SOUZA, 2004, p. 115). Em Mato Grosso, os projetos de colonização tinham como objetivo minimizar os conflitos agrários nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, ocupar os territórios considerados “vazios” com a expansão dos modelos de cultivo vigentes nas regiões consideradas mais desenvolvidas.

Motivados pela conquista de terras produtivas levado ao Sul pelas propagandas das colonizadoras, em fevereiro de 1979 meus pais e outros familiares embarcaram suas mudanças nos caminhões e se deslocaram para Mato Grosso, tinham como intenção chegar até Rondônia. A viagem seria longa, muitos mantimentos preparados, leite para as crianças, eu entre elas, com apenas seis meses de vida, sendo embalada no colo para não sentir tanto o efeito das dificuldades enfrentadas no caminho até o destino. Porém, ao chegar

a Tangará da Serra, em Mato Grosso, os recursos financeiros, os mantimentos e até mesmo o cansaço impediram de prosseguir a viagem.

Durante os primeiros anos em Tangará da Serra meus pais e os demais familiares se dividiram em um pequeno pedaço de terra que conseguiram adquirir, outros familiares optaram por se instalar na zona urbana. Nesse período, o “projeto de colonização” já estava em fase de consolidação e poucas terras estavam disponíveis, o valor também não era atrativo.

Moramos durante 15 anos em Tangará da Serra. Nesse período, meus pais acabaram vendendo a terra adquirida e se instalando na cidade, pois os filhos vinham enfrentando dificuldades para ter acesso à escola. Eu não senti tais dificuldades porque ainda não estava na idade de escolarização. Quando iniciei os estudos meus pais já residiam na zona urbana.

Foram muitas dificuldades para a família se adaptar a um novo modelo de vida, meus pais sabiam trabalhar com a terra, eram agricultores. Para dar conta de manter a família meu pai conseguiu um contrato como vigilante no posto de saúde regional e minha mãe e irmãs mais crescidas trabalhavam como empregadas domésticas. Com muito esforço meus pais mantiveram na escola os filhos enquanto conseguiram. Alguns não suportaram as dificuldades para conciliar trabalho e escola e desistiram no meio do caminho.

Nesse período, ainda havia regiões de Mato Grosso em processos de expansão. Foi quando em 1994, mais uma vez, em busca da tão sonhada terra, meus pais migraram para o município de Brasnorte, onde meu pai e meus irmãos conseguiram adquirir terras em um assentamento do INCRA, na Gleba Tibagi, localizada a aproximadamente 50 km da cidade.

Entre as dificuldades enfrentadas pela minha família, assim como todas as outras, estava a questão educacional. Em 1994, eu já estava adentrando a escola secundária e em Brasnorte as possibilidades de estudo eram limitadas, senti o impacto dessa escolha diretamente no meu processo de escolarização. Por outro lado, o sonho de meu pai em ter um pedaço de terra no qual todos os filhos pudessem se estabelecer se tornou possível.

Infelizmente, o sonho dourado da terra produtiva estava longe de ser real, pois apesar de conseguir ter acesso à terra, essas não eram produtivas para a agricultura e muitos optaram pela pecuária e o gado leiteiro, assim como meu

pai. Nesse período, foi quando desloquei da família e de sua ligação com busca pela terra, por meio do casamento, aos dezesseis anos de idade.

Ainda assim, durante um bom tempo, meu pai buscou imprimir o seu amor pela terra no coração dos filhos e genros, tudo acabou perdendo o sentido quando em 2005 ele veio a óbito em uma derrubada de madeira, no projeto de manejo que havia nas suas terras. Ali se eternizou a sua luta, a sua paixão pela terra. Quanto a mim, restou dor e saudade, o amor e o respeito pela terra ficaram na memória e nos ensinamentos que ele transmitiu.

Mesmo não estando ao lado de meu pai, na sua paixão pela terra, ambos buscamos incentivar um ao outro. Foi ele quem despertou em mim a paixão pelos estudos e pela vida acadêmica, meu companheiro foi e é quem sempre comprou meus projetos de estudo. Apenas três dos oito filhos de meu pai conseguiram chegar ao nível superior, somente eu mantive a busca alcançando a pós-graduação. Descobri no estudo uma forma de resistência e de luta para superar tantas dificuldades vivenciadas pela família, que migrou tantas vezes, na esperança do eldorado mítico.

Minha trajetória acadêmica iniciou em 2002 no curso de Letras/Espanhol na Universidade Estadual de Mato Grosso, concluído em 2006. Nesse período ainda residia em Brasnorte e tinha que viajar longas distâncias e períodos longe da família para conseguir formação. O campo de trabalho no município de Brasnorte era muito restrito para mim e para meu marido, então começamos a nos programar para buscar melhores oportunidades fora dali, foi então a motivação que nos trouxe a Juína-MT, melhores oportunidades no mundo do trabalho.

De fato, para ambos Juína se tornou um lugar de crescimento. Trabalhei na educação nas redes municipal e estadual, posteriormente, com a aprovação na rede federal, passei a trabalhar no Instituto Federal de Mato Grosso, campus Juína.

Durante os últimos dez anos em Juína, busquei cursos de capacitação visando o crescimento profissional. Em 2008 com a especialização em Mídias e Tecnologias para a Educação, depois o mestrado em Ambiente e Desenvolvimento e atualmente o Doutorado em Sociologia pela UFSCar. Esse percurso foi sobremaneira um período turbulento, porém com muitas conquistas e aprendizados.

Ao acionar a memória para recompor esse quadro de minha vida foi possível perceber o quanto minha trajetória tem relação com o projeto de desenvolvimento em Mato Grosso. A minha formação pessoal e a escolarização também foram marcadas pelas oportunidades ou faltas destas nos projetos de urbanização e infraestrutura das cidades que morei, assim como influenciou minha trajetória, influenciou a vida de muitos homens e mulheres que se deslocaram do Sul e do Sudeste para conquistar um pedaço de terra em Mato Grosso.

Por outro lado, desde a infância acompanhava o trabalho de meu pai como integrante da equipe de saúde que atendia as aldeias indígenas na região de Tangará da Serra. Adorava ouvir seus relatos quando voltava das excursões de trabalho junto aos povos Nambikwara e Parecis. Ele sempre trazia colares, pulseiras e adereços recebidos em agradecimento a visita deles nas aldeias. Cresci ouvindo sobre as limitações que eram impostas a esses povos e as dificuldades que enfrentavam nas relações com a sociedade não indígena.

Ao ingressar no universo da docência também convivi com a realidade dos indígenas que vinham para a cidade em busca de estudos para seus filhos. Nesse período inicial, eu trabalhava com anos iniciais na rede municipal de Brasnorte, onde pude ter contato com alunos da etnia Mykys e Irantxe².

Já em 2009, morando em Juína e trabalhando na rede estadual de ensino, tive possibilidade de conhecer e trabalhar com colegas professores indígenas. Por meio desse relacionamento de trabalho foi que surgiu o interesse acadêmico por estudos da sociedade e da cultura indígena.

Em 2011, ainda residindo em Juína, trabalhando na rede federal recebi vários desafios para crescer profissionalmente. Foi então, que iniciei a busca pela pós-graduação, partindo então da temática dos povos indígenas, suas lutas pela terra e os conflitos que encaravam, culminando na pesquisa acerca dos primeiros contatos do povo Enawene Nawe com a população não indígena.

Nos anos de 2013 a 2015 desenvolvi a pesquisa do mestrado a partir da singularidade regional de Mato Grosso. O estudo teve como foco os contatos

² Os indígenas do povo Myky e Irantxe localizam-se em duas Terras Indígenas no oeste do estado de Mato Grosso, ambas pertencentes ao município de Brasnorte: a TI Irantxe, na região do rio Cravari, e a TI Myky, às margens do rio Papagaio. Ambos os grupos sofreram muitas perdas durante o processo colonizador, o que os levou a unir-se como forma de resistência.

interétnicos vivenciados pelo povo Enawene Nawe na década de 1970 e 1980, no alto da bacia hidrográfica do rio Juruena.

Analisei os elementos históricos e culturais entre as Coletividades Enawene Nawe e a sociedade não indígena, assim como as alianças e conflitos vivenciados com os grupos indígenas Nambikwára, Cinta Larga e Rikbáktsa. Os resultados apresentaram um histórico dos Enawene Nawe, seus elementos socioculturais, território, os impactos dos contatos interétnicos e as ressignificações culturais e simbólicas vividas por esse povo.

Ainda em 2015, ao finalizar o mestrado busquei a seletiva de doutorado seguindo a linha de pesquisa com temática voltada para as questões ligadas aos povos indígenas. Em um primeiro momento, o projeto tinha como objetivo evidenciar a relação cosmológica existente entre povo indígena Enawene Nawe e o espaço socioambiental existente na Bacia Hidrográfica do rio Juruena, considerando seu universo mítico, ancestralidade e o processo histórico nesse território. Por outro lado, pretendia-se também abordar aspectos socioambientais e territoriais vivenciados pela etnia a partir de encontros e desencontros com outros povos indígenas, a sociedade nacional e o processo migratório do povo Enawene Nawe na bacia hidrográfica do alto rio Juruena.

A partir das leituras, das disciplinas do programa de Doutorado em Sociologia pela UFscar o trajeto da pesquisa sofreu alterações, ganhando um sentido mais voltado para os conflitos sociais. Primeiro pensamos em descrever os elementos que compõem a história indígena local, partindo do processo colonizador e suas memórias para os dias atuais com enfoque nas relações interétnicas entre o povo Enawene Nawe, os demais povos indígenas e a sociedade envolvente. Por conseguinte, a pesquisa ganha o objetivo de evidenciar os aspectos conflituosos existentes na relação entre o povo indígena Enawene Nawe e a população envolvente do município de Juína.

Ainda seguindo o percurso do nosso trabalho nos deparamos com alguns aspectos após o processo de qualificação que foram determinantes para redirecionar o foco das discussões que pretendíamos fazer. Entre tais aspectos está o entrelaçamento da minha trajetória com a pesquisa, desde os deslocamentos da região Sul do país para o Mato Grosso, as vivências e experiências educacionais, a inserção nesse universo como sujeito da pesquisa, de modo consciente e intencional.

Portanto, dimensionamos os esforços para entender as proporções que o projeto desenvolvimentista militar influenciou na constituição do Projeto Juína e na consolidação do que hoje é o município de Juína. Como tem sido as relações sociais entre os diferentes sujeitos que compõem a sociedade juinense e quanto de influência dos moldes da cidade há nos modos de vida dessa população.

É possível perceber o reflexo desse período desenvolvimentista militar na memória local a partir dos discursos saudosistas de tempos de progresso e desenvolvimento econômico, tempos de expansão territorial e de ampla exploração dos recursos naturais encontrados no território.

Por outro lado, também é evidente a construção preconceituosa da figura do indígena no imaginário social e a desvalorização dos modos de vida e da cultura desses povos. Construção essa que atende aos objetivos de dominação e exploração dos territórios, seguido pelos motes “é muita terra pra pouco índio”³, “terra pra quê, se não plantam”, “índio é tudo preguiçoso”, são discursos corriqueiros e que são utilizados para justificar a expansão das fronteiras agrícolas.

Nesse sentido, buscamos nesse trabalho percorrer o processo histórico de ocupação de Juína numa perspectiva em que denuncia a violência e dominação sofrida pelos povos originários por meio do projeto desenvolvimentista. Violência que segue sendo reproduzida ainda nos dias atuais a partir de representações construídas por esse processo colonizador branco, em que trata o indígena como atraso e o colono branco como empreendedor do progresso.

Importa a mim, enquanto pesquisadora, destacar que ser branca, de origem europeia, filha de colonos brancos, participe dos movimentos desenvolvimentistas como a Marcha para Oeste, no Estado do Paraná e depois Mato Grosso, foi uma tomada de consciência do quanto essa condição racial me privilegiou. Menciono a branquitude como uma condição de privilégio pois, durante o processo migratório vivenciado pela minha família no contexto desenvolvimentista não estivemos expostos aos mesmos riscos em que as populações negras ou indígenas. Ser “branca” favoreceu condições de

³ O termo índio aqui é utilizado para descrever os discursos reproduzidos socialmente de maneira pejorativa quanto à figura do indígena.

sobrevivência, o acesso a espaços sociais, a não exposição a preconceitos e a necropolítica a que as populações negras, indígenas e quilombolas foram expostas. Assim, falar sobre o desenvolvimentismo na perspectiva da branquitude é reconhecer a construção histórica e social dos preconceitos no âmbito nacional, regional e local, é também uma forma de revelar a face perversa dessa história que é sempre contada a partir de feitos extraordinários executados por homens brancos.

1. INTRODUÇÃO

1.1– Projeto desenvolvimentista e os conflitos entre Enawene Nawe e os não índios

O projeto desenvolvimentista do noroeste mato-grossense a partir da década de 1964 teve como objetivo oficial e declarado pelo governo integrar essa região ao restante do país promovendo desenvolvimento econômico e a ocupação dos territórios.

De modo geral, os programas de colonização trabalharam em uma perspectiva política e econômica que imprimiu a tônica para as próximas décadas, tanto para a população indígena que já habitava nesses lócus, quanto para aquelas que migrariam para esse espaço. Essa tônica partiu de um projeto que vislumbrava o avanço do capital, das formas de exploração dos recursos naturais, da cultura e da lógica de uma sociedade pautada nos modelos de desenvolvimento europeizados, contrapondo-se as lógicas sociais e culturais das populações indígenas que habitavam a região.

Entre os vários projetos de colonização de Mato Grosso⁴, o Projeto Juína foi construído durante o período da ditadura militar e tinha como objetivo declarado manter a ordem e a segurança nacional a partir da ocupação do seu vasto território, buscou ampliar a fronteira agrícola, levando a lógica do capital a estas regiões do país.

Rico em recursos naturais, a exploração desse território proporcionou a reorganização capitalista da região, a ampliação das áreas destinadas a grande propriedade produtora de *commodities*, e que 30 anos depois teve forte papel no “crescimento econômico da região” e do país⁵.

⁴ A colonização dirigida ou oficial realizou uma contrarreforma agrária, a ditadura militar optou por um modelo econômico político concentrador e excludente ao privilegiar o avanço do capitalismo na indústria e na agricultura. Nesse cenário, não cabia a realização de uma reforma agrária (SOARES, p.49, 2020). No decorrer do texto aprofundaremos as discussões sobre o processo colonizador vivenciado no Mato Grosso a partir do período militar.

⁵ De certo modo, não teria havido o nível de crescimento econômico na primeira década deste século, que inclusive permitiu o Lulismo (SINGER,2012), sem a produção de commodities desta região.

Porém, para executar o projeto em sua essência, era preciso encontrar/construir a figura de colono, forte e desbravador, que não temeria arriscar suas economias e a saúde, para empreender e gerar riqueza, para si e para a nação.

De modo de vida e objetivos distintos para o uso e exploração dos recursos naturais, o homem branco, sulista, empreendedor e com foco na acumulação do capital é a figura idealizada para constituir a sociedade juinense, bem como para conduzi-la ao sucesso. Por outro lado, figuras consideradas não aptas, pouco capazes de gerar riquezas, sem dinheiro para investir na aquisição de terras, serviriam apenas para o trabalho braçal, enquanto os indígenas, apagados inicialmente no processo, desconsiderados como contingente populacional seriam um empecilho para o desenvolvimento, pois ocupavam uma vasta área do território colonizado.

A ideia de um espaço vazio garantia a segurança e o sucesso do investimento ao colono. Porém, desde o início do Projeto Juína e da expansão dos empreendimentos econômicos que se instalaram na região, os interesses e modos de vida foram conflitantes com os povos indígenas que habitavam a região, causando para a colonizadora muitos problemas.

O registro documental do Projeto Juína traz as marcas discursivas de uma política nacional baseada no regime autoritário da Ditadura Militar que endossava a prática de ocupação da fronteira amazônica com o objetivo desenvolvimentista. Para conseguir atingir tais objetivos, os agentes do desenvolvimento teriam ordenação para excluir, apagar, silenciar e para isso usaram todos os meios de dominação e violência, simbólica e não simbólica.

Ao fazermos uma análise sobre o Projeto Juína e os processos de construção social que ele apresenta, é possível identificar a consolidação de um discurso ideológico, etnocêntrico, hostil e violento nas representações sociais. Esse discurso encontra-se naturalizado de que o indígena que não se adaptou à cultura capitalista ou que não domina os códigos da sociedade não indígena. Que significam atraso, empecilho, selvageria e falta civilidade. Por outro lado, a representação da figura do bom selvagem, dócil, civil e disposto a abrir mão de tudo em prol do homem branco, muito comum na literatura indigenista brasileira de José de Alencar, também é uma figura presente nos discursos.

Na perspectiva de uma parte da sociedade juinense, o povo indígena Enawene Nawe se encontra caracterizado como a figura do indígena não adaptado aos costumes e a cultura do não indígena, isso tem se tornado a base para os conflitos sociais seguidos de confrontos violentos.

Essa visão etnocêntrica que considera como modelo ideal a conduta social pautada nos moldes do mundo do não indígena, fica evidente nos discursos emitidos em redes sociais e no cotidiano da cidade, fomentando a construção de uma figura negativa não apenas do povo indígena Enawene Nawe, mas do indígena de modo geral.

Se por um lado temos as representações sociais que foram construídas no processo de colonização e influenciadas pela ditadura militar e seu viés ideológico, por outro lado devemos pensar que esse projeto colonizador ainda está em pleno desenvolvimento.

Mesmo com o fim do regime militar em 1985, com várias interrupções na construção da infraestrutura do Projeto Juína, com as influências políticas democráticas, o que se tem é a clareza que a cidade ainda vive uma fase do projeto colonizador, a fase da consolidação do desenvolvimento econômico e social e da integração as demais localidades. Portanto, a violência intrínseca a esta colonização e “acumulação primitiva”⁶ foi e ainda é explícita e não disfarçada na sociedade juinense.

Os territórios indígenas são grandes reservas de recursos naturais, isso é evidente nos estudos e análises desses territórios. Há uma pressão capitalista crescente para que essas reservas sejam liberadas para a exploração, em algumas regiões de Mato Grosso já há exploração do cerrado com grandes áreas de plantio. Aos indígenas cabe uma falsa noção de autonomia sob esse processo. No entanto, sabemos que é mais uma forma de controle e manipulação de acordo com os interesses do capital.

Sobre o processo colonizador e suas fases iniciais, como a construção de um projeto de cidade no meio da floresta amazônica, a exploração dos recursos naturais, a expropriação de territórios e toda violência vivenciada nesse percurso são questões postas, vividas e que se encontram registradas na memória, mas

⁶ A acumulação trata-se de um processo de acumulação por espoliação, aliando o poder econômico e do Estado, de modo direto pelos incentivos ou subsídios, ou indireto pela omissão frente em a expropriação de direitos e violência. (Luxemburgo, 1970).

não na história contada oficialmente. Ainda falta a integração física nas áreas de transporte, comunicação e modernização, mas principalmente, falta o reconhecimento das alteridades, afastando das relações sociais os estereótipos criados e a continuação desses processos autoritários e inadequados as populações indígenas de Juína e da região.

Dois casos recentes são significativos para explicar como tem sido a relação entre os indígenas do povo Enawene Nawe⁷ e a população em Juína. Em ambos os casos o conflito foi exacerbado e mostra as complexas relações e discursos existentes na região.

O primeiro caso iniciou-se com o bloqueio da BR -170 na ponte do rio Juruena, em 26 de outubro de 2015. Um grupo de aproximadamente 200 indígenas Enawene Nawe bloqueou a circulação de veículos na BR-170 reivindicando por melhorias no acesso a aldeia, por mais saúde e condições de atendimento ao seu povo. Com o bloqueio, os Enawene Nawe estabeleceram a cobrança de pedágio de cinquenta reais para motocicleta e cem reais para carros. Tinham com isso o objetivo de chamar a atenção do poder público e possibilitar o atendimento emergencial das necessidades do seu povo. A estrada pela qual reivindicavam melhorias dá acesso à comunidade, havia sido aberta, mas sem as manutenções necessárias, não possibilitava trafegar e as cobranças ao poder público vinham se arrastando há quase um ano. A outra forma de acesso à aldeia é feita pelo rio Juruena, consome grande quantidade de combustível para abastecimento dos motores de popa e torna-se difícil deslocar um grupo maior.

⁷ O nome da etnia aparece grafado de várias formas nas literaturas e documentos. No entanto, nesse trabalho, tomaremos como base a grafia utilizada pelo grupo em documentos e cartas que foram apresentados por Zorthea (2006) sobre a Escrita Alfabética entre os Enawene Nawe.

FIGURA 01 Bloqueio do Povo Enawene Nawe na BR-170



Fonte: Marcelo Guedes – Metropolitana FM (25/10/2015)

De fato, esse recurso utilizado pelos Enawene Nawe para atrair resultados para suas reivindicações já vinha acontecendo com frequência, o que demonstrava a negligência do poder público, tanto com a população indígena, quanto com o não indígena.

Diante da inoperância do poder público, instalou-se um clima de revolta e tensão entre a população de Juína, Brasnorte, caminhoneiros e fazendeiros que, revoltados com os indígenas, decidiram fazer um boicote ao bloqueio, nas saídas de Juína e de Brasnorte. Com isso, isolados no seu manifesto na ponte do rio Juruena um grupo dos Enawene Nawe se deslocou até Brasnorte para buscar suprimentos, o que resultou em um confronto direto com o grupo de populares e caminhoneiros, houve disparos de armas de fogo de um lado e flechas do outro.

Durante este sábado, os Enawene cobravam pedágio no lado de Juína da ponte. A ação visava angariar fundos para melhorias na estrada que dá acesso à aldeia do povo (na foto). Há mais de um ano os indígenas reivindicam junto ao Poder Público o restauro da via com cascalhos, sem qualquer providência – os Enawene Nawe (sic) mantêm apenas uma aldeia, com grandes malocas tradicionais, e por necessidades da comunidade se deslocam com frequência pela terra indígena, tanto pelos rios quanto pela estrada. O pedágio foi também uma forma de

protesto encontrada pelos Enawene para chamar a atenção da sociedade ao descaso das autoridades públicas.

A violência dos caminhoneiros e fazendeiros, ligados ao plantio de soja, entre outros monocultivos, e à retirada de madeira das terras indígenas locais, despertou a revolta entre os Enawene. Informações apuradas junto aos indígenas dão conta de que 400 deles saíram da aldeia em direção à cidade de Brasnorte. Por conta disso, forças policiais civis e militares de toda a região já estão no município. (Comissão da Pastoral da Terra, Enawene Nawe baleado durante ataque de caminhoneiros e fazendeiros em Brasnorte - MT, 26/10/2015)

A Pastoral da Terra lançou a notícia e destacou o clima de revanche com relação aos indígenas. Os jornais locais, estaduais e nacionais também noticiaram o fato, o enfoque, no entanto, foi na cobrança do pedágio.

Um índio da etnia Enawene Nawe e um morador ficaram feridos durante um confronto entre indígenas e moradores neste sábado (24) na MT-170, em Brasnorte, a 580 km de Cuiabá. De acordo com a Polícia Militar e a Polícia Civil, de um lado, um grupo de indígenas fazia cobrança de R\$ 100 sobre a ponte do Rio Juruena, entre Juína (a 737 km da capital) e Brasnorte. Do outro lado, já na saída de Brasnorte, um grupo de moradores e caminhoneiros se reuniu e bloqueou a rodovia como forma de protesto ao pedágio feito pelos índios. Os moradores alegaram à polícia que o pedágio estava afetando as duas cidades. (G1-Noticias Mato Grosso, Índio é baleado no peito e morador leva flechada após confronto em MT.25/10/2015)

A perspectiva dos fatos apresentados pelos veículos de comunicação dá enfoques diferentes e demonstram os posicionamentos das instituições que representam e de seus atores sociais. Essa reelaboração nos modos de reivindicar movimentou a estrutura das relações desses dois mundos, o mundo do índio e do branco.

Outro fato que também ganhou destaque nas páginas da mídia nacional e teve grande impacto nas relações sociais entre os indígenas e não indígenas em Juína foi a morte de dois jovens no pedágio da BR-174, que liga Juína-MT a Vilhena-RO.

O pedágio dos Enawene Nawe na BR-174 passou a ser instalado em abril de 2014, com a reabertura da rodovia ligando Juína a Vilhena. Desde então tem sido questionado por populares, por instituições privadas e públicas que não reconhecem a legalidade do pedágio. Nesse sentido, a legalidade do pedágio encontra-se definida a partir da concepção do direito de cobrança, ou não, concebido pelo Estado, como não foi oficialmente estabelecido pelos órgãos controladores do Estado, a cobrança é atribuída como ilegal.

De acordo com o Boletim de Notícias da Câmara de Coordenação e Revisão de Brasília a retomada das obras na BR 174 motivou o Ministério Público Federal em Juína a questionar os impactos dessa atividade em meio a Reservas Legais e territórios indígenas Enawene Nawe e Cinta Larga.

O Ministério Público Federal em Juína encaminhou ofício aos gestores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) em Mato Grosso, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), da coordenação regional e à presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para questionar a regularidade das obras que estão sendo realizadas na BR-174, no trecho que liga Juína (MT) à Vilhena (RO).

Segundo documento apresentado pelos índios das etnias Cinta-Larga e Enawene Nawe, o trecho da rodovia em obras atravessa o Parque Indígena Aripuanã e a Terra Indígena Enawene Nawe, territórios tradicionais de ocupação indígena homologados em 1989 e 1996, respectivamente. (Boletim Câmara de Coordenação e Revisão, 05/2014)

O documento questiona os impactos que a reativação da estrada, assim como a obra poderia trazer para as populações indígenas no entorno. Ainda questiona o desrespeito a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define a necessidade de consultar a população afetada, bem como o Brasil é signatário.

Por outro lado, a coordenação da FUNAI em Juína fez vários comunicados ao Ministério Público Federal sobre os impactos, entre eles a degradação ambiental e cultural dos indígenas da região motivados pelo fluxo de pessoas na BR-147, além da exploração ilegal de madeira e minérios.

Diante das circunstâncias, em que contrariando o que a OIT propõe para seus signatários, as obras na rodovia continuaram sem a consulta dos indígenas, assim como a reativação do uso foi estabelecida.

Considerando então o fluxo na rodovia, os indígenas passaram a cobrar dos motoristas que transitarem pelo trecho Juína-MT a Vilhena-RO da BR174 valores entre 20 a 100 reais, justificando-se pelo fato da rodovia atravessar seus territórios tradicionais e demarcados (dos Enawene Nawe e Cinta-Larga).

É mediante esse cenário que aconteceu o conflito que levou a morte de dois jovens na rodovia BR174. A mídia trouxe várias versões sobre o caso, mas a mais referida foi que os jovens ao transitar pela estrada e se deparar com o pedágio dos indígenas se recusaram a pagar a taxa de cinquenta reais. E

tentaram evadir-se do local acelerando seu carro sobre os indígenas, estes os capturaram e assassinaram.

Em entrevista concedida por telefone à TV Band de Juína, dois indígenas da etnia Enawene Nawe, revelaram que os assassinatos dos jovens Genes Moreira, 24, e Marciano Cardoso, 27, no dia 9 de dezembro, teria sido uma decisão tomada por toda aldeia, como resposta de vingança da família do índio Daliameali Enawene, que foi baleado e morto em um confronto na MT-170, em Brasnorte, em outubro de 2015, quando também ocorria um pedágio ilegal semelhante àquele em que os jovens foram capturados e levados para a morte. (REPORTER MT, Decisão de matar jovens a tiros e pauladas foi de toda a tribo, revela índio Enawene Nawe, 14/01/2016)

O caso gerou uma instabilidade nas relações entre indígenas e não indígenas em toda a região. Mas, em Juína-MT o caso teve uma repercussão sobre todos os indígenas, muitos estudantes das etnias Cinta Larga e Rikbatsa retornaram para as aldeias por medidas de segurança. Não havia distinção de grupos ou povos diferentes, o termo “índio” adquiriu uma conotação e um estigma próprio da situação.

CASO X REVOLTA

Os dois rapazes foram sequestrados e mortos pelos indígenas após supostamente se recusarem a pagar pedágio ilegal na BR-174, na estrada que liga Juína à Vilhena, no dia 9 de dezembro.

O clima de revolta ainda é grande em Juína. A população está inconformada com o fato de os índios ainda estarem em liberdade mesmo tendo confessado a autoria dos crimes e continuar controlando a rodovia, negando às pessoas o direito de ir e vir. Mesmo alguns índios que foram detidos com caminhonetes roubadas em Vilhena, no estado vizinho de Rondônia, nenhum deles foi preso porque pagaram a fiança de cerca de R\$ 1 mil cada. No último dia 30, outros dois índios da etnia foram presos em Vilhena com outra caminhonete Amarock roubada, além de arma de fogo e uma motosserra.

A situação em Juína se complicou de tal maneira que houve até mesmo depredação do prédio da Funai, sendo necessário envio de homens da Força Nacional, mas os funcionários do órgão continuam com medo. O servidor público que testemunhou a execução de Genes e Marciano dentro da aldeia, abandonou a cidade com toda a família, temeroso de que também se tornasse vítima da onda de violência.

Segundo Valdinei Gustavo, ele está sendo visto como um “herói” na cidade por ter denunciado a atitude criminosa dos indígenas e não mudar em nenhum momento seu depoimento. “Ele estava com mais medo da população, mas a população está de boa com ele porque ele foi como um herói porque ele veio a denunciar. Os índios também disseram que iriam queimar a casa dele. Eles são valentões, mas eles viram que a população aqui não vai deixar que entrem na cidade. Eles ficaram meio com medo”, afirma. . (REPORTER MT, Familiares se revoltam com impunidade de índios assassinos de jovens que não pagaram 'pedágio'05/01/2016)

A repercussão do caso está sempre vinculada a ilegalidade do pedágio, ou a não concessão pelo estado a cobrança do pedágio indígena. No entanto, a viabilidade da construção ou reativação da estrada no território indígena não entra na pauta das discussões, porque as estradas foram criadas com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento regional e atender aos interesses econômicos sociedade não indígena.

Podemos ver nesse relato no Jornal Repórter Mato Grosso tanto os indígenas estavam ameaçados, quanto aqueles que representam alguma ligação com eles, como é o caso dos servidores da Fundação Nacional do Índio - FUNAI que por medida de segurança tiveram que fechar as portas da instituição e não trabalhar. A situação chegou ao ponto de populares atacarem o prédio da FUNAI, com vidros quebrados, e parede pichada com a seguinte frase “Morte aos Índios”, esse é um discurso recorrente na cidade e que se encontra fundamentado nos discursos de figuras políticas atuantes no governo da nação, seja na figura máxima do atual presidente ou de seus ministros (Governo Jair Bolsonaro).

FIGURA 02- Funeral Genes e Marciano



Fonte: JNMT

Quanto aos discursos de ódio e de morte para com o povo Erawene Nawe, o acontecimento desencadeou uma série de manifestações em favor das famílias dos jovens assassinados. Houve bloqueios na BR-174 impedindo o trânsito desses indígenas na cidade, assim como os corpos foram transportados até o cemitério em carro oficial do corpo de bombeiros e cobertos com as

bandeiras de Juína. Cabe destacar que o indígena baleado no confronto com os caminhoneiros em 2015 veio a óbito, praticamente não foi noticiada a morte do jovem, assim como, não recebeu nenhuma honraria.

Nessa perspectiva, o que de um lado é considerado crime hediondo, do outro é legítima defesa, pois está vinculada a perturbação da ordem e da segurança social. Não obstante dos fatos ocorridos, os desdobramentos que foram acontecendo ao longo de 2016, 2017 e 2018 dificultaram cada vez mais a possibilidade de um contato “amistoso” entre indígenas do povo Enawene Nawe e a população de Juína. Em outubro de 2016, no processo eleitoral exigiu a presença do exército brasileiro para garantir o direito de votação daqueles que estivessem aptos a votar, sem o risco de linchamento ou morte. Houve, inclusive, manifestações contra a ação do estado em proteger os indígenas.

As manifestações de ódio aos Enawene Nawe se espalharam pelas redes sociais, legitimando os discursos de preconceito e fortalecendo o clima de revanche contra esse povo.

Vários vídeos compartilhados no Youtube em 2015 e 2016 frequentemente são repostados nas redes sociais, rememorando o ódio generalizado aos Enawene Nawe. Os vídeos se reportam ao pedágio indígena sobre a ponte do Rio Juruena, na MT -170, na maioria são vídeos amadores feitos por motoristas indignados com o valor da cobrança feita pelos indígenas. Também se reportam aos indígenas como desocupados e usam termos pejorativos para denominá-los.

O pedágio indígena na MT-170 diferente do que foi instalado na BR-174 ocorreu nos anos de 2013, 2014 e 2015, sempre com duração de três ou mais dias. Os indígenas reivindicavam melhorias no atendimento da saúde e acesso a aldeia frente aos problemas vividos, após negociação com prefeitura, governo estadual e as lideranças o pedágio era sempre interrompido.

Na BR-174, no entanto, é um pedágio fixo e contínuo que vem acontecendo desde 2014, foi nesse pedágio que ocorreu a morte dos jovens Genes e Marciano, após esse acontecimento o conflito que antes era iminente, tornou-se constante e também motivou diversos vídeos amadores na rede. Nesse caso, há vários vídeos amadores pedindo justiça sobre a morte dos jovens, outros indignados com a escolta dos indígenas no processo eleitoral das

eleições municipais (escolta feita pela força nacional para garantir o direito de voto dos eleitores indígenas).

Esse cenário de conflitos entre indígenas e não indígena que existe hoje no município de Juína não se constituiu recentemente, mas faz parte de todo um contexto histórico construído a partir do processo colonizador. O Projeto Juína foi construído baseando-se na concepção desenvolvimentista implementada particularmente na década de 1970, em que buscavam impulsionar a expansão e a modernização da agropecuária no país.

No bojo dessa construção de um estado moderno e economicamente produtivo com grandes espaços territoriais considerados vazios, porém ocupado por povos indígenas, foi construída uma ideia de que o indígena representava empecilho para o progresso desejado.

De fato, essa concepção do que é progresso ou do que é atraso ainda continua repercutindo até os dias atuais, principalmente quando se trata dos indígenas e o que eles representam socialmente. Isso fica evidenciado nas relações conflituosas entre indígenas e não indígenas no município de Juína como, por exemplo, o caso do pedágio indígena na BR174, rodovia essa que foi construída entre as reservas territoriais habitadas pelos Enawene Nawe e Cinta Larga.

Há uma discussão forte sobre a ilegalidade da cobrança do pedágio, pois o estado não concedeu oficialmente autorização para os indígenas exercerem essa atividade. No entanto, a estrada foi construída dentro da terra indígena (como o Ministério público afirma) e para atender interesses que não são dos indígenas e isso não é visto como problema ou ilegalidade para a população, pois atende aos objetivos do desenvolvimento local e foi uma ação do próprio governo. Ou seja, não há certo ou errado no caso, há a discussão e conflito sobre o que é o justo.

Considerando as reflexões sobre o contexto de criação do Projeto Juína e dos objetivos desenvolvimentistas que o nortearam, a pergunta que procuramos responder é: como os discursos de ódio e a violência física e simbólica operam no noroeste de Mato Grosso ainda nos dias de hoje, opondo a população indígena e a perspectiva de desenvolvimento?

Nessa pesquisa pretendemos compreender o campo de conflitos estabelecidos a partir do projeto desenvolvimentista empreendido pelo Regime

militar e suas consequências para o grupo étnico Enawene Nawe em sua relação com os não indígenas que chegaram à região a partir dos anos 1970.

Nossa principal hipótese é que este projeto desenvolvimentista foi alicerçado numa violência física e simbólica do estado sobre os grupos indígenas e que esta violência se reproduz ainda nos dias de hoje a partir das representações que os não indígenas construíram sobre os indígenas e sobre sua relação com o desenvolvimento, exaltando os indígenas como atraso e representando o colono branco como o empreendedor do progresso.

1.2 - Aspectos Teóricos Metodológicos: Representações da Branquitude e Violência como esteio do Desenvolvimento

O estado de Mato Grosso a partir do Golpe Militar em 1964 passou a fazer parte dos programas de desenvolvimento econômico brasileiro. As estratégias geopolíticas levaram em conta os potenciais hídricos, minerais, siderúrgicos e madeireiros, desconsiderando as questões socioambientais.

Entre os objetivos expansionistas para o estado mato-grossense a produção agrícola era o carro chefe, para isso foram criados programas de desenvolvimento regionais e setorializados, bem como os projetos de colonização foram em sua maioria coordenados pela iniciativa privada.

Ao se sobrepor a colonização oficial e espontânea pela colonização privada fortaleceu as bases para uma agricultura voltada para os moldes capitalista. Segundo Passos (2000), esse modelo de ocupação territorial da Amazonia teve como “embrião” uma lógica economicista para integrar o estado a economia nacional e internacional, porém sem preocupações com as questões ambientais e sociais.

Segundo Ianni (1986), durante o regime militar, a política que norteava a agricultura era de repressão e submissão ao capital, comprometendo o estado aos interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Podemos observar o que o autor destaca quando analisamos as ações desencadeadas pelo PIN - Plano de Integração Nacional que ficou sob o comando do regime militar, responsável pela construção de grandes rodovias associado à política de ocupação dos “espaços vazios” considerados até então improdutivos. Essa

integração do país no contexto ditatorial envolvia o capital estrangeiro e o controle do fluxo migratório feito pela iniciativa privada, enquanto o governo coordenava o planejamento, pesquisas e o direcionamento das ações de colonização da Amazônia.

O lema “ocupar a Amazônia para não entregar”, tão utilizado como justificativa para a segurança Nacional de manter a ordem e fazer a divisão dos territórios diminuindo as tensões do Sul e do Sudeste, quando analisamos para além da superfície passamos a questionar: se o objetivo era não entregar, como o estado repassa a iniciativa privada e ao capital grandes porções de terra? A quem o estado não queria de fato entregar e a serviço de quem realmente o governo ditatorial estava?

Segundo Ianni (1979) a integração proposta esteve voltada para os aspectos econômicos e não sociais, enquanto não entregar evidencia uma reforma agrária que não ocorreu. Ou seja, não entregar para uma massa social de desvalidos e que, por conseguinte não teriam investimentos para gerar riquezas para a economia do país.

Ao observarmos o processo de expansão territorial de Mato Grosso evidencia a ação de o governo militar em levar a esses novos territórios, até então considerados improdutivos, a modernização e a produção nos moldes capitalistas. Luxemburgo (1970), em sua obra “A acumulação do capital” disserta sobre a expansão do capitalismo em áreas não capitalistas, buscando novas fontes de recursos e matérias primas, ampliando a “mais-valia”⁸ e explorando mão de obra dos trabalhadores dessas regiões.

Nesse contexto de expansão das fronteiras agrícolas o avanço do capitalismo foi inserido a partir do processo de modernização do campo. Esse avanço desconsiderou as populações nativas e suas formas de produção, também lançou mão de um modelo de agricultura baseada nos moldes “sulistas”, tanto nas culturas, quanto na tecnologia.

O progresso e o desenvolvimento de um estado economicamente produtivo custou populações indígenas inteiras, assim como explorou o

⁸ A mais valia é um termo utilizado por Marx para descrever a base do lucro no sistema capitalista, Luxemburgo (1970) utiliza-se dos estudos de Marx e propõe em suas análises novos elementos para a compreensão da acumulação do capital.

trabalhador que migrou com a esperança de conseguir o acesso a terras, mas que acabou se tornando mão de obra barata para os colonos.

As relações de poder e dominação capitalista direcionaram o uso da terra que foi mantida como improdutiva para servir de reserva patrimonial em favor das classes dominantes, ou seja, o “processo de acesso à terra pública e/ou devoluta na Amazônia e a violência praticada contra os povos indígenas, os colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na região e as políticas de incentivos fiscais que permitiram a implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização privada no estado de Mato Grosso” (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

Partindo dessa compreensão de uma política de expansão e desenvolvimento pautada na exploração e depreciação da vida humana em detrimento do capital, concentraremos nossas análises sobre como se deu as relações de Estado e sociedade frente ao contexto histórico datado a partir de 1970.

Os conceitos de Gramsci, Bourdieu, Martins, Foucault, Mbemb, Agambem dentre outros, servem como base para entender como se constituiu uma noção de Estado ampliado, poder simbólico, controle e dominação, biopoder, hegemonia, violência e necropolítica.

A crença do progresso e desenvolvimento associada a segurança nacional serviu como base para as estratégias de condução dos sujeitos sociais, as relações de poder dominação e a manutenção da hegemonia. Enquanto instrumento político “o poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização e que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbítrio” (Bourdieu, 2002, p.14).

O convencimento da importância em povoar as diversas regiões de Mato Grosso foi feito a partir das campanhas publicitárias no Sul e Sudeste do Brasil, levando uma ideia de acesso a terras produtivas e rica em recursos naturais. É importante perceber que as ações do Estado visavam a adesão popular e tratava a participação desses sujeitos como desbravadores que elevariam a economia do país no panorama mundial. Segundo Gramsci (2002, p.62-63), “a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção

intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados.

No contexto colonizador de Mato Grosso, em que o estado delegou as empresas colonizadoras o papel de organizar e gerir a formação dos núcleos urbano e rural por meio da venda das terras, também possibilitou o domínio sobre os sujeitos sociais. Eram as colonizadoras que definiam como e quem poderia fazer parte dessa nova sociedade, acender a cargos políticos, quem poderia ter acesso a porções de terra com mais recursos exploráveis. Essas definições aconteciam considerando aspectos como, cor, raça, condição financeira para a aquisição das terras e investimentos.

No caso do Projeto Juína, a Companhia de Desenvolvimento – CODEMAT controlava o acesso por meio de uma cancela em que a entrada na área do projeto só era possibilitada a partir da apresentação da carteira do colono. Essa carteira do colono trazia especificações sobre o objetivo da aquisição das terras (plantio de café, cacau, agropecuária etc.), as obrigações dele, assim como a contrapartida da colonizadora com infraestrutura, saúde e segurança aos novos colonos.

Uma outra questão a ser observada é que, se por um lado o colono seria a figura do sucesso reponsável pelo progresso econômico e o desenvolvimento, construiu-se uma noção do atraso e da limitação ao sucesso do empreendimento. Ou seja, a ideologia desenvolvimentista que definia qual sujeito do progresso, também construiu a figura do indígena como antagônica como entrave para o sucesso do projeto colonizador. Nesse sentido, essa é uma visão que perdurou e sustentou a ausência de políticas públicas que resguardassem as populações indígenas do avanço desenfreado da expansão agrícola e da formação de latifúndios aos arredores de seus territórios ancestrais.

Segundo Martins (1997), é comum observar no discurso dominante a valorização de grupos sociais proeminentes que desbravaram territórios selvagens, despovoados e que necessitavam ser civilizados. Para o autor esse imaginário reforça a figura do pioneiro e omite a violência trazida pelas frentes pioneiras aos povos indígenas em decorrência da luta pela terra.

Para além da expansão das fronteiras territoriais, o autor aponta para as fronteiras do humano, muitas vezes, demarcadas pelas situações de conflito, forças repressivas, violência, a ausência de alteridade

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, (na frente de expansão) sua dimensão econômica é secundária (MARTINS, 1997 p. 163).

Partindo de uma perspectiva sociológica, Martins (1997), trabalha a concepção de fronteira do humano e as frentes de expansão como um lugar e tempo de conflito e de alteridade. Somado a essa concepção de fronteira, muitos estudiosos brasileiros definem a fronteira como o limite do humano e que para além dessa fronteira está o não-humano, o natural, o animal. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2014, p.11).

É a partir dessa concepção de Martins (1997), que nos debruçamos para compreender a lógica estabelecida na frente pioneira estabelecida no Projeto Juína. Para além do processo de expansão das fronteiras agrícolas sobre os territórios indígenas, também está a compreensão das fronteiras étnicas e da ausência de alteridade. O processo de desumanização e de afastamento desses povos do que se considera civilização na perspectiva do eu colonizador, dominante, desbravador, com a anuência do Estado para determinar quais modos de ser e de viver serviriam para o sucesso do Projeto Juína.

O Projeto Juína foi um dos muitos projetos de colonização iniciados no contexto do Regime Militar, todos baseados numa perspectiva capitalista e pautados no avanço econômico do país. Os espaços ditos “vazios” não se reportavam a ausência de povos indígenas, ribeirinhos ou quilombolas, mas eram espaços vazios numa perspectiva capitalista de produtividade e economia, da chamada “civilização”. A humanização vista por essa ótica do capital foi a base para aquilo que Martins (1997), chamou de “degradação do outro nos

confins do humano” durante os processos de ocupação dos territórios de Mato Grosso.

Os estudos de Foucault (2010), Agambem e Mbembe (2018), são fundamentais para entender a operacionalização das ações do Estado na construção do racismo, da exclusão social e da manipulação dos corpos e sujeitos durante esses processos de ocupação territorial e colonização. Mbembe parte dos estudos e reflexões de Foucault sobre soberania, biopoder e biopolítica centralizando as reflexões sobre a vida e a morte numa perspectiva política e como categorias essenciais para compreender a modernidade.

Nesse sentido, enquanto Foucault subsidia a compreensão da questão colonial e dos elementos estruturais da biopolítica, Mbembe nos leva a refletir sobre o quanto essas estruturas de poder promovem a desumanização, a exclusão e até mesmo a morte (necropolítica) daqueles que não conseguem ser inseridos nessas estruturas “humanizadas” da colônia.

(...) as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensas - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da "civilização" (Mbembe, 2017, p. 35).

A soberania do Estado a serviço da civilização precarizando a vida do negro, do indígena, do menos favorecido. A degradação, a violência e a exploração do outro aconteceu desde a maneira excludente da distribuição das terras por meio da venda e não da reforma agrária, por meio da seleção de qual seria o perfil ideal para ocupar e dominar esses espaços, a desconsideração da existência dos povos indígenas, a morte e o extermínio de muitos desses indígenas. A marginalização do garimpeiro, do posseiro, a exploração dos trabalhadores desvalidos na abertura e derrubadas de grandes áreas de terra gerando morte e escravidão por dívidas e ainda a ação do Estado diante de toda essa barbárie.

Segundo Foucault, o racismo é uma das formas de operacionalizar a destruição que encontramos na guerra, porém de uma maneira diferente da convencional, pois ataca o interior de sua própria sociedade para eliminar aqueles elementos que impossibilitam ou atrapalham a política-poder.

[...] um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (Foucault, 2005, p. 73).

Essa construção do racismo como uma prática política soberana que decide quem deve viver ou morrer, definir a importância ou não dos sujeitos para a sociedade mais tarde é chamada por Mbembe (2018) de necropolítica ou necropoder, realizada por um Estado que “se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar” (2018, p.33). Para o autor, a destruição e morte de populações inteiras dentro da sociedade não partem de uma noção insana ou uma ruptura entre os impulsos do corpo e da mente, pelo contrário é instrumentalização da vida humana e de sua destruição.

Trazendo essa reflexão de uma soberania que extrapola o sentido de condução social, mas que determina o morrer e o deixar viver nos espaços sociais marcados pelo processo colonizador podemos perceber o quanto as ações do Estado brasileiro foram dimensionadas por essa perspectiva necropolítica, formando uma verdadeira política de extermínio em prol do desenvolvimentismo.

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para aceitabilidade do fazer morrer’” (Mbembe 2018, p. 18).

Partindo dessas análises podemos entender como a soberania presente no desenvolvimentismo militar influenciou na constituição do Projeto Juína, e, por conseguinte, na construção das representações sociais, do racismo e da inclusão da morte como uma forma de solução para os conflitos com o diferente.

O não simples silenciamento do Estado mediante a violência dos projetos colonizadores, mas a sua forma de atuação que é violenta e fomenta a violência, sempre fez parte do processo de construção de uma sociedade “civilizada” a partir de um ideal de branquitude, de modernização da agricultura e desenvolvimento econômico da nação. O controle da terra, a constituição das reservas indígenas, o encantonamento dessas populações em territórios margeados por grandes latifúndios fazem parte da negação dos direitos desses

povos, o que se constitui naquilo que Agambem (2014) chama de Estado de exceção, quando aquele que deveria proteger e garantir os direitos promove a insegurança, a precariedade, a negação e a quebra dos direitos

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integrar o sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de exceção permanente (ainda que eventualmente não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p.13)

A sujeição a que os povos indígenas foram expostos ainda determina os limites socioespaciais e territoriais de sua sobrevivência, a ordenação trazida pelo capital por meio do processo colonizador e sua lógica de acumulação foi implantada e ainda designa o destino das vidas indígenas, seja pela ação ou não ação do Estado.

Nesse sentido, o Estado de exceção permanente em que vivem estas populações os expõe a violência física e simbólica cotidianamente, seja nos confrontos ou nas diversas formas de racismo praticados pelo Estado e sua lógica necropolítica.

Ancoramos nossa reflexão na sedimentação de uma visão etnocêntrica e de negação da diversidade cultural e de sua importância para o enriquecimento das dinâmicas sociais, construindo uma visão negativa das sociedades indígenas e que pautou a maioria dos projetos de integração nacional. A ideia hegemônica de progresso e desenvolvimento associada a figura do homem branco apregoada na construção do Projeto Juína e colocada em prática no processo de seleção dos colonos para constituir a sociedade ideal permanece no imaginário social, sendo sempre reforçada pela mídia e redes sociais.

Cabe ressaltar que discutir o Projeto Juína a partir da concepção de branquitude nos auxiliou a compreender como a supremacia racial branca resultou em violência física e simbólica balizando a constituição da estrutura social, cultural, histórica e econômica da sociedade atual. Essa visão encontra-se arraigada no cerne da construção social de Juína e aparece com muita frequência nos discursos cotidianos representada pelo ódio e/ou desprezo com

o indígena, a negação de seus direitos e a intolerância com seus modos de ser e de viver.

1.3 Procedimentos Da Pesquisa

Para desenvolvermos essa pesquisa partimos de uma perspectiva qualitativa para análise de como os discursos de ódio e a violência física e simbólica operam no noroeste de Mato Grosso ainda nos dias de hoje, opondo a população indígena e a perspectiva de desenvolvimento.

Utilizamos uma abordagem multimetodológica, ou método misto combinando o levantamento bibliográfico, documental, coleta de dados e informações, observação, descrição, entrevistas e atividades em campo. Nesse sentido, para a análise documentos e dados históricos que possibilitaram trazer para o cenário de discussões os discursos contemporâneos empreendidos pelos diversos sujeitos sociais e seu contato com as comunidades indígenas de Juína.

No primeiro momento, conduzimos a pesquisa pela busca de referencial bibliográfico sobre o processo colonizador de Mato Grosso e suas regiões, o Projeto Juína, o processo de contato com as etnias indígenas da região e todo o acervo bibliográfico voltado para esse período. Na busca por esses materiais acessamos teses, dissertações, monografias, artigos mapas, relatórios e diários que ajudaram na caracterização do foco da pesquisa.

Em um segundo momento, as leituras e análises desses materiais possibilitaram delinear o campo da pesquisa e problematizar. Nessa problematização percebemos a importância do processo histórico para remeter ao presente, assim como o contrário. Para entender essa construção histórica, uma das sugestões da banca de qualificação foi a busca pelo Projeto Juína, se de fato realmente houve a constituição de um documento que nortearia o processo de ocupação territorial que deu origem ao município de Juína. De fato, esse documento existiu, há uma cópia nos antigos arquivos da Companhia de Desenvolvimento em Cuiabá. Tivemos acesso a uma cópia digitalizada dos manuscritos do Projeto Juína, um documento fundamental para compreender

como foi constituída a cidade e quais foram os objetivos que nortearam esse processo colonizador.

Para além dos documentos oficiais, residir em Juína possibilitou o contato com moradores que chegaram a Juína no período de colonização, sendo possível acessar algumas fotos e jornais dessa época, algumas propagandas das colonizadoras e muitas histórias orais desses arquivos. Tivemos como critério observar os elementos da pesquisa que estão baseados na interrogação dos sentidos estabelecidos nas diversas formas de produção do discurso e sua relação entre língua, sujeito, história, ideologia.

Estar em contato com esses antigos moradores possibilitou também indagá-los sobre a colonização, de maneira que discorressem livremente sobre suas experiências. Fraser e Gondim (2004), reforçam que esse recurso favorece a relação intersubjetiva entre o pesquisador e o entrevistado por meio da possibilidade de trocas verbais, também permite avaliar impressões e expressões acerca dos assuntos abordados. Esta interação por meio da palavra torna possível “apreender significados, valores e opiniões e compreender a realidade social com uma profundidade dificilmente alcançada por outras técnicas” (FRASER e GONDIM, 2004, p.150).

Se por um lado a entrevista possibilitou a análise aprofundada das relações de sentido e compreensão da realidade, outra fonte para essa compreensão foi a observação. Enquanto moradora do município de Juína o contato com a população e com antigos moradores da cidade favoreceu a compreensão de como o racismo opera socialmente para a construção de representações sociais e como porta de entrada para a violência física e simbólica contra as populações indígenas do município de Juína. Dessa observação trazemos algumas cenas do cotidiano que são corriqueiras e retratam o racismo e o ódio ao outro, são situações reais e comuns ao contexto atual, mas que pode ser compreendida a luz do processo histórico de ocupação desse território.

As discussões, de modo geral, foram subsidiadas pelas discussões teóricas que versam sobre os conceitos de ideologia, Estado, relações de poder, soberania, biopolítica, biopoder, necropolítica, hegemonia, colonialismo. Assim, as questões trazidas no decorrer do texto incidem na compreensão dos interesses e conflitos tensionados a partir das representações sociais e suas

definições estereotipadas, tanto dos indivíduos que formam a sociedade juinense, como do próprio território.

1.4 Estrutura do Texto

A estrutura deste trabalho está organizada em quatro capítulos. Inicialmente apresentamos os trajetos de vida e de pesquisa que possibilitaram a escolha, a construção da temática e as reflexões aqui apresentadas. De algum modo a reflexão possibilitou entender que somos parte do fluxo migratório do Sul do país para Mato Grosso e sob quais condições ocorreu esse deslocamento.

No capítulo de introdução fazemos uma junção dos aspectos teóricos e metodológicos delineando os percursos utilizados no decorrer da pesquisa, bem como os conceitos que subsidiaram a leitura e as análises da coleta de dados. Discutimos a criação do projeto desenvolvimentista e os conflitos entre Enawene Nawe e os não índios, definindo o problema e objetivos da pesquisa, aspectos teóricos metodológicos e os procedimentos da pesquisa.

No segundo capítulo discorreremos sobre o processo histórico de construção do Projeto Juína como parte das ações de integração do noroeste de Mato Grosso ao projeto nacional militar desenvolvimentista. Evidenciando o papel da CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso nessa integração e na constituição do Polo Regional de Juína, bem como os sujeitos, discursos e conflitos que surgiram a partir da ocupação desse território e dos diferentes interesses econômicos que o envolve.

Já no terceiro capítulo contextualizamos como se deu a ação indigenista frente a colonização e dominação territorial a partir da perspectiva desenvolvimentista de expansão das fronteiras agrícolas. Nesse capítulo ainda tratamos sobre a concepção de território vazio de produtividade perspectiva capitalista, porém povoado por populações indígenas que sofreram diretamente os impactos dessa ocupação territorial por meio da instauração de uma necropolítica nefasta de desvalorização da vida e espoliação dos direitos. Ainda buscamos contextualizar a história do contato entre os Enawene Nawe e os não

índios, suas singularidades, a demarcação territorial e os conflitos resultantes desse contato.

Dessa forma, no quarto capítulo trazemos uma reflexão sobre o desenvolvimento, representações da branquitude e decolonialidade no contexto do Projeto Juína. O objetivo desse capítulo é demonstrar como se deu a construção de representações raciais do progresso e a naturalização do preconceito ao indígena seja no cotidiano nos diversos espaços sociais ou nas redes, disseminando o ódio e a violência contra as populações indígenas

2. PROJETO JUÍNA E O DESENVOLVIMENTISMO NO NOROESTE DE MATO GROSSO

2.1 Integração de Mato Grosso: Um Projeto Nacional Militar Desenvolvimentista

O desenvolvimento econômico brasileiro nas primeiras décadas do século XX baseava-se fortemente na monocultura do café. A concentração dos arranjos produtivos voltados para essa cultura favoreceu seu crescimento desordenadamente, aumentando excessivamente sua produção e provocando a desvalorização do produto no mercado internacional. Essa crise cafeeira foi agravada pela queda da bolsa de Nova York, levando o Brasil a repensar um novo modelo econômico que vislumbresse a industrialização do país e sua reinserção no cenário internacional.

Segundo Ianni a crise econômica de 1929 favoreceu a ruptura com os moldes políticos que privilegiavam as oligarquias cafeeiras que dominavam a economia brasileira. No entanto, apesar de imprimir um rearranjo na estrutura do Estado esse rompimento não significou uma mudança definitiva nessa nova configuração. Isso fica evidente na reestruturação e coalizão dos interesses que deram sustentação ao governo de Vargas (1930-1945).

Para o autor, o governo Vargas tinha como desafio conciliar os interesses das forças representativas da indústria fortalecendo o crescimento industrial e urbano para atender as demandas do mercado interno e externo e por outro lado, atender as demandas do setor agroexportador. Essa conciliação fazia parte da interdependência entre esses setores, uma vez que o acúmulo das riquezas brasileiras estava ligado diretamente à renda do setor agrário e extrativista.

A construção do Estado Novo na era Vargas objetivava um projeto de industrialização e desenvolvimento econômico brasileiro a partir de um discurso altamente nacionalista. Nesse sentido, a Marcha para o Oeste foi uma ação do governo para atender a esses objetivos desenvolvimentistas⁹, integrando

⁹ (...) o desenvolvimentismo é a ideologia de uma ruptura apenas parcial de nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica que as soluções das contradições do sistema são resolvidas com o processo de industrialização, ou seja, com a implantação de uma sociedade

regiões pouco povoadas e fomentando o desenvolvimento econômico do país de modo que possibilitasse a sustentação do projeto de desenvolvimento industrial pretendido.

O desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, conforme aponta Florestan Fernandes (2006), parte das iniciativas do Estado na era varguista, seja por questões políticas ou pela falta do ímpeto da burguesia nacional. Nesse sentido, a revolução burguesa no Brasil ocorre com o desenvolvimento do capitalismo industrial e do Estado Nacional de caráter capitalista.

A efetivação dos ideais liberais e a consolidação da participação norte americana no crescimento da indústria brasileira ocorreu com o fim da era Vargas, marcando o início de um novo modelo econômico e político no Brasil. Esse período ficou conhecido como liberalismo econômico brasileiro em que ocorreu o desmonte da estrutura estatal e marcou a influência direta do capital estrangeiro nas políticas econômicas do novo governo, “[...] instaurou-se, de modo agudo, o antagonismo entre o padrão getuliano e nacionalista de desenvolvimento, por um lado, e o padrão de desenvolvimento associado e dependente, por outro” (IANNI, 1968, p. 10).

O governo de Juscelino Kubitschek, segundo Ianni (1968), é marcado pelo desenvolvimento nacional. Apesar das crises sociais e políticas, o governo de Juscelino tomou medidas que garantiam o desenvolvimento econômico, baseado nos estudos e planejamentos de Vargas, para isso criou o Plano de Metas que visava integrar as regiões produtoras do país, retomando os ideais da Marcha para Oeste¹⁰ e sua política desenvolvimentista. O governo de Juscelino ainda aproveitou da era varguista os empreendimentos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), a Petrobrás e de vários projetos setoriais e regionais como o Plano Nacional do Carvão, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Banco do

burguesa industrial. Luta-se, na verdade, para a conversão do capital agrícola, comercial ou financeiro em capital industrial. (BERNADES, 2009)

¹⁰ O primeiro programa oficial de colonização foi o projeto lançado no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945) intitulado “Marcha para Oeste”, projeto governamental que buscava ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação. A proposta do governo incluía a construção de estradas, aeroportos e núcleos de colonização. O programa iniciou em junho de 1943 com a Expedição Roncador-Xingu, cujo propósito era o de atingir Manaus pelo território mato-grossense abrindo caminho para posterior ocupação. No rastro da Expedição Roncador-Xingu, chefiada pelo Cel. Flaviano de Matos Goiana surgiram 43 agrovilas sendo algumas delas se transformado em sedes de município, a partir da década de 70. (Mendes, 2012)

Nordeste, todos com o objetivo de favorecer o desenvolvimento econômico do país.

Segundo o autor, essa fase instaurada no país durante o governo de JK favoreceu ainda mais as relações econômicas e militares com os Estados Unidos. A influência americana acelerou o processo de urbanização e industrialização, porém também favoreceu o crescimento da desigualdade no país, principalmente nas regiões mais distantes do desenvolvimento industrial.

Seguindo ainda o Plano de Metas o governo brasileiro passou a trabalhar no objetivo de levar o desenvolvimento a essas regiões, conclamando o povo a participar ativamente desse processo de integração brasileira como soldados do desenvolvimento. O plano de metas do governo de JK (1956-1960) era composto por 31 metas que visavam a ampliação das áreas de energia, transporte, indústria de base e alimentícia, educação e em destaque a construção de Brasília. No entanto, a herança desse Plano de Metas que trazia como slogan crescimento de 50 anos em 5 foi déficit inflacionário e público, somados ao agravamento das desigualdades sociais.

Os sucessores de JK, Jânio e Goulart vivenciaram uma grande instabilidade política e econômica nos aspectos sociais, fiscais, monetários e cambiais. Todo esse contexto favoreceu a articulação militar para a tomada do poder, resultando o golpe de 1964.

(...) o golpe de março-abril de 1964 teve forte presença do grande capital e de outros setores civis e, neste sentido, pode ser denominado “cívico-militar”. Mas uma vez derrubado Jango e entronado Castello Branco, instaurou-se a Ditadura Militar. Ou seja, a partir de 1964, a forma assumida pelo domínio burguês foi precisamente um regime militar, uma ditadura castrense. (POMAR, 2012, p. 04).

Com o golpe militar, a estrutura capitalista foi reforçada com o objetivo de atender ao capitalismo monopolista e sua necessidade por matéria prima e consumidores, para isso o capital estrangeiro influenciou fortemente o desenvolvimento da indústria brasileira. Para o governo militar, o desenvolvimentismo precisaria estar ligado a segurança nacional e a integração de novas áreas produtivas. Nos seus discursos Geisel trazia uma perspectiva humanista, em Bonn (capital da então república federal da Alemanha) no Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários afirmou: “Concebemos o desenvolvimento como o aproveitamento organizado dos recursos naturais, do

capital, do trabalho e da tecnologia em prol do bem estar dos povos” (Folha de Goiaz, 08-03-1978, 8), no entanto, na prática o país enfrentou sérias dificuldades com a conjuntura mundial estabelecida pela crise do petróleo. Por outro lado, o êxodo rural e o crescimento urbano desordenado e sem estruturas aumentou crise econômica do país.

Em resposta a essas dificuldades o governo viu como alternativa para a crise econômica o crescimento e a modernização do campo por meio da mecanização e o uso de insumos agrícolas, mas por outro lado criou-se a dependência de linhas de crédito e do mercado externo. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) priorizou o desenvolvimento capitalismo no campo, vejamos o que preconizava o esse plano:

É necessário que a Agricultura e a Pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento. (...) A manter-se do quadro recente, poderia a agricultura continuar o crescimento geral, através do fornecimento dos alimentos e matérias-primas necessários, sem elevação do preço real (...). Trata-se, agora, de exigir muito mais do setor agropecuário. (...) A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agricultura, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia. Por outro lado, o extraordinário dinamismo do setor não agrícola da economia, em anos recentes, criou as condições para tornar viável a modernização agrícola progressiva nas áreas já ocupadas. (...) A atual dimensão do setor não agrícola já é suficiente para apoiar a modernização produtiva da agricultura do Centro-Sul. Ao mesmo tempo, passando a agricultura a servir de modo mais eficaz à estratégia, à elevação mais rápida de sua renda líquida ajudará a manter o alto dinamismo do resto da economia (através da demanda por insumos e por bens de consumo), além de contribuir de forma mais significativa para a redução do déficit na balança de comércio. Outro aspecto a assinalar é a relevância de consolidar a diversificação e especialização regional do desenvolvimento agrícola, tendo em vista as diferentes vocações naturais das diversas regiões e a diversidade na dotação de fatores de produção. A estratégia agrícola está orientada no sentido de criar as facilidades e dotar o setor de investimentos para o pleno aproveitamento de seu potencial produtivo: ampliar o estoque de recursos produtivos pela atração de poupanças (internas e externas) e capacidade empresarial para as atividades diretamente ligadas à produção; estimular a participação mais intensa do setor privado para as funções de serviços de apoio à produção, circulação e transformação dos produtos agropecuários; dinamizar o processo de criação, importação, adaptação e difusão de tecnologia às peculiaridades regionais (República Federativa do Brasil. Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento II PND (1975-1979), Brasília, 1974, pp. 33-34. Apud. IANNI, 1986, 69-71).

As regiões Norte e Centro Oeste passaram a ser foco da ocupação territorial orientada para o crescimento econômico do país. Além de grandes

espaços territoriais considerados “vazios produtivos”, essas regiões concentravam grande riqueza em recursos naturais e terras férteis, elementos propícios para restabelecer a economia do país garantindo assim a produção para a exportação, a redução do déficit da balança comercial e o aumento do suprimento de novas tecnologias para a indústria.

O estado de Mato Grosso já vivenciava um processo de ocupação, mas essas ações de desenvolvimento propostas pelo II Plano de Desenvolvimento influenciaram diretamente na construção de um estado com vastas áreas produtivas e de modernização da agricultura.

O governo brasileiro passou a trabalhar no projeto de desenvolvimento de Mato Grosso e em 16 de junho de 1970 instituiu, via Decreto-lei Nº 1.106, o projeto desenvolvimentista do estado de Mato Grosso, criando o Programa de Integração Nacional que destacava a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Ainda nesse projeto, definia-se a colonização e reforma agrária das faixas de terra de até dez quilômetros para a esquerda e direita dessas rodovias (BRASIL, 1970).

Os projetos de colonização em Mato Grosso em sua maioria foram direcionados pela iniciativa privada, esse processo desencadeou uma série de transformações sociais e econômicas balizadas pela exploração capitalista, gerando muitos conflitos entre os diferentes atores sociais. Esses projetos de colonização eram regulados pelo governo militar por meio das Superintendências SUDAM, SUDENE e SUDECO e mesmo do INCRA.

Composta principalmente por empresas que voltaram seus projetos e seu capital, contando com incentivos fiscais e subsídios do governo federal através das referidas agências, essas instituições implementaram e executaram os projetos de colonização dirigidos em Mato Grosso sob a égide da estratégia da política de ocupação territorial do governo militar partindo de uma ideia oficial de criação dos chamados polos de desenvolvimento sobre os quais essas empresas, a maioria delas de capital privado, desenvolveram a maior parte de seus projetos de colonização ao longo do eixo da rodovia federal Cuiabá-Santarém (BR 163) na direção norte do estado de MT. (SANTI, p. 36-37, 2016).

Nesse período de efervescência do processo colonizador em Mato Grosso foi criada a Companhia de Desenvolvimento do estado de Mato Grosso – CODEMAT com o objetivo e a competência para administrar os interesses do estado mediante o avanço das frentes de expansão.

2.1.1 – CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do estado de Mato Grosso

A Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso – CODEMAT¹¹ – foi criada em 1968 pelo governo de Pedro Pedrossian e tinha como objetivo reorganizar os espaços e territórios do novo Mato Grosso, período esse em que a divisão de Mato Grosso do Sul acabara de ocorrer, trazia em sua gênese o tecnicismo necessário para atender aos propósitos do governo.

Institucionalizada sob a forma de empresa pública de economia mista e sociedade anônima, a criação da CODEMAT pelo governo do estado de Mato Grosso no período pré-divisão se justificava para promover o desenvolvimento econômico em substituição às ações coordenadas pelo DTC – Departamento de Terra e Colonização criado em 1946 e em concomitância com a CPP – Comissão de Planejamento e Produção existente desde 1947 para orientar a colonização em MT. Depois de tantas vezes acusado por fraudes no tratamento dado às questões fundiárias do estado, o DTC teve seu fechamento em 1966 e a CPP deixou de existir como autarquia e suas competências transferidas à CODEMAT (SANTI, 2016, p.47).

Ainda sobre o contexto de criação da CODEMAT, vale lembrar que ocorre na transição dos governos dos presidentes Castelo Branco e Costa e Silva, momento em que a preservação do domínio territorial era destacada como uma questão de segurança nacional para servir de pano de fundo do real objetivo de exploração capitalista dos territórios considerados como vazios econômicos. Apesar de o governo militar apresentar-se como detentor do domínio e controle do território, a concessão dos direitos de colonização a empresas privadas ou de economia mista entregavam a ordenação dos espaços e corpos a essas instituições, tanto para direcionar, prover e controlar os problemas do Estado em nome do desenvolvimento econômico do país.

Com o desmembramento do Sul, e a emancipação do Norte a reorientação da colonização das terras devolutas em Mato Grosso aproximava-se mais da fronteira amazônica. No sentido geográfico, os principais núcleos/projetos de colonização implementados e executados pelas empresas particulares se efetivaram no Norte do estado ao longo da BR 163 (basicamente podem ser citadas as INDECO - Integração Desenvolvimento e Colonização e SINOP –

¹¹ A CODEMAT só foi extinta no governo de Dante Martins de Oliveira em 20 de fevereiro de 1998 de acordo com o DECRETO Nº 2.123 publicado no Diário Oficial do estado de MT em 03/03/1998. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/codemat>

Sociedade Imobiliária noroeste do Paraná) empresas de colonização particulares que desenvolveram seus projetos que deram origem principalmente às cidades de Alta Floresta e Sinop no Norte de Mato Grosso (SANTI, p. 40, 2016).

Não se tratava de um liberalismo econômico, pois o governo militar regulamentava as ações dessas agências colonizadoras por meio de Atos institucionais que direcionavam suas ações sob a ideia de segurança nacional e do desenvolvimentismo do país. As concessões a essas instituições privadas, de acordo com Guimarães Neto (2006, p. 148), resultaram em “instrumentos políticos de controle não apenas ao acesso à terra, mas ainda da formação de um mercado de mão de obra, recebendo vultosos incentivos financeiros do governo brasileiro, patrocinando a iniciativa privada”.

O Decreto 1.164 de 1º de abril de 1971 declarou como terras devolutas todas aquelas situadas nas margens de cem quilômetros das rodovias federais construídas ou em construção. Essas faixas de terra eram consideradas fundamentais para a manutenção da segurança nacional e ficaria a cargo do Conselho de Segurança Nacional definir as normas que regeriam os projetos de colonização ou sua concessão.

A partir desse decreto houve a abertura de espaço para as colonizadoras implementar projetos colonizadores ao longo dessas rodovias em construção, com o incentivo financeiro governamental. Nesse contexto, a Lei nº 3.307 de 18 de dezembro de 1972 concedeu a CODEMAT uma extensa área de terra considerada devoluta no noroeste de MT.

Dessa concessão surgiram os municípios de Aripuanã e posteriormente o Projeto Juína. A partir dessas políticas públicas que o estado de Mato Grosso vivenciou (e ainda vivencia) transformações sociais e econômicas, influenciando não apenas na formação populacional, mas consequentemente nos aspectos culturais e religiosos.

De acordo com Santi (2016), os projetos colonizadores que ocorreram no Mato Grosso entre 1970 e 1990 são compreendidos como uma estratégia política dos governos militares para combater os problemas vivenciados com a reforma agrária no Sul, Sudeste e Nordeste. No entanto, com a política de venda das terras limitavam o acesso de trabalhadores sem-terra e pequenos

proprietários a essas terras, gerando uma ideia de contra reforma agrária¹² e favorecendo a entrada do capitalismo no campo.

A ocupação territorial de grande parte do estado de Mato Grosso foi dirigida em parceria com empresas privadas, ou de economia mista como a CODEMAT. O controle político do território aconteceu por meio dos Planos Nacionais de desenvolvimento, para isso foram criados os polos de desenvolvimento econômico e incentivos fiscais para a constituição de grandes eixos rodoviários. Entre os subsídios do governo para a implantação de projetos colonizadores via CODEMAT tínhamos o PROTERRA – uma linha de financiamento governamental para compra das terras, em que o colono alienava sua terra enquanto não encerrasse o pagamento de sua dívida com a colonizadora.

Nesse sentido, a CODEMAT recebia recursos governamentais para a abertura de projetos de colonização e por outro lado com a venda das terras com garantia de recebimento. Para além das vendas das terras, a Companhia devia cumprir as metas definidas pelo governo por meio do plano de desenvolvimento econômico do país e da segurança nacional, direcionando a construção das cidades e a abertura de novas áreas produtivas no campo. Por outro lado, também ajudaria a aliviar as tensões agrárias no Sul e no Sudeste do país sem que fosse necessário um projeto de reforma agrária, mas sim de colonização das terras devolutas.

As terras devolutas situadas nas zonas de fronteira amazônica, o que incluía o noroeste de MT, passaram em sua maioria à tutela da União e do Conselho de Segurança Nacional. Ao governo do estado de MT ficou a responsabilidade fundiária de 40% da área total de seu território entre 1971 e 1987 (Decreto nº 1.1164/71). As ações fundiárias que competiam à União foram desenvolvidas pelo INCRA e aquelas de responsabilidade do governo estadual, entregues à CODEMAT que por sua vez teria que estar regulamentada junto ao INCRA por caracterizar-se como colonizadora e, portanto, seus projetos de colonização teriam que ser aprovados e regulamentados. A autorização junto ao INCRA foi expedida na Portaria 683 de 13 de abril de 1978. (SANTI, 2016, p.50)

¹² A expansão extensiva do capitalismo na Amazônia era um modo de preservar intactas as estruturas de apropriação econômica e dominação política no Nordeste e no Centro-Sul, para beneficiar a acumulação capitalista acelerada. (IANNI, 1979, P. 53). A contrarreforma baseou-se na retirada do excedente populacional do campo no Nordeste e Sul do Brasil mantendo a estrutura que privilegiava os latifundiários, usineiros e empresários.

A institucionalização da CODEMAT como colonizadora oficial do estado de Mato Grosso possibilitou a alienação de dois milhões de hectares de terra a outras colonizadoras particulares, RENDANYL, INDECO, COLONIZA E JURUENA para que gerissem a abertura de novos municípios e vendessem as terras. A venda dessas terras, além de favorecer o estado com o desenvolvimento econômico por meio das novas áreas abertas para a produção agropecuária e a mineração, serviu como suporte para que o governo estruturasse a sede do poder e demais órgãos governamentais no novo estado.

O produto da alienação das terras devolutas do município de Aripuanã foi assim distribuído: de 10% a 20% na implantação de obras de infraestrutura no município de Aripuanã, ao qual pertencia a área de projeto; de 80% a 90% na implantação do Centro Político Administrativo (CPA) da capital do estado, Cuiabá em 1979; o restante, se houvesse, em outros projetos específicos do governo estadual. O que nos leva a deduzir que parte do lucro da venda dos lotes teria sido aplicada na construção de prédios que sediam órgãos públicos estaduais com sede em Cuiabá. Inclusive para a construção do Palácio Paiaguás que se tornou a nova sede do governo após a divisão de Mato Grosso em 1979. (SANTÍ, 2016, p.51)

Nesse sentido, o progresso chegaria ao interior do estado por meio dos projetos de colonização que favoreceu a estruturação da capital do novo estado a partir da arrecadação de recursos com a venda das terras. De acordo com Joaroni Neto (2007), a CODEMAT tinha como base para sua propaganda a região Sul do Brasil para atrair os colonos oferecendo “garantia terras férteis”, falava das possibilidades de desenvolvimento, progresso e lucro. Nesse sentido, Gramsci (1978), nos ajuda a compreender a função política da CODEMAT como um aparelho ideológico do Estado na condução das massas, não apenas em um sentido coercitivo, mas na construção de consensos para atender aos seus interesses desenvolvimentistas.

2.2 – Projeto Juína – de Rainha da Floresta a Cidade Polo

O contexto de construção e consolidação do Projeto Juína era de um país regido pelas forças militares e pela constante preocupação da segurança

nacional, pela contenção dos conflitos agrários em outras regiões, ao mesmo tempo em que se continha o fluxo migratório desordenado.

De acordo com Furtado (1983), o contexto político e social do período militar objetivava o controle das forças populares e trazia como orientação o desenvolvimento econômico a partir da industrialização, do avanço da infraestrutura e a modernização da agricultura, afastando a ideia da reforma agrária. Os esforços seriam concentrados na expansão da malha de infraestrutura (transportes, energia elétrica e saneamento) e suporte à industrialização, nesse sentido, a integração e a ocupação de espaços considerados vazios, além de atender ao controle popular fomentaria o desenvolvimento agrário e a industrialização.

Os investimentos na região amazônica durante a ditadura são uma expressão da importância que os militares veem no território [...] Por isso, as empreitadas desenvolvimentistas na região abrangem muitos outros fatores além do crescimento econômico e da modernização. É uma forma de o governo controlar o território, reprimir manifestações culturais que não agradam a ideologia militar, determinar quais e como funcionarão os centros urbanos e de que maneira será a circulação de bens e de informações (MIRANDA, p. 133, 2018).

Os lemas do desenvolvimentismo militar eram “desenvolvimento com segurança” e “integrar para não entregar”. Para além dos aspectos econômicos o desenvolvimentismo militar trazia implicitamente o controle da cultura e dos modos de vida do brasileiro. Quanto maior a ocupação territorial do país, maior o controle sobre os grupos sociais e menores as possibilidades de oposição ao regime governamental.

Operando nessa lógica do controle o governo militar também possibilitou a abertura da economia ao capital privado, possibilitando a participação de muitas empresas no processo de abertura das fronteiras do país e colonização dos chamados espaços vazios. Em contrapartida, além da participação da economia, tinham os incentivos fiscais e a decisão de onde seriam feitos os investimentos.

O Projeto Juína foi constituído de uma maneira específica na região, contando com essas políticas de incentivo, mas também com o ordenamento territorial e econômico definido pela CODEMAT, o governo do estado e a anuência do governo militar.

Nesse contexto, o acesso as terras eram dirigidas pelo governo e colonizadora e para fortalecer a integração nacional foram criados os polos de desenvolvimento econômico, onde se concentraria a ação do estado para o crescimento regional. Para isso, também foram constituídas políticas de incentivos fiscais e concessão de crédito como estratégias para essa ocupação com a participação da iniciativa privada.

O documento do Programa Estadual de Colonização Projeto Juína trazia a orientação da divisão e destinação das terras, o tamanho dos lotes, culturas definidas, a projeção de produção e possibilidades de comercialização com o apoio do governo do estado por meio das cooperativas¹³. Essa estrutura organizacional com a influência direta do estado nas decisões do projeto colonizador não ocorreu nos demais projetos da região, que em sua maioria partiram da descentralização do poder para as colonizadoras privadas executarem.

A estrutura organizacional, o processo de captação da população que faria parte do Projeto Juína, as determinações das funções do território são exemplos típicos do poder militar exercido em sua colonização. As definições de sociedade, política, economia e cultura foram idealizadas em um projeto de cidade que condizia com o ideal de nação.

Seguindo nesse processo de idealização, a constituição do Projeto Juína, sua escrita e, por conseguinte, sua aprovação junto ao INCRA fomentava a venda das terras e denotava solidez do investimento em um futuro município promissor, pois a infraestrutura apresentada como base assegurava ao investidor segurança e estabilidade, bem como políticas de incentivos fiscais e concessão de crédito como estratégias para essa ocupação dirigida.

Ainda fortalecendo toda essa projeção, Juína adquiriu o status de cidade polo, com a promessa de estabilidade e investimentos do governo do estado em sua infraestrutura. Mas, o que significaria ser uma cidade polo nesse contexto? Ser considerada como cidade polo confere, até os dias atuais, ao município de

¹³ Em 1980 foi instituída a Cooper Juína, contando com sessenta e quatro associados fundadores, afirma Lóris (2009). O objetivo da cooperativa era comercialização da produção agrícola do município (café, cacau, pimenta do reino, entre outras culturas que o governo fomentava a produção na região).

Juína algumas características específicas, tanto no aspecto econômico como social que foram determinadas desde a sua formação.

Cinco dos quinze pólos de desenvolvimento estabelecidos pelo POLOAMAZONIA, estavam no Centro Oeste, e destes, três em Mato Grosso, sendo dois no noroeste do estado, um em Juruena e outro em Aripuanã, tornou possível não só a construção da AR-1, como o desenvolvimento do Projeto Juína. (JOANONI NETO, 2004).

Nesse contexto, pela localização geográfica e a interligação entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, o Projeto Juína constituiu-se como uma base estratégica de desenvolvimento da região. A perspectiva era criar uma ligação entre os corredores de exportação e escoamento da produção regional passando por Juína, no entanto, obras importantes para a concretização desse objetivo não foram concluídas.

No período de execução do projeto Juína, essas infraestruturas estavam celeremente sendo executadas pelo Governo Federal. A Cuiabá – Santarém (BR 163) estava sendo construída pelo 9º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção; a Transamazônica (segmento da rodovia transoceânica) estava sendo construída, enquanto sua área de influência direta estava sendo organizada fundiariamente por meio de projetos de colonização do INCRA (Altamira, Itaituba, e outros).(Câmara Municipal de Juína, 2020).

O site oficial da Câmara Municipal de Juína traz um breve relato da criação do município e de sua importância estratégica para o desenvolvimento regional. É possível perceber que o conteúdo perpassa pelo aspecto político que envolve a criação do Projeto Juína quando o texto trata do desenvolvimento a partir da demonstração da vontade política nacional em promover a integração da região ao cenário nacional e a projeção econômica que o envolve. “Porém, a descontinuidade do programa trouxe o atual impasse no processo de desenvolvimento regional e de criação da prevista centralidade urbana macrorregional em Juína”. (Câmara Municipal de Juína, 2020).

A emancipação do Projeto Juína em 1982 foi um marco na sua consolidação, mas também era uma necessidade garantir sua continuidade independente das mudanças políticas e das limitações que existia. O primeiro prefeito Orlando Pereira, eleito contrariamente aos interesses da CODEMAT, teve dificuldades para gerir o novo município carente de estruturação.

Apesar de ter sido eleito pela vontade popular, Orlando Pereira não atendia aos interesses da Companhia, acreditava na abertura do município para receber todos que vinham em busca de uma oportunidade, facilitando o acesso à terra. No entanto, esses ideais não condiziam com os objetivos do programa de colonização

2.2.1 – Projeto Juína – suas origens

O estado de Mato Grosso vivenciava nas décadas de 1960 e 1970 o processo de expansão de suas fronteiras. O objetivo era a integração nacional e a constituição de polos de desenvolvimento econômico. No intuito de encontrar pontos estratégicos para a implantação de novos projetos de colonização, o governador Pedro Pedrossian e o piloto Amaury Furquim sobrevoaram a selva amazônica e encontraram áreas estratégicas. Uma das áreas identificadas estava às margens do Rio Aripuanã e cachoeira de Dardanelos, que além do potencial hídrico e a localização, apresentavam recursos para a criação de um novo município, a esse município foram anexados 117 mil hectares de terra as margens do rio Juruena tendo como referência Fontanillas.

As ações da CODEMAT na colonização oficial de Mato Grosso através do Projeto Juína datam do ano de 1978. A Companhia já havia sido constituída há dez anos. Atravessou e sobreviveu à divisão política do Estado entre 1977 e 1979 que criou o estado de Mato Grosso do Sul e é provável que o tenha conseguido justamente porque sua área de interesse estivesse situada no noroeste de Mato Grosso, já que a implantação do Projeto Juína seria desenvolvida nas terras devolutas situadas na área territorial que fazia parte do município de Aripuanã. (SANTI, 2016, p.47)

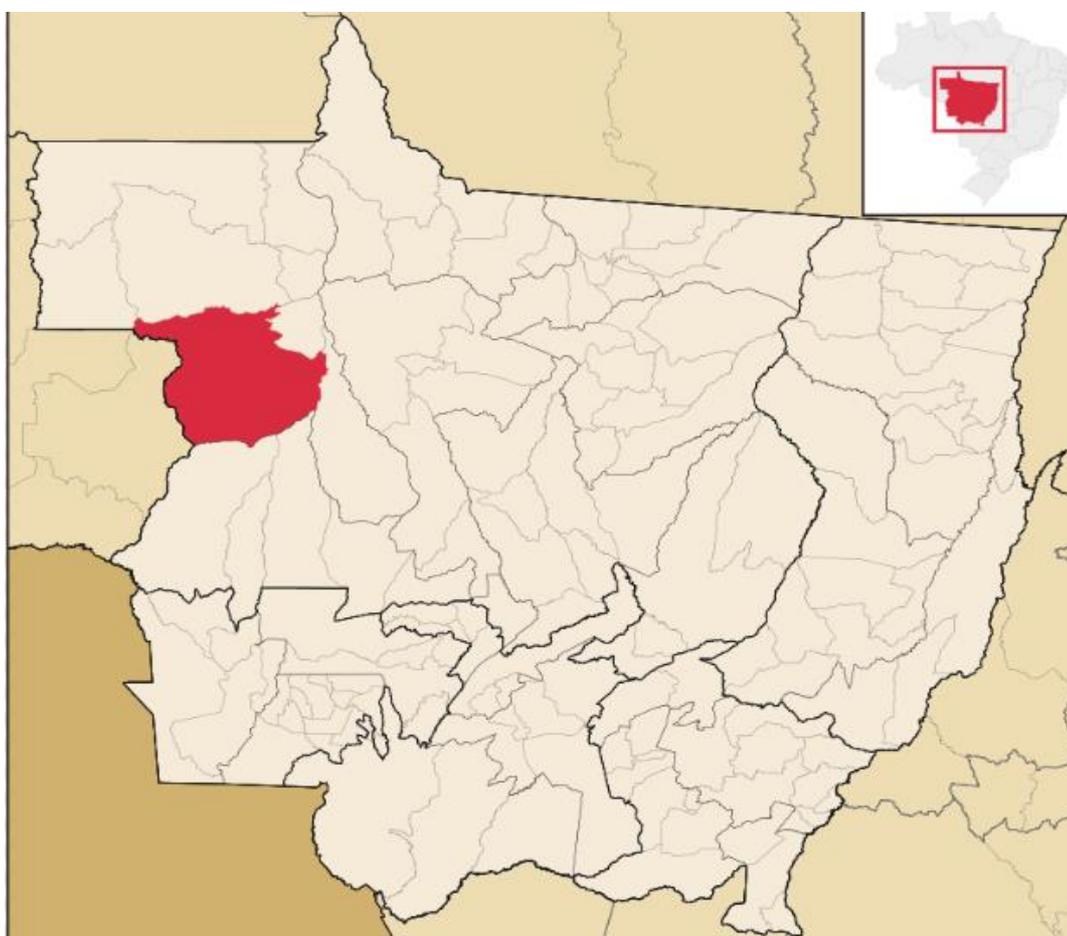
O projeto Juína começou a ser pensado em 1976, quando houve uma reunião entre a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, SUDECO e a CODEMAT Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso e designado uma área de aproximadamente 400 mil hectares. As terras estavam localizadas no alto Aripuanã e o Juína Mirim a partir das coordenadas: latitude 11° 22' 42" S e a uma longitude 58° 44' 28" W, altitude de 442 metros.

A justificativa para a abertura do projeto Juína era a grande extensão territorial considerada vazia e sua ocupação possibilitaria a resolução de

problemas territoriais vivenciados no Sul e Sudeste do país, integrando a região ao plano de desenvolvimento econômico do país.

Os objetivos do Projeto Juína¹⁴ abordavam a questão socioeconômica e política do país, pois além de promover a comercialização de terras por meio de programas governamentais que financiavam a compra para os colonos, também preconizava o aumento da produção agropecuária fomentando a economia. A localização do Projeto Juína também foi pensada estrategicamente para fomentar a constituição de um polo de desenvolvimento, utilizando-se melhor dos recursos naturais e favorecendo a centralização de recursos nas áreas da educação, saúde e segurança.

FIGURA 03- Mapa da localização de Juína



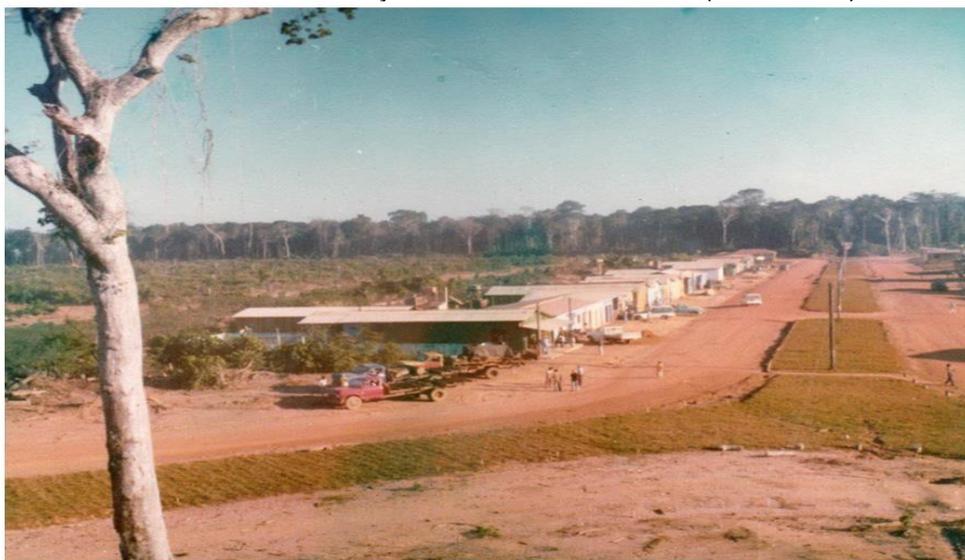
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu

¹⁴O Projeto Juína – escrito pela CODEMAT – companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso contextualiza todo o processo de alienação das terras devolutas, a venda aos colonos e os objetivos traçados juntamente com os governos estadual e federal- o arquivo do projeto foi acessado nos arquivos da antiga CODEMAT – já extinta, encontra-se parcialmente completo e foi digitalizado e anexado a esse estudo.

Consideradas terras devolutas¹⁵, em 1972, a Lei nº 3.307 de 18 de dezembro destinou à Companhia de Desenvolvimento – CODEMAT- a colonização desse território. Em 1978 o projeto foi consolidado pelo INCRA e em 1979 foi criado o distrito de Juína. Este ficou ligado a Aripuanã e em 09 de maio de 1982, a Lei 4.456 fez o desmembramento e oficializou a emancipação do município.

Lóris (2009), explica que a área rural mais próxima a vila foi dividida em lotes de 100 a 200 hectares e destinados aos migrantes que chegavam ao projeto, vindos das diversas regiões do país, tinham como objetivo o cultivo de frutas, verduras e implantação de granjas. Outras culturas como o café, o cacau, a extração da seringa, do guaraná também foram incentivadas por meio da criação de cooperativas para dar suporte ao produtor na venda e escoação da produção agrícola, a cultura de destaque foi o café.

FIGURA 04– Construção da Vila Juína na AR -1 (ARIPUANÃ)



Fonte: Arquivo físico Casa da Cultura de Juína-MT

¹⁵ Como afirma Pinheiro Filho: “Ante todo o exposto, pode-se concluir que o melhor conceito adotado para terras devolutas deve ser aquele orientado pelo parâmetro da residualidade, o qual nos conduz a afirmativa de que referidos bens públicos seriam aqueles que, dada a origem pública da propriedade fundiária no Brasil, pertencem ao Estado, sem estarem necessariamente aplicados a qualquer uso público, porque nem chegaram a ser transferidos do Poder Público aos particulares ou, se o foram, caíram em comisso (quando o sesmeiro não cumpria determinadas obrigações ou que ocasionava o retorno do imóvel ao patrimônio da Coroa portuguesa). Da mesma forma, também não chegaram a se integrarem no domínio privado por algum título reconhecido como legítimo. As terras devolutas, nos termos do que dispõe a Constituição Federal em seus arts. 20, II e 26, IV, pertencem a União e aos Estados-membros, respectivamente” (PINHEIRO FILHO, 2016).

A vila Juína começou a ser dividida em módulos urbanos e rurais bem como organizada com espaços para implantação da área comercial possibilitando aos novos moradores escolher em que lugar iriam se instalar, bem como quais atividades tinha interesse em desenvolver na economia do futuro município.

No projeto de colonização gerido pela CODEMAT, foi constituído um manual de normas e um cadastro aos interessados, que deveriam comprovar aptidão agrícola e serem cadastrados para a aquisição de lotes urbanos e rurais, afirma Lóris (2009). Responsável pelo Projeto Juína, o engenheiro Hilton Campos e a equipe que com ele trabalhava organizaram a distribuição das ruas e avenidas, executando o planejamento urbano da cidade, assim como a destinação e venda das áreas rurais.

FIGURA 05 - Planejamento Urbano de Juína – MT - CODEMAT



Fonte: Arquivo físico Casa da Cultura de Juína-MT (1978)

No modelo de colonização empreendido em Mato Grosso não havia espaço social ou geográfico para assentamentos rurais, o tipo ideal era o colono, ou seja, o mercado de terras. De acordo com Santi (2016, p.47) “o colono era quem adquiria o direito à propriedade da terra no projeto de colonização por meio da compra. O colono não era um assentado.”

Segundo Lóris (2009), o manual do colono no projeto Juína definia os direitos e obrigações dos compradores das terras, não permitindo alterar a destinação do imóvel, ou seja, se o objetivo fosse agricultura não poderia ser

utilizada para pecuária, sendo permitida apenas a criação de pequenos animais e gado de leite.

Os migrantes que chegavam à cidade vinham com expectativas de crescimento econômico, ascensão social, criação de um projeto inovador de cidade. Nesse aspecto, o rompimento das fronteiras no processo de colonização de Juína estabeleceu-se primordialmente por essa lógica capitalista. A colonizadora fazia o papel de intermediar as compras das terras e trazer as famílias dos mais diferentes lugares do país para o município em construção. Nessa lógica, a terra era devoluta, precisava ser destinada a projetos que visassem o crescimento econômico da região.

O projeto foi bem sucedido, os lotes foram rapidamente vendidos, milhares de famílias se instalaram na região, em especial, no núcleo urbano e nas suas proximidades. Alguns anos depois de iniciado o processo, muitos colonos sofriam a decepção da falta de infraestrutura, de assistência técnica, baixa produtividade e dificuldades para comercializar a produção, dentre muitas outras frustrações que desmotivavam os colonos que um dia sonharam com a terra "prometida". (SANTOS, 2013, p. 3).

Muitas famílias foram atraídas pela ideia de produtividade, enriquecimento e ascensão social. No entanto, quando chegavam até Juína, percebiam que não havia estrutura para suas famílias e que enfrentariam muitas barreiras para produzir, pois, mesmo que houvesse produtividade nas terras, não haveria como escoar a produção, pois as estradas eram precárias.

Joanoni Neto (2014), descreve a saga migratória do Sul do país para Juína. De acordo com o autor os meios de comunicação difundiam a riqueza das terras amazônicas em recursos naturais e fertilidade. Outro aspecto que saltava aos olhos dos minis fundiários sulistas era a possibilidade de angariar mais terra, pois com o equivalente a dez alqueires em seu local de origem, poderia lhe proporcionar em Juína duzentos alqueires.

As empresas, interessadas no sucesso dos empreendimentos imobiliários sob seu controle, faziam coro com tais campanhas, levando-as para sindicatos rurais, associações de produtores, comunidades religiosas, jornais, rádios e onde mais pudessem atingir sua clientela potencial (JOANONI NETO, 2014, p.192).

Para muitos daqueles que vieram motivados pelas campanhas desenvolvimentistas o lugar de origem já não possibilitava crescimento

econômico e acúmulo de capital, mas vislumbrava no projeto Juína a possibilidade de enriquecimento. Podemos ver a esperança em conquistar o pedacinho de terra na fala do Sr. José, um dos pioneiros entrevistados.

“Onde a gente tava num tinha mais chance de conseguir um pedacinho de chão. O jeito foi encarar a oferta do INCRA de vim pra Juína. Mas não era terra de graça, eles ajeitaram pra gente parcelar pelo banco, tinha um tempo pra começar a pagar. Deu tudo certo, consegui pagar, tenho meu sítio até hoje.”¹⁶

Nesse sentido, o processo de formação do município de Juína foi marcado pela desigualdade, por um lado, famílias que chegaram com pequenas fortunas para investir e do outro aqueles que vinham trazidos de outros assentamentos para adquirirem a terra por meio de financiamentos oferecidos pela união. Essa disparidade definiu a constituição de uma divisão entre linhas de terra para pequenos sitiantes e da terra destinadas aos latifúndios. Assim como o Sr. José, muitos outros migrantes foram trazidos para Juína nas mesmas condições, com pouco recurso e apenas com a esperança de se estabelecer na terra.

Nesse primeiro período de desenvolvimento o fluxo migratório para Juína era controlado pela Companhia de Desenvolvimento – CODEMAT. Conforme afirma Joanoni Neto (2014) a única estrada de acesso a Juína era controlada, determinando o fluxo e impedindo o livre trânsito no projeto de colonização.¹⁷

Sob o eufemismo “controle de acesso” estava na verdade uma ação de força para impedir a possível ocupação de terras da empresa por pessoas sem condições financeiras para comprá-las. Os colonos residentes no local sentiam-se constrangidos com tal iniciativa, pois ela acabava cerceando também seu acesso e controlando sua movimentação. (...). No Projeto Juína, tal controle de acesso constava das peças de propaganda da empresa (a CODEMAT, grifo nosso) como uma das vantagens oferecidas aos futuros colonos. (...) A rodovia de acesso na qual se instalou tal posto de controle era uma Rodovia Estadual, do mesmo modo, como nos projetos Cotriguaçu, Juruena e os outros, e o impedimento do trânsito pela mesma era, portanto, ilegal segundo as leis do país, mas implantado, exercido e divulgado como ponto positivo, no caso de Juína, pelo próprio estado. (JOANONI NETO, 2007, p, 107).

De fato, para entrar era necessário ser “colono”, ou seja, deveria ter uma espécie de documento que o caracterizasse como comprador de lotes de terra

¹⁶ José da Silva – entrevista realizada em 15/04/2019

¹⁷ Cabe destacar que a prática de controle de acesso da rodovia por meio de uma cancela é uma prática semelhante àquela utilizada pelos Enawene Nawe para o controle da rodovia que margeia suas terras. Assim, podemos perceber que o problema não é a prática do controle de acesso, ou o pedágio, mas sim quais são os sujeitos e os interesses que envolvem a prática.

na região. Esse também era um desconforto para os “colonos”, assim como para a igreja católica, que passou a ser contra o impedimento do fluxo migratório para a região.

Ainda sobre a atuação e o controle do processo de colonização Santi (2016), relata como a Companhia de Desenvolvimento promoveu as vendas das terras do projeto Juína, subsidiada pelo programa de integração por meio do uso das terras devolutas e pelos programas de financiamento fundiários.

O PROTERRA foi um programa do governo federal criado pelo decreto-lei 1.179 de julho de 1971, esse programa foi criado com o objetivo de promover o acesso do homem a terra. Isso seria feito mediante desapropriações com indenizações, bem como, com liberação de empréstimos fundiários para os pequenos e médios produtores para aquisição de terras cultiváveis nas áreas de abrangência da SUDAM e da SUDENE. Acontece que o Projeto Juína foi desenvolvido nas terras devolutas do noroeste de Mato Grosso. Sendo terras devolutas, pertenciam ao Estado. Ou seja, a CODEMAT, se beneficiava com subsídios do estado duplamente, pois de um lado captava recursos do governo federal para implantar o Projeto Juína e de outro, lucrava através da venda de terras diretamente e via financiamento do PROTERRA que ficava responsável pela alienação em caso de descumprimento do pagamento do financiamento (SANTI, 2016, p.56-57).

A venda dos lotes rurais alienados por meio do financiamento favorecia a permanência do comprador na terra, por outro lado, a Companhia ofertava lotes urbanos como bônus da compra do lote rural. Outro aspecto a ser destacado foi a fixação de prazos para a derrubada e o início do plantio, forçando os colonos a utilizarem a terra para o fim definido no ato da compra.

Entre as culturas incentivadas para o cultivo estava o café, milho, arroz, feijão, mais tarde o guaraná, a pimenta do reino, cacau, urucum, a extração da seringa, assim como a pecuária de corte e o gado leiteiro.

Para fortalecer a agricultura, um dos requisitos exigidos na abertura do Projeto Juína foi a constituição de uma Cooperativa que pudesse atender a esses produtores. Em 1980 foi instituída a CooperJuína, contando com sessenta e quatro associados fundadores, afirma Lóris (2009). Com os altos e baixos da produção agrícola, a Cooperjuína buscou incentivos e possibilidades de investimento, firmando convênios com o Banco do Brasil para financiamentos, com a Companhia Nacional de Abastecimento, bem como a própria Companhia de Desenvolvimento.

Lóris (2009), relata que entre os anos de 85 e 86 Juína e região chegou ao ápice da produção de café, obtendo um plantio de 12 a 14 milhões de pés, chegando a ter uma de suas variedades, o café conilon, avaliado entre os melhores do mundo na bolsa de Londres. No entanto, a cooperativa enfrentou muitos problemas com os convênios firmados para a escoação da produção, o que levou ao declínio da produção cafeeira e das demais culturas como milho, arroz e feijão no decorrer dos anos.

Entretanto, o setor madeireiro esteve em pleno desenvolvimento. Durante os primeiros vinte anos do Projeto Juína a indústria madeireira foi a grande responsável pelos empregos e rendas gerados, mas também foi quem extraiu da floresta madeiras de lei como o mogno e a cerejeira, muitas vezes, com imensas toras sendo mal aproveitadas. Lóris (2009), afirma em seus relatos que da madeira, naquela época, só se aproveitava o “filé”, ou seja, a melhor parte, não se preocupando com o descarte. A madeira, ainda é um dos pontos fortes na economia do município, no entanto, hoje os projetos de manejo são os responsáveis pela manutenção e funcionamento desse setor.

O processo de instalação das atividades garimpeiras em Juína veio concomitante as dificuldades enfrentadas pela produção agrícola. De acordo com Santos (2013), as notícias de jazidas de diamantes tomaram conta do município e de toda a região, as informações apontavam para um deslocamento de 30 km do centro urbano, que correspondia a uma reserva de Terras Indígenas Cinta Larga. As notícias se espalharam por todo o estado e país, atraindo milhares de pessoas para Juína.

A notícia do potencial diamantífero ultrapassou as fronteiras mato-grossense e brasileira, tornando Juína mundialmente conhecida por possuir, senão a maior, uma das maiores jazidas do mundo e segundo estimativa de técnicos de uma multinacional que aqui minerou. (The BeersInternational) a exploração estaria garantida por 50 anos. (ALMEIDA, 2010, p. 16).

A Companhia de mineração Sociedade de Pesquisa e Exploração de Minérios - SOPEMI S/A, empresa multinacional, era constituída pela união de dois grupos; BRGM (francesa) e a “De Beers” (inglesa), com uma equipe de geólogos, técnicos e funcionários braçais, foram os responsáveis pela análise e descoberta de um grande campo diamantífero em Juína.

A abertura da exploração desse campo e as perspectivas de lucro se espalharam. O garimpo representava enriquecimento rápido, o que motivou a vinda de muitos garimpeiros à procura do imenso potencial diamantífero, essa massa populacional provinha de Rondônia, do Nordeste e de outras regiões de garimpo que já estavam em decadência, “vieram para os garimpos de Juína na condição de homens expropriados em busca da perspectiva da riqueza fácil (SANTOS, 2013, p. 5).”

Por outro lado, grande parte dos agricultores também deixou de lado a produção agrícola para tentar a sorte com o garimpo, uma vez que vinham enfrentando dificuldades com o escoamento da safra e da oscilação do setor agrícola.

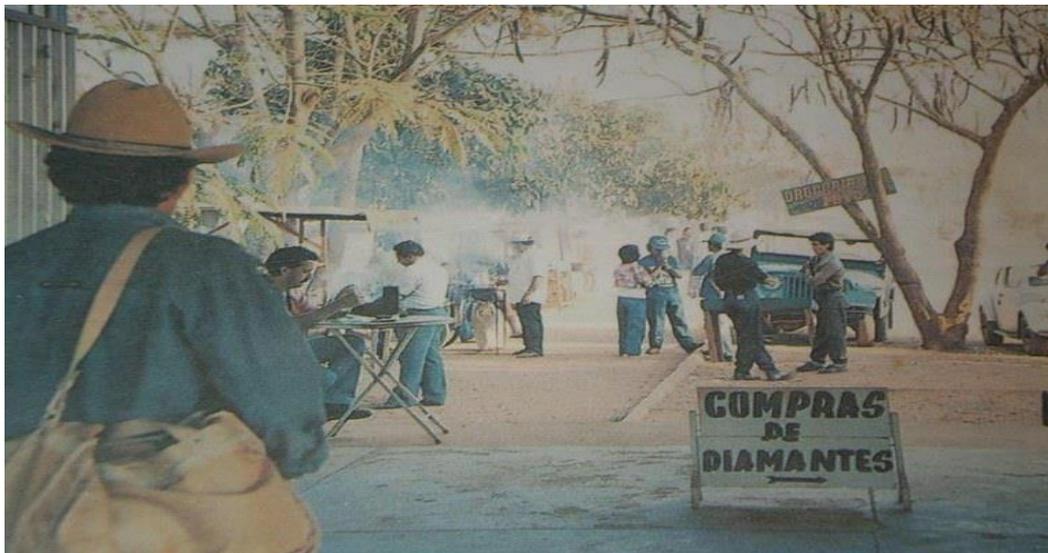
Segundo Santos (2013), as relações humanas vivenciadas pela sociedade juinense nesse período diferenciavam entre o colono e o garimpeiro. Enquanto o primeiro vivenciava uma estabilidade e, até um *status* social, o segundo sofria de forma explícita o preconceito, a violência e a desvalorização de sua vida, por ser considerado como aventureiro. No entanto, isso acontecia de maneira velada, uma vez que havia interesse na mão de obra e na disposição do garimpeiro para sofrer os riscos oferecidos no trabalho.

Havia por detrás da aparente relação de cordialidade o interesse dos colonos nesse imediatismo, que poderia representar a solução para as frustrações das dificuldades da lavra na agricultura, ou a possibilidade de ampliar seus lucros investindo nas frentes de extração, no comércio de gêneros, de diamantes ou cedendo seu lote para garimpagem. Não existe em suas relações uma oposição de “um para o outro” declarada, a relação entre colono e garimpeiro é pautada por uma discriminação velada, presente inclusive no linguajar cotidiano, que aparece discretamente dos discursos, em termos como “garimpeiro rodado”, na despreocupação com as denominações específicas, com o desinteresse por sua origem, como se todos os garimpeiros presentes nos catriados se convertessem em uma unidade identitária difícil de imaginar. Mas, sobretudo, ela aparece no descaso com a violência que ocorre nas vilas garimpeiras (SANTOS, 2013, p.12).

Os impactos vivenciados pela população nos espaços de ocupação agrícola que sofreram a inclusão dos garimpos, como é o caso de Juína, fica evidente. De acordo com Santos (2013), nos registros históricos que datam desse período é possível perceber a banalização da vida em função do enriquecimento, ou seja, a mercantilização das relações sociais e do trabalho, transformando as relações entre as pessoas em relações entre coisas.

O período de ápice do garimpo no município de Juína foi de 1985 a 1994, época de intenso processo de mineração em que o comércio de diamantes acontecia até mesmo nas ruas da cidade. Mais tarde, foi construída a Bolsa de Diamantes, onde era feita a lapidação, compra e venda dos diamantes.

FIGURA 06- Compra e venda de diamantes em Juína na década de 1980



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Juína (aprox. 1987)

Foram encontradas nos garimpos abertos muitas pedras de diamante consideradas gemas, entre elas a quarta maior pedra já encontrada no Brasil com 452 quilates. A extração do diamante foi o marco divisor para o crescimento econômico e populacional de Juína, nas décadas de 1980 a 1990.

O Garimpo do Arroz, além de próximo a cidade também possuía um baixo grau de dificuldade para a exploração, as pedras encontradas tinham bom valor industrial e comercial.

A preocupação era que a Juína crescesse, e cresceu! Muita riqueza encontrada nessas terras, mas muita morte, rolou muito sangue. Garimpeiro, índio, peões ...a vida parecia não ter valor.¹⁸

Nesse período, o fluxo migratório tornou-se intenso, a chegada das empresas mineradoras e a busca por novas áreas de garimpo movimentaram idas e vindas em busca do enriquecimento fácil, no entanto, a atividade era arriscada e em muitas situações degradantes.

¹⁸ Maria Jose – Entrevistada em 20/06/2019

No contexto atual, a economia de Juína ainda é movimentada pela extração do diamante, com menor intensidade devido às questões ambientais e a legalização dos garimpos. No entanto, ainda há uma exploração significativa para essa atividade no mercado brasileiro.

2.2 – Contexto Político, Sujeitos, Discursos e Conflitos

A emancipação política de Juína como município ocorreu a partir da assinatura da lei 4.456 em 09 de maio de 1982 pelo então governador Frederico Campos. Sua administração ficou a cargo do prefeito interino Holmes Lóris¹⁹ até que ocorresse o pleito eleitoral. Para que esse processo emancipatório ocorresse foram coletadas assinaturas dos populares, numa espécie de abaixo assinado para solicitar junto ao governo do estado via requerimento a abertura do processo.

Lóris (2009), relata que foi instaurado um plebiscito para consultar a população se seria de seu interesse ou não a emancipação. No entanto, no dia do plebiscito, poucos eleitores vieram à cidade para votar e sob a orientação do deputado Oscar Ribeiro, a mesa receptora dos votos e os organizadores da votação burlaram o sistema eleitoral para que a maioria dos votos fosse favorável.

Na perspectiva dos colonizadores, a emancipação política de Juína concretizava o sucesso do projeto Juína e viabilizaria a ampliação dos recursos necessários para o atendimento da população, tendo em vista que inicialmente o projeto previa uma série de recursos de saúde, educação e segurança que ainda não haviam sido cumpridos pela Companhia de Desenvolvimento-CODEMAT.

¹⁹ Holmes Lóris e irmão de Lídio Lóris (uma das fontes utilizadas no texto), ambos são pioneiros do projeto Juína. Holmes Lóris, catarinense, economista, um dos precursores do processo de emancipação de Juína, assumiu o cargo de prefeito interino por indicação política do prefeito de Aripuanã, pois o projeto Juína era vinculado a essa prefeitura. A família Lóris mudou-se para Juína em 1978, Holmes e Lídio participaram ativamente de importantes decisões políticas no desenvolvimento do projeto Juína. Holmes já é falecido, Lídio hoje com 80 anos ainda é morador de Juína, juntamente com seus familiares.

Com a presença de mais ou menos quatro mil pessoas, o governador Frederico Carlos Soares de Campos assinou o decreto de emancipação no palanque armado, assistido por deputados, prefeitos e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas. Como era impressionante ver aquele povo alegre, entusiasmado, ovacionando autoridades e o novo município estava sendo criado. “Juína -A Rainha da Floresta”. A vibração daquele povo, a maioria jovem, era contagiante e nos olhos de todos podia-se ver o orgulho de participar do progresso, tão rápido, da cidade, aliado a esperança de um futuro promissor. (IÓRIS, 2009, p. 35)

Por outro lado, a colonizadora organizaria as condições de acesso viabilizando estradas e subnúcleos urbanos para o apoio ao colono, assistência técnica e implementos para iniciar a produção da zona rural. Ióris (2009) afirma que coube ao colono cumprir com as exigências, mas a colonizadora deixou a desejar no cumprimento de seu papel. Assim, a emancipação de Juína era vislumbrada como uma possibilidade de superação das problemáticas que não foram resolvidas pela Companhia de Desenvolvimento.

Após a emancipação, havia a necessidade do processo eleitoral e no contexto da década de 1980, ainda havia resquícios do bipartidarismo instituído pelo regime militar por meio do Ato Complementar 4, do dia 20 de novembro de 1965²⁰. Os partidos políticos Aliança Renovadora Nacional – Arena (base aliada do governo) e Movimento Democrático Brasileiro-MDB (constituído como oposição) lançaram 3 candidatos cada um, elegendo-se aquele que obtivesse maior número de votos, juntamente com seu partido.

De acordo com Ióris (2009) “os partidos lançaram três candidatos: Arena 1- Hilton Campos; Arena 2- Jorge Martins; Arena 3- Varejão; MDB 1- Orlando Pereira; MDB 2 – Antonio Veneno; MDB 3 – Alencarzinho (IÓRIS, 2009, p.41)” Na disputa eleitoral, Hilton Campos, engenheiro da Companhia de Desenvolvimento - CODEMAT, perdeu para Orlando Pereira com uma diferença

²⁰Há quem diga que a implantação do bipartidarismo decorria de uma admiração ingênua do presidente Castelo Branco pelo modelo britânico, e há também quem veja nessa experiência uma tentativa de “mexicanização” e na ARENA o projeto brasileiro de um futuro PRI (Partido Revolucionário Institucional). A interpretação mais correta talvez seja a de um meio-termo entre essas duas ideias: uma oposição menos decorativa do que a mexicana, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva. É relevante neste contexto a hipótese de Levite e Tarrow (1983) acerca da deslegitimação de partidos opositoristas. (...) Para produzir efeitos substanciais, esse empreendimento de deslegitimar a oposição teria de granjear apoio mais efetivo junto ao eleitorado e à opinião pública, algo bastante difícil de acontecer dentro das coordenadas políticas e institucionais do regime militar brasileiro (Lamounier e Meneguello ,1986, p. 66-67)

de apenas nove votos, afirma Lóris (2009). Ainda segundo o autor, a eleição apesar de parecer tranquila gerou um clima de rivalidade entre os dois partidos. Hilton Campos era uma figura representativa da Companhia de Desenvolvimento, que até então, tinha trazido muito descontentamento para alguns colonos, seja pelo não cumprimento das promessas da colonizadora, seja pelo não atendimento a distribuição de terras para aqueles que não se encaixavam no perfil de “colono”. No entanto, havia também muitas pessoas que o tinham em alta consideração.

Enquanto isso, Orlando Pereira tinha como aliado Padre Duílio Liburdi, que apesar de exercer a função de pároco foi um grande apoiador de sua candidatura junto aos mais pobres e desfavorecidos.

Formaram-se duas facções bem definidas. A primeira daqueles que conquistaram a terra, estabelecendo-se tanto nos sítios como na cidade e creditavam a CODEMAT e ao Hilton, seu sucesso. A segunda, daqueles que não conseguiram terra, foram expulsos das invasões e não puderam se estabelecer na cidade, chegavam, não eram atendidos tornando-se revoltados e depois adversários. (IÓRIS, 2009, p. 44 e 45)

A disputa pelo poder não acabou junto ao fim do processo eleitoral, a rivalidade era sentida nas relações entre a prefeitura e a colonizadora. A atuação da CODEMAT acabou criando uma divisão hierarquizada entre colonos e posseiros. O direito à terra quando constituído a partir da aquisição capitalista gerava uma identidade legitimada pelo poder hegemônico em detrimento daqueles que buscavam o direito à terra sem ter condições de comprá-la.

Nesse sentido, aqueles que partilhavam do que Lóris (2009) considera como aliados ao trabalho da CODEMAT e de seu representante Hilton Campos, por se sentirem contemplados e atendidos pela instituição comungavam de uma mesma visão econômica, social e política. No entanto, os posseiros, aqueles que foram expulsos do processo de colonização não possuíam condições de pensar alinhados aos anseios políticos do projeto da colonizadora, sentiam-se excluídos e buscavam apoio na igreja e em outros representantes que pudessem proporcionar-lhes a inclusão.

Orlando Pereira eleito primeiro prefeito de Juína também sofreu os efeitos dessa rivalidade e o clima entre colonizadora e a administração municipal não favorecia o atendimento da população, de um lado o poder público local e de

outro, a CODEMAT, com visões totalmente diferentes e encerradas na manutenção do poder.

Um dos fatores que dificultou e muito os trabalhos da nova gestão era que todo recurso financeiro para o município de Juína ainda passava pela administração da CODEMAT, que depois repassaria a administração pública. No entanto, a companhia reteve a liberação desses recursos. As consequências da rivalidade ocasionaram um processo de estagnação do novo município, chegando a ser noticiado no Jornal Diário de Cuiabá.

O município de Juína, localizado no extremo norte de Mato Grosso, está ameaçado de entrar em colapso administrativo, em consequência da falta de apoio de alguns órgãos do governo (...) a situação se agrava dia a dia devido ao fato da CODEMAT não ter entregado à prefeitura os serviços essenciais tão necessários para a sobrevivência de seus moradores. A cidade além da falta de verba não possui um serviço regular de coleta de lixo e muito menos de distribuição de água. A CODEMAT recolheu todos os caminhões que prestavam serviços em Juína, criando uma situação delicada. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1993, in meu, apud BIANCHIM, 1994).

Tendo assumido a prefeitura em janeiro de 1983, sem prédio próprio, sem materiais de expediente, muito menos apoio do governo federal, do governo do estado e da CODEMAT, Orlando Pereira teve dificuldades para exercer seu cargo.

Lóris (2009, p.53) relata que “o governador dizia que não receberia aquele “macaco” em seu gabinete”, o desprezo a figura de Orlando Pereira era repreensível. O autor utiliza essa expressão para demonstrar como o racismo estruturava as relações na política do estado durante esse período, a eleição de Orlando Pereira contrariava os ideais de construção de uma sociedade baseadas na perspectiva europeizada de desenvolvimento. Dessa forma, todo o mandato político de Orlando Pereira foi marcado pela falta de assistência do estado e da colonizadora, tornando nítido o racismo estrutural desde a formação da sociedade juinense.

Nos anos que seguiram, as dificuldades vivenciadas pela população se agravaram. O Segundo prefeito Liceu Veronese chegou encaminhar uma carta denúncia solicitando ao governo do estado, Carlos Gomes Bezerra, providências para amenizar os problemas de ordem básica pelos quais o município atravessava, faltava ruas transitáveis, escolas, assistência médica e até água

potável. O conformismo com a condição de domínio e ao mesmo tempo de descaso do poder público e da CODEMAT com as necessidades da população levou muitos colonos a apatia, ao desespero e até mesmo ao abandono de suas terras. A colonizadora legitimada pelo estado, não apenas incentivou a vinda dos migrantes transformados em colonos, mas também os endividou e os colocou na condição de partícipes de seu projeto de desenvolvimento, o que os tornava corresponsáveis pelo sucesso do empreendimento, suportando as mazelas a que estavam expostos.

Na sua autobiografia, Lídio Lóris (2009), faz uma reflexão muito interessante acerca de poder e autoridade observados no decorrer de seus mais de trinta anos em Juína. Ele busca em Weber a diferença entre poder e autoridade para explicar algumas situações que ocorreram antes e durante o processo de colonização do noroeste de Mato Grosso, como por exemplo, o extermínio de todas as aldeias lamé (Cinta Larga) entre as margens do rio Aripuanã e Juruena durante o processo de extração da borracha por grandes seringalistas, a abertura da estrada AR-1 que liga Mato Grosso a Rondônia, a chegada dos migrantes a Vila Juína.

Para o autor, foram muitas as situações do uso do poder e da força que esse possibilita, no entanto, também foi possível perceber a capacidade de influência e do uso da autoridade. O Massacre do Paralelo Onze, ocorrido na década de 1960, foi uma demonstração não apenas de poder e força, mas também uma subalternização da vida humana. A ação dos fazendeiros no processo de extermínio de mais de três mil indígenas da etnia Cinta Larga ocorreu com ajuda de funcionários do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Consta-se que foram levados aos indígenas alimentos misturados a arsênico, em outros casos aviões atiraram brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola, assim como foram organizados ataques com armas de fogo por pistoleiros, liderados por Chico Luiz, por ordem do seringalista Antônio Mascarenhas de Junqueira.

Ainda que o estado proporcionasse articulações institucionais para manutenção da vida, isso não assegurou a vida dos povos indígenas do deixar morrer, pois o próprio processo de colonização e as formas civilizatórias apresentavam mecanismos de aniquilação da vida.

As situações de trabalho pesado a que foram expostos muitos migrantes na construção da AR-1, na abertura de picadas mata adentro, na própria exposição das famílias ao se alojarem em barracos de lona no meio da mata, são exemplos de como a autoridade foi exercida sobre a massa populacional que se deslocou de outras regiões do país para o noroeste de Mato Grosso.

O uso e até abuso da autoridade conferida a alguns agentes das instituições colonizadoras e dos representantes do estado nem foram percebidos por parte da população, que acreditando no projeto Juína só conseguiam vislumbrar seus objetivos de conquista

Muitos migrantes que chegaram a Juína no período de colonização acreditam que não haveria outra maneira de ocorrer o processo colonizador, que o desenvolvimento e o sucesso ocorreram justamente pelo “*modus operandis*” do projeto e da sua execução. Isso fica nítido nos relatos da maioria dos antigos moradores, são gratos pela oportunidade que tiveram de participar da colonização de Juína, pois apesar de todas as dificuldades enfrentadas, serviu de motivação para lutar conjuntamente com a colonizadora pelas melhorias.

FIGURA 07- Primeiras moradias dos colonos em suas terras



Fonte: Arquivo Câmara Municipal de Juína (198?)

Por outro lado, para os migrantes que chegaram a Vila Juína, a falta de perspectiva em outras regiões do Brasil limitaria a possibilidade de crescimento e prosperidade. Muitas famílias em busca da terra já haviam saído de seus locais

de origem, no entanto, não conseguiram sucesso e juntos com o fluxo migratório que estava ocorrendo vieram para o noroeste mato-grossense.

O tamanho das propriedades impossibilitava sua reprodução enquanto camponês, o avanço da mecanização exercia uma pressão imobiliária sobre a terra, a falta de perspectivas para os filhos, a esperança de poder ter mais terra sem os problemas que se lhes apresentam no Sul. O modelo de ocupação e desenvolvimento proposto para os Estados do Sul do Brasil, particularmente o Paraná, deu sinais de esgotamento na década de 1970. A taxa de crescimento populacional do Estado entre as décadas de 50 e 70 foi superior a 5,0% ao ano. A introdução da mecanização, o cultivo de produtos para exportação – como a soja – que exigiam áreas maiores de cultivo; a fragmentação das propriedades com o crescimento das famílias; a extrema valorização da terra (160% entre 1980 e 1981) compõe o quadro que provocou grande pressão em toda a região Sul do país. (JOANONI NETO, 2014, p.193)

FIGURA 08 – Chegada de Colonos na Vila Juína



Fonte: Arquivo Câmara Municipal de Juína (198?)

A chegada das famílias, trazidas muitas vezes, pelos caminhões da própria colonizadora era um momento de alegria e de impacto, pois se sentiam esperançosos com a ideia de um futuro promissor, no entanto, se deparavam com uma realidade diferente daquela que era noticiada nas propagandas da colonizadora. No entanto, é possível perceber nos relatos de pioneiros que foram entrevistados e na autobiografia de Lóris (2009) o quanto a memória reforça os

aspectos positivos da vinda para Juína, mesmo diante do sofrimento a que foram expostos.

A igreja foi um importante agente no assentamento das famílias no projeto Juína. Apesar de ter adeptos de vários grupos religiosos, todos de matriz cristã, Juína acabou sendo povoada em sua maioria por católicos. De acordo com Lóris (2009) o padre Angelo Spadari, vigário de Vilhena, foi quem rezou a primeira missa ainda nas instalações da CODEMAT, mais tarde a companhia designou uma área para a construção da primeira igreja.

A figura do padre Angelo é tida pelos fiéis como amoroso e zeloso, Lóris (2009) explica que o tratamento dado a todos os colonos pelo padre, independentemente de ser católico ou não era seu ponto forte. Devido à idade do padre Angelo e as dificuldades enfrentadas no percurso de Vilhena a Juína, o padre Duílio Liburdi assume a condução da igreja católica em Juína. Com um espírito veemente e combativo padre Duílio lutava contra as injustiças sociais praticadas contra os pobres e oprimidos, em detrimento daqueles que detinham o poder.

Lutava pelo direito dos excluídos e perseguidos, contra os opressores, a exploração do homem pelo homem, a discriminação e valorizava a família. Combatia a centralização do poder, do capital e da força nas mãos de poucos e, principalmente, pregava a justa distribuição de renda e o direito a terra. (IORIS, 2009, p.144)

Essa compreensão de sociedade mais justa e menos discriminatória fez do padre Duílio um aliado às causas dos pobres e desvalidos que vinham buscar uma oportunidade em Juína. Seu apoio as famílias que aqui chegavam sem condições de adquirir a terra na perspectiva do projeto de colonização capitalista, foi fundamental para enfrentar as barreiras impostas pela colonizadora no controle do fluxo migratório.

O Projeto Juína era destinado à venda de lotes urbanos e rurais para aqueles que podiam pagar pela aquisição. No entanto, o fluxo migratório acabou rompendo o controle estabelecido por cancelas na AR-1 e cerca de trezentas famílias se instalaram na região em busca de um pedaço de terra, obtendo assim apoio da igreja católica para se estabelecerem. Sobre esse fato, Padre Duílio, testemunhou a expulsão de famílias consideradas como “grileiras” das terras que estavam em posse da colonizadora. Do acontecimento, o pároco relata:

A missão recebida me fez parar em Castanheira no dia 22 de dezembro de 1979 [...] me lembro que terminada a missa o homem da Rural que me trouxe [...] me colocou naquela famigerada casa onde havia um correntão [controle de acesso instalado pela colonizadora para impedir acesso aos projetos]; eu não sabia o que era aquilo. Lá estava uma família, um casal e cinco filhos embaixo da chuva. Eu perguntei: 'Quem são vocês? O que vocês estão esperando?' 'Estamos esperando uma condução que nos leve em Juína, perto do Rio Perdido, porque nós fomos expulsos das nossas terras; nós somos do grupo de posseiros e hoje fomos expulsos'. [...] Perguntei ao motorista 'o que é isso?' Ele me respondeu: 'essa gente é invasora de terra; essa gente tem que sair da terra que não é deles. Sim, mas esta terra é de Deus, que queria dar aquela família, e aos trezentos outros que tinham sido expulsos; e eu não sabia, estava em Vilhena, onde a propaganda era para mandar mais gente para cá, que havia terra MARAVILHOSA, que produzia como a bíblia diz "Leite e mel". Eu me recusei de subir novamente na rural e pedi que levassem aquela família, e que não a deixassem na chuva, e nem desamparada em Juína. Fui depois conferir. Outra família pobre e humilde, que então começou um barraco na Vila Operária tinha dado um barraco àquela família. [...] O famigerado Ramon 'Paraguaio' tinha ordem de Juína, ordem de Cuiabá, para impedir a entrega da terra de Deus, que Deus queria dar aos seus filhos que chamou do Sul, que chamou do Norte e Nordeste do Brasil[...]. (Dom Antônio convida Pe. Duílio para dar uma palavra, 1988, p.8).

O relato do padre Duílio revela as ações violentas praticadas por pessoas ligadas à colonizadora para manter a lógica capitalista do projeto. Um homem denominado Ramon Paraguaio era responsável por manter a ordem e impedir as ocupações não determinadas pela colonizadora, o pároco o define como um homem que tinha como função comandar a morte e as queimadas dos barracos dos posseiros. Esse episódio presenciado por Padre Duílio aconteceu em 1979, não sendo o primeiro, nem o último caso de violência contra os posseiros.

Padre Duílio tornou-se uma figura decisiva para os enfrentamentos ao modelo excludente proposto pelo projeto colonizador, trabalhando para a pacificação dos conflitos, bem como buscando na teoria da Libertação subsídios para demonstrar a importância da terra para todos os homens como um direito adquirido por serem semelhantes e filhos do mesmo Deus. Por outro lado, ele incentivava as organizações comunitárias, sindicatos rurais e a pastoral da terra.

A presença de personagens como Padre Duílio, Padre Ezequiel Ramin, Frei Wilson Piazza, Vicente Cañas entre outros, era motivo de desconforto para os grandes latifundiários, pois estes eram favoráveis à divisão das grandes porções de terra e buscavam apaziguar os conflitos com os povos indígenas da região e lutavam por demarcação territorial desses povos originários. Isso, obviamente gerava desconforto e embate com a política organizacional do poder

local. As ameaças de morte se tornaram frequentes, chegando à consumação da morte dos padres Ezequiel Ramin e Vicente Cañas.²¹

Por outro lado, a igreja católica e seus agentes tiveram um papel importante para o estabelecimento das famílias que chegavam a Juína. Padre Duílio trabalhou na formação de agentes da Pastoral da Saúde, capacitando pessoas para atuar no atendimento da saúde da população que ora se estabelecia. De acordo com Joanoni Neto (2014) a prelazia, posteriormente ampliou o trabalho, capacitando agentes comunitários e ampliando a medicina popular, numa mescla de fé e de tratamentos com ervas naturais, barro e outros elementos utilizados na medicina alternativa.

É importante observar que, nos diversos empreendimentos colonizadores espalhados no Mato Grosso, durante as décadas do desenvolvimentismo, a igreja católica assumiu papéis de grande relevância para que esses projetos fossem concretizados com sucesso

Otimista com a evolução material da sociedade brasileira, a Igreja acreditou no desenvolvimento lento e gradual da economia, pois entendia que os obstáculos estruturais seriam contornados por meio da opção do povo brasileiro em aceitar as orientações cristãs de um projeto que conclamava a todos à ação coletiva e solidária (SOUZA, 2001, p.103).

Se por um lado a ação da igreja tinha funções orientativas e pacificadoras, por outro lado, o engajamento de alguns agentes da igreja tomou proporções não esperadas pelas colonizadoras. Na prelazia de Diamantino, Joanoni Neto (2014) relata sobre a função da igreja católica na condução do Internato Utiairiti, que tinha como objetivo a catequização e domesticação de crianças e adolescentes indígenas.

Em algumas áreas, ela fez os discursos das empresas e governo, em outras, mostrou-se omissa e, em algumas outras, colocou-se ao lado dos migrantes, posseiros, indígenas contra os interesses das empresas. (JOANONI NETO, 2014, p.200)

²¹ Os padres Ezequiel Ramin e Vicente Cañas vivenciaram o processo de colonização do Projeto Juína. Ezequiel Ramin veio como Missionário e tornou-se pároco, apoiava as causas sociais e o assentamento de migrantes. Vicente Cañas atuou fortemente na demarcação dos territórios indígenas.

O que fica evidente é a presença majoritária da igreja católica, marcada nos registros documentais dos projetos colonizadores do Norte, Nordeste e noroeste de Mato Grosso. Em Juína, é possível encontrar nos registros documentais e na disposição dos imóveis pertencentes à igreja católica, assim como na presença e atuação das pastorais da saúde, da juventude, da família até os dias atuais.

Notadamente, a igreja católica se fortaleceu em Juína e na região por meio de seu trabalho desenvolvido com a comunidade, pastorais e sindicatos, quando ainda vinculadas a Diocese de Ji-Paraná e Diamantino e mais tarde frente à atuação significativa e a expansão das comunidades surgiu à necessidade da criação da Diocese de Juína, que desde 1997 tornou-se referência no contexto regional.

O grande pulo no processo colonizador é o sucesso da implantação de projetos que resultaram em diversos municípios em Mato Grosso. Para o autor Guimarães Neto (1986, p.87), “Os colonos foram verdadeiros peões da colonização”, pois vieram trazidos pela motivação oferecidos pelas colonizadoras e ao mesmo tempo limitados por suas regras e definições para o uso da terra.

FIGURA 09 – Foto Aérea de Juína – contexto atual



Fonte: Galeria Prefeitura Municipal de Juína

O projeto Juína foi propagado e vendido com a esperança de crescimento econômico e ascensão social. Seus primeiros moradores sonharam encontrar

terras férteis para a agricultura, encontraram mata fechada e desde as primeiras clareiras e plantações viveram dificuldades e muitas decepções. Muitos não retornaram porque não havia nem recursos financeiros e nem mesmo para onde retornar, o que lhes restava era lutar e vencer os desafios.

Para aqueles que chegaram a Juína provido de recursos financeiros, a terra prometida foi alcançada, mesmo depois de tantas adversidades. O controle e o uso de seus recursos naturais tornaram-se elemento para provimento de riquezas e marca mais uma história do poder e da dominação do capital. Juína hoje possui uma população aproximada de 40.000 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE, tornou-se referência no atendimento da região nas áreas da saúde e educação, considerada hoje como cidade polo.

FIGURA 10 – Desenvolvimento urbano de Juína



Fonte: Galeria Prefeitura Municipal de Juína

Se por um lado era difícil acreditar no sucesso do Projeto Juína, por outro havia a figura do colonizador que representava alguém que buscava o bem estar social e fazia frente ao chamamento para a árdua tarefa de trazer o desenvolvimento para a floresta amazônica nos moldes determinados pela política desenvolvimentista militar.

Olhando nessa perspectiva, os pioneiros cumpriram a missão: ocuparam as terras, venceram as adversidades, derrubaram a floresta, plantaram, produziram, edificaram a cidade e integraram a rainha da floresta ao país, ao sistema produtivo e econômico, provocaram a alteração da paisagem e contribuíram para o progresso econômico da nação.

No entanto, essa é a história oficial, contada por aqueles que venceram o processo de dominação, expropriação e espoliação dos direitos daqueles que ocupavam esse território. Para esses, os vencidos, o que restou foi as marcas da violência, a morte, a perda de seus territórios ancestrais e muita resistência para continuarem existindo mesmo diante da negação de sua existência.

2. 3 – Projeto Juína- um território e vários interesses econômicos

No Brasil, o processo histórico do período colonizador é permeado por situações de conflitos entre os mais diferentes sujeitos que compuseram esse cenário. No Mato Grosso, o processo colonizador desconsiderou a presença de povos indígenas, quilombolas ou, até mesmo, seringueiros na região. As terras eram consideradas “espaços vazios”, o que de fato não condizia com a realidade.

A terra, muito além das expectativas de produção agrícola, significava enriquecimento com as jazidas de ouro e diamantes, o governo “[...] com interesses apenas no desenvolvimento do inexplorado interior do país, não intermediou os massacres”, Kayser (2010, p. 85).

Desde o período de efervescência da colonização nas décadas de 1970 e 1980, no Projeto Juína, a presença da frente pioneira impeliu o contato com os indígenas e os confrontos passaram a ser uma constante.

Vamos desenhar aqui um panorama desses confrontos de interesses, nos quais poderemos compreender os motivos pelos quais, em sua maior parte, envolve o povo indígena Enawene Nawe. Passada a fase do processo de demarcação do território e da definição de divisas, o convívio com os não indígenas e com os empreendimentos econômicos na região trouxe uma série de confrontos de interesses entre a perspectiva capitalista e os modos de ser e viver dos povos indígenas.

A expansão da soja em Mato Grosso e o aumento das áreas agricultáveis aproximaram os empreendimentos do agronegócio das fronteiras com os territórios indígenas. Segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso publicizados no final de 2009, até meados de 2007 cerca de 175 mil km² de floresta amazônica e 150 mil km² de cerrado foram desmatados, esses

percentuais representam aproximadamente 35% e 42% das áreas originais. Do mesmo modo, produção agropecuária cresceu significativamente últimos anos.

Atualmente o carro chefe da produção de Mato Grosso, a soja cresceu, em produção, 8% ao ano em média. Houve então um salto de 8,8 milhões de toneladas no início da década para 18,2 milhões de toneladas em 2010, segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT).

Conseqüentemente, a explosão sojifera em Mato Grosso se tornou muito próximo dos Territórios Indígenas, favorecendo o aparecimento de conflitos. Em 1998 surgiu a demanda dos sojicultores da região circunvizinha a Juína para a construção de estradas que facilitassem o escoamento da produção.

Essas estradas foram pensadas para dar acesso ao município de Sapezal, pertencente ao polo sojífero da região, adentrando as reservas indígenas Enawene Nawe, Utiairiti (do povo Paresi) e Tirecatinga (do povo Nambikwára). Então, para que fosse possível negociar junto aos povos indígenas afetados, foram feitas promessas de benfeitorias para todas as comunidades indígenas do entorno. Aos Enawene Nawe ofereceram a possibilidade de trocar canoas de madeira por barcos de alumínio e motores de popa, facilitando sua movimentação no território e fora dele.

Em 1998, os sojicultores da região de Sapezal - MT iniciaram a abertura de uma estrada na porção noroeste do território, objetivando interligar os municípios de Sapezal e Juína e escoar a produção da soja. Os *Enawene Nawe* souberam do projeto e, apesar de seduzidos, decidiram inicialmente não aceitar. Mas as propostas vieram acompanhadas de muitos presentes: chinelos, roupas, material para a lavoura, linha de algodão entre outras coisas. Eles estavam divididos: uns queriam, outros não. Sabiam que aqueles presentes poderiam custar mais caro do que imaginavam. Alguns começaram a visitar com mais frequência o município de Sapezal e de lá voltavam para a aldeia abarrotados de mercadorias e, vez ou outra, com um barco de alumínio e um motor de popa. Comentam que num dos supermercados da cidade de Sapezal as mercadorias estavam à disposição deles: era só recolher tudo o que desejassem (ZORTHEA, 2006, p. 18).

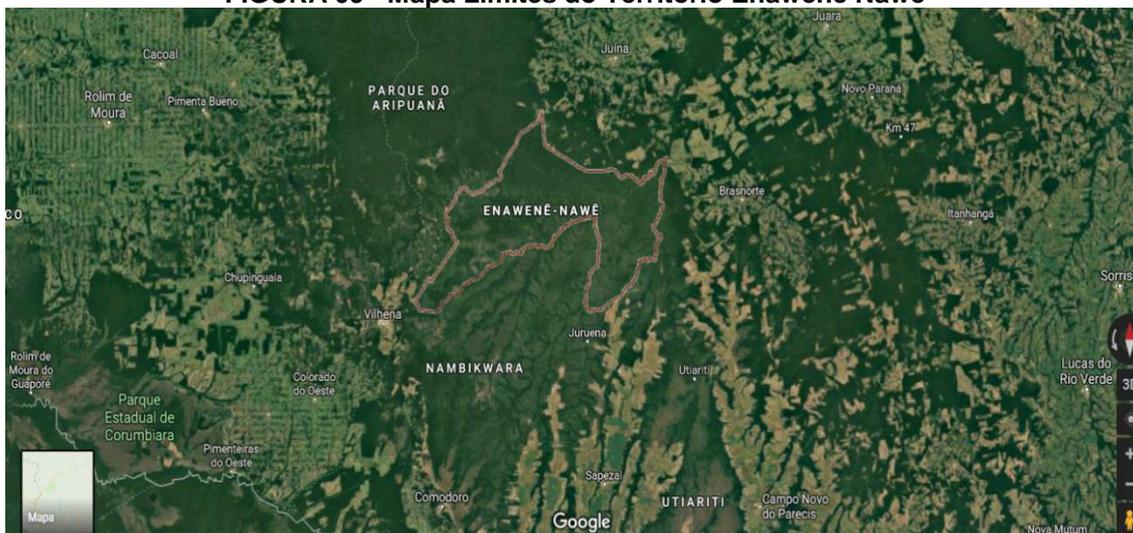
Mesmo diante de todas as análises, discussões o processo de construção da estrada ocorreu, na tentativa de amenizar os conflitos, foram cedidos aos Enawene Nawe barcos de alumínio e motor de popa, assim como, junto com a comunidade Tirecatinga e Utiairiti, criaram a Associação Indígena para recolher o pedágio na estrada construída.

As negociações para a liberação da estrada causaram inúmeras consequências internas. A desigual participação dos grupos familiares e clânicos nas transações culminaram no surgimento de conflitos, em pequenas fissões sociais e no aproveitamento desigual dos bens ofertados como moeda de pagamento gerando uma crise em um povo cujas práticas rituais e produtivas estão todas direcionadas para o equilíbrio através da distribuição dos resultados. A situação culminou num ciclo de epidemias e na morte de três pessoas vinculadas a chefes clânicos, uma circunstância associada ao abandono do plantio de milho e à fúria dos espíritos Yakaliti (ALMEIDA, 2010, p.25).

O dinheiro e a lógica mercantilista foram inseridos no cotidiano dos Enawene Nawe a partir de então. De acordo com Jakubaszko (2006), as trocas monetárias surgiram por conta dos barcos a motores. Esses barcos foram doados ao grupo como uma forma de contemplá-los pela concessão da abertura da estrada que tinha como objetivo baixar os custos do escoamento da produção de soja da Chapada dos Pareisi. Não houve indenizações à comunidade até os dias atuais, mas os acordos feitos incluíram a cobrança de pedágio por essa via.

O cenário de que tratamos é um território que possui uma vasta rede hidrográfica composta pelos rios “Joaquim Rios (Tinuliwnae Muxikiawina-tributários do rio Camararé), rio Arimena e rio Preto (Olowinae Adowina-tributários do Juruena) e rio Nambikwara (Huyakawina- tributário do Doze de Outubro) Jakubaszko (2006, p. 48)”.

FIGURA 09– Mapa Limites do Território Enawene Nawe



Fonte: GOOGLE MAPS

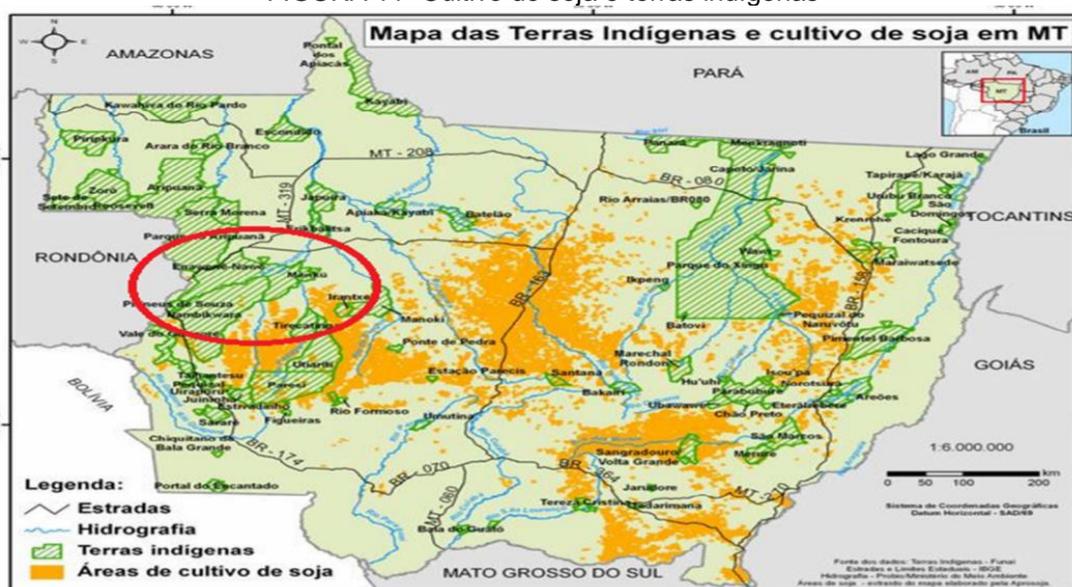
Esse território transita entre o cerrado e a floresta, com uma área de aproximadamente 750.000 hectares, no vale do rio Juruena, no noroeste do estado de Mato Grosso. No mapa acima podemos ter uma ideia da localização

do território, margeado pelos municípios de Juína, Brasnorte, Sapezal e pelos territórios Nambikwara e Cinta Larga (Parque do Aripuanã).

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa - IPEADATA (2011) Mato Grosso apresentou nos últimos anos um aumento significativo na produção agrícola, desde o aumento das áreas de produção e, por conseguinte, a colheita. Dos municípios que limitam com o território Enawene Nawe temos Sapezal com 42,42%, Brasnorte 12,37% e Juína²² 0,30% de seus territórios para o cultivo de soja e outras culturas entre safra.

É possível verificar no mapa abaixo o vasto complexo sojífero de Mato Grosso e sua proximidade com os territórios indígenas. As TIs estão destacadas em tracejado verde e as plantações são os pontos amarelos em destaque no mapa.

FIGURA 11- Cultivo de soja e terras indígenas



Fonte: Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis e ONG Repórter Brasil

De modo geral, a soja é responsável pela maior parte do desmatamento no centro-oeste, o que tem causado danos ao meio ambiente, seja pelo desmate, seja pelo uso intensivo de agrotóxicos e de defensivos agrícolas, afirma Moura

²² No município de Juína, as áreas agricultáveis para o plantio da soja, em sua maioria estão homologadas como TIs, sendo um dos motivos que favorece o conflito com essas populações, pois para a sociedade não indígena são consideradas como impeditivos para o desenvolvimento econômico da cultura da soja na cidade.

(2014). O autor destaca ainda sobre os problemas com o envenenamento da fauna silvestre, frequentemente utilizada na alimentação dos povos indígenas.

As lavouras mecanizadas representam a atividade que mais contribui com as modificações ambientais da expansão agrícola. Tendo a soja como produto principal, ocupam extensas áreas em regiões de cerrado e floresta, convertendo a vegetação natural em campos produtivos. Grandes quantidades de agrotóxicos são lançadas anualmente pela monocultura da soja, milho, algodão, etc., poluindo o solo, ar, água, animais, vegetação e a população local. Diminuição de biodiversidade, perda de produtos como fibras, resinas, extratos e frutos, redução do espaço da fauna e Influência em comunidades indígenas, são impactos visíveis observados na transformação do cerrado e floresta, dando lugar às lavouras e às pastagens. (MOURA, 2014, p.69).

O autor também relata os casos das etnias Paresi, Nambikwara e Manoki que, cedendo às pressões do complexo sojífero, arrendaram parte de seu território para o plantio por meio de parceria com grandes produtores da região do Chapadão dos Parecis. Se de um lado o território Enawene Nawe divisa com esse tipo de empreendimentos, do outro se depara com outros empreendimentos econômicos.

O município de Juína, onde se concentra maior parte do território Enawene Nawe tem como foco a pecuária, extração de madeira e minérios. Ainda existem duas mineradoras atuando no município, SL Mineradora e Diagem, a primeira tem 30.000 hectares para exploração e a segunda 130.000 hectares.

FIGURA 12 - Incidência de processos minerários na terra Enawene Nawe

cont. Tabela 3 - Número e área de incidência de processos minerários em Terras Indígenas

Terra Indígena				Processos incidentes		
nome	situação jurídica (fev/2005)	extensão* (ha)	extensão** (ha)	qtd.	área da TI com incidência	% da TI
TI Enawenê Nawê	Homologada. Reg. CRI e SPU	742.088	735.397	24	203.547	27,68

Fonte: Nannini, 2005.

Nesse sentido, vale observar os dados do instituto Socioambiental, que aponta o levantamento feito das áreas indígenas que estão em território com grande potencial de exploração mineral, os Enawene Nawe possui um território de aproximados 750.000 ha, desses 26,68% se referem ao potencial de minérios, que ainda aguardam decisão judicial para a liberação e aprovação para a exploração.

De acordo com Ricardo (2005) os processos de exploração do potencial mineral em terras indígenas estão sendo acompanhados desde 1986, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), organização antecessora do ISA, juntamente com a Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage). Desde então tem crescido o número de processos solicitantes de exploração de minério em terras indígenas em diversas regiões do Brasil e os estados de Mato Grosso e Pará lideram as solicitações.

O estudo apresentado pelo Instituto Socioambiental mapeia no Brasil a situação desses processos e das pesquisas desenvolvidas nas TIs, e afirma que “para se concretizarem as exigências da Constituição, é necessário, antes, uma lei que regulamente como será o procedimento das atividades minerárias em TIs, o que não aconteceu até hoje (RICARDO, 2005, p.05)”.

Essas informações acerca da questão territorial dos Enawene Nawe nos possibilitam compreender onde se situam territorialmente e quais são os interesses econômicos que os rodeiam.

Se de um lado estão rodeados pelo complexo produtivo agrícola, do outro se deparam com a pecuária, com mineradoras, inclusive com processos solicitando o direito de exploração mineral em seu território ancestral. É importante destacar também, a vasta rede hidrográfica desses territórios indígenas, dentre os quais também se inserem os Enawene Nawe.

Complexo Juruena é composto por 02 UHEs e 09 PCHs. Entre as empresas responsáveis pelo empreendimento destacam-se a Juruena Participações e a Maggi Energia, essa última, de posse de Blairo Maggi, governador de Mato Grosso entre os anos de 2003 e 2010. Apesar das usinas estarem localizadas fora da terra indígena, a implantação de onze barramentos em menos de 110 km de rio pode trazer consequências incalculáveis à vida econômica e cerimonial dos Enawene Nawe, já que as análises ambientais apontam que sua instalação coloca em risco os ecossistemas aquáticos, em decorrência do aumento no desmatamento das matas ciliares, de alterações na qualidade da água (devido ao seu turbinamento sequencial), da mudança nos ciclos de vazante e cheia e do assoreamento e contaminação dos rios e áreas alagáveis, locais reconhecidos como criatório de peixes da região. Além dos EnaweneNawe, outros quatro povos indígenas também serão impactados pelas obras, são eles: Paresi (Aruaque), Nambiquara (Nambiquara), Rikbaktsa (Macro-jê) e Myky (língua Myky) (ALMEIDA, 2010, p. 2-3)

De acordo com Almeida (2010), os rios com grande potencial para a instalação de usinas hidrelétricas tornaram-se de grande interesse exploratório. Apesar de as análises dos impactos ambientais e antropológicos terem sido

feitas, os laudos foram emitidos, a concessão foi dada para a execução da obra. Foram instaladas duas usinas hidrelétricas e nove pequenas centrais hidrelétricas no complexo Juruena, afetando as etnias indígenas Enawene Nawe, Erikbaktsa, Japuíra, Juininha, Menku, Nambikuára, Paresí, Tirecatinga e Utiairiti.

Os conflitos acerca dos empreendimentos hidrelétricos no rio Juruena se arrastaram junto com sua construção. Algumas vezes, as obras foram paralisadas pela justiça, outras vezes pelos próprios Enawene Nawe, na perspectiva deles os maiores beneficiados com as construções seria a sociedade não indígena, no entanto, a eles restaria a fúria dos espíritos.

De fato, os empreendimentos na rede hidrográfica do Juruena atendem a interesses econômicos de grandes investidores, por possuírem menor investimento, estar vinculada ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, receber financiamento do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento, “as PCHs passaram do patamar de —alternativa de democratização do setor elétrico para um grande filão mercado que se amplia a cada dia (Almeida, 2010, p.33)”.

Como de fato aconteceu, a eles coube a escassez de peixe e a dificuldade para executar o Ritual Yaõkwa, o que significa o desequilíbrio do cosmos, e os espíritos podem entrar em descontentamento, vindo sobre eles toda a sua ira. Nesse sentido, no que se refere ao dano também é preciso considerar a relação dos indígenas com a natureza e os elementos que ela lhes oferece como condição para a manutenção da vida e de sua cultura. (...) “atingidos são todos os que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida (VAINER, 2004, p.203)”.

Diante do longo processo de negociação, debates entre FUNAI, Secretaria de Mineração e Meio Ambiente, Operação Amazônia Nativa, empreendedores das centrais hidrelétricas e lideranças indígenas a proposição de uma compensação financeira, seguida de uma pressão dos demais grupos indígenas os Enawene Nawe cederam e instalou-se o Complexo Juruena.

Entender o paradoxo que o Complexo Juruena representa para os Enawene Nawe é ponto fundamental para a apreensão das estratégias e posicionamentos destes ao longo do licenciamento das obras. Só se compreende o risco corrido por eles ao avalizar as obras, quando se percebe o risco constante que envolve a realização dos seus rituais. Tempos atrás, boa parte do que eles precisavam para a realização destes cerimoniais estavam ao alcance, nos estoques salvaguardados

pelo território, com relativas limitações impostas por conflitos com outros grupos indígenas. Recentemente, a aproximação de frentes colonizadoras – e a conseqüente degradação da região – colocam em alerta o nível de segurança de alguns desses recursos. Mesmo com a demarcação da Terra Indígena Enawene Nawe, e apesar da sua notável conservação, os Enawene Nawe dependem, ainda hoje, de muitos recursos que são acessados apenas fora do território demarcado (ALMEIDA, 2010, p.95).

Nesse sentido, as ações desencadeadas desde o processo de construção de estradas e da compensação por meio das doações de barcos e motores geraram novas necessidades a esse povo indígena. Desse modo, ceder às pressões externas e as novas demandas internas significavam a eles pensar nos riscos, porém tentar atender a essas demandas do povo, como por exemplo, o combustível para os deslocamentos no território e a manutenção das atividades ritualísticas.

Sobre os impactos e o conceito de atingidos Vainer (2003), explica que o setor elétrico trabalha com uma concepção, na qual, o autor denominou de concepção territorial-patrimonialista. Ou seja, os atingidos são os proprietários da terra e a indenização é uma forma de compensação pelos danos causados.

Nessa concepção, um rio, que diminui consideravelmente o número de espécies da fauna aquática e que prejudica o pescador não se encaixa nessa concepção territorial-patrimonialista, nem se encaixa no perfil indenizatório.

Ainda nessa perspectiva, conforme Vainer (2003), explica, considerando essa concepção, não há propriamente impactos, nem atingidos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos atingidos. O que ocorre é o direito de desapropriação por interesse público exercido pelo empreendedor. Assim, as negociações e as compensações oferecidas às etnias envolvidas, principalmente os Enawene Nawe, são maneiras de não barrar o desenvolvimento econômico dos investimentos propostos no complexo hidrográfico do rio Juruena.

Os recursos financeiros da compensação vêm para sanar um déficit imediato e periódico dos cerimoniais enawene nawe - que desde 1997 passou a operar dentro da lógica da gasolina e dos motores de popa. Seja cogitando a possibilidade de diminuição da ictiofauna (prenunciada pelas análises ambientais), ou a possibilidade de adquirir autonomia de renda (que tem como pano de fundo a realização das pescarias e coletas rituais, movidas à gasolina); o fato é que o que está em jogo é sem dúvida a manutenção de um modo de vida próprio, baseado na harmonização das relações entre homens e espíritos, que

só pode ser alcançada por meio da realização dos cerimoniais (ALMEIDA, 2010, p.91)

Nesse sentido, o acordo compensatório para os Enawene Nawe adquiriu uma coerência associada a manutenção dos rituais, uma vez que a inserção dos barcos de alumínio e motores de popa apresentam uma grande demanda de recursos financeiros para a manutenção e abastecimento. De acordo com Almeida (2010), a decisão dos Enawene frente aos empreendimentos operou na lógica do controle da situação ao autorizar a concretização das obras, por outro lado, também está na construção de um status de liderança mediante as demais etnias e dentro do próprio contexto da aldeia por aqueles que estiveram à frente das negociações.

De modo geral, esse é o cenário que se desenhou como consequência da constituição do Projeto Juína. Deparamo-nos com a tentativa de inserção dos povos indígenas no convívio com a sociedade não indígena, mas operando numa lógica ocidentalizada e capitalista. O povo Enawene Nawe, assim como as outras etnias, está exposto aos interesses dos grandes latifundiários e empreendedores do complexo sojífero, da pecuária, da extração de madeiras, da exploração de minerais, bem como a rede hidrográfica que rodeiam, ou até mesmo permeiam seus territórios.

3. AÇÃO INDIGENISTA, VIOLÊNCIA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DE MATO GROSSO

3.1 - Colonização e a Ação Indigenista no Mato Grosso

No Brasil, o processo histórico do período colonizador é permeado por situações de conflitos entre os mais diferentes sujeitos que compuseram esse trajeto. De acordo com Brandão (1986), os diferentes grupos não hostilizam e não dominam o outro por serem diferentes, mas os tornam diferentes para fazê-los inimigos, subjugar-los em razão de torná-los iguais, ou seja, “civilizá-los”.

A violência do processo colonizador já começava a partir do contato ocorrendo desde a infecção bacteriológica, a questão ambiental no plano ecológico, a disputa pelas terras, matas, flora e fauna; no social, a mercantilização das relações de produção ou, até mesmo, na escravização indígena.

No plano étnico-cultural o confronto de valores, crenças, modos de vida e suas representações sociais. Quanto a isso, Barth ([1969] 2000) enfatiza que são justamente nos confrontos que se constituem as fronteiras diferenciadoras e os mecanismos de sua manutenção, mas também é onde surge a desigualdade radical em contraponto com as relações estáveis e simbióticas.

Nesse viés, as relações interétnicas vivenciadas no projeto de colonização de Mato Grosso, entre agricultores, garimpeiros e indígenas foram demarcadas pela diferença nos aspectos culturais, sociais e econômicos, seguidos pelo preconceito, violência simbólica e física.

Em Mato Grosso, o processo colonizador desconsiderou a presença de povos indígenas, quilombolas ou, até mesmo, seringueiros na região. As terras eram consideradas “espaços vazios”, as vozes foram silenciadas e a presença desses povos foi negada. Essa negação tinha como objetivo a dominação e a expropriação desses territórios considerados primordiais para o processo de desenvolvimento econômico do país, gerando todo tipo de violência contra essas populações.

A presença dessas populações para o projeto desenvolvimentista foi considerada como empecilho, as terras não eram desabitadas, nelas viviam vários povos indígenas espalhados nos mais diversos pontos desse território.

Dentro desse contexto de desenvolvimento econômico e político voltado para a expansão do agronegócio, a figura do indígena estava atrelada ao atraso e a improdutividade. Por isso, ocorreu um movimento de desterritorialização que contou com um aparato jurídico e político que não atendia as necessidades desses povos, mas que estava a serviço do estado e de sua nova ordenação para a regra.

Nesse sentido, o governo brasileiro determinou ações conjuntas de diversos agentes com a função integrar os povos indígenas e eliminar as barreiras para o “desenvolvimento”. Entre os agentes que estavam a cargo desse processo de organização do espaço e redirecionamento das populações indígenas para facilitar os objetivos desenvolvimentistas estava o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) criado em 1910 e em 1918. Essa agência do governo (SPI) tinha como objetivo constituir as alterações necessárias nos modos de vida, na economia e na cultura dos povos contatados a fim de integrá-los como agentes efetivos na defesa das fronteiras do país, em um misto de trabalhador rural e soldado.

Nas diversas regiões de Mato Grosso, o processo colonizador deixou um rastro de violência contra as comunidades indígenas que partiram do próprio estado, seja pelo silenciamento diante das ações das colonizadoras, seja por ações que infringiam os direitos desses povos. Segundo Martins (1997), a violência e a degradação do outro vai além das fronteiras físicas, perpassa pelo encontro das fronteiras culturais, religiosas, pela diferença entre o eu e o outro, é ali que ocorre o processo de desumanização e banalização das vidas.

Nesse sentido, o contexto colonizador de Mato Grosso foi marcado pela degradação das fronteiras humanas no avanço da frente expansionista e da frente pioneira, ambas não reconheciam a presença dos povos indígenas que compunham o cenário mato-grossense e quando os reconheceu como diferentes buscou maneiras de apagar essas diferenças. Seja pela construção de internatos para a catequização ou a desterritorialização e reterritorialização em outros espaços que não tinham nenhuma relação com a ancestralidade desses povos.

Em 1967, depois do impacto gerado internacionalmente pelo massacre do Paralelo Onze, no qual morreram mais de três mil indígenas da etnia Cinta Larga, o governo federal resolveu destituir SPI e constituir a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A FUNAI passou a constituir uma nova frente de aproximação nas décadas de 1960 a 1970 em que o governo buscava promover um processo que se justificaria a partir da mediação dos direitos, tutela, cidadania e nacionalidade, representada ainda hoje pela Fundação Nacional do Índio.

De acordo com Filho (2006), em conjunto com o governo essas agências de desenvolvimento constituíam-se na força das relações de poder e estratégias para a ocupação do que chamavam de “espaços vazios” da Amazônia Legal, ou seja, era o estado - empresa pública aliado ao capital privado.

Segundo Bigio (2007), a Fundação Nacional do Índio – FUNAI tinha como objetivo recuperar a base estrutural inicial do Serviço de Proteção do Índio- SPI que fora extinto em decorrência da inoperância e da corrupção. Mesmo extinto, a perspectiva inicial do trabalho da FUNAI e de seus propósitos eram funcionais e objetivava a realização de uma ação indigenista pautada no integracionismo dos povos indígenas à sociedade brasileira, evitando os entraves de expansão das frentes econômicas do capital. Assim, mesmo reconfigurando a estrutura a institucionalização da Fundação Nacional do Índio- FUNAI - deveria seguir como referência para sua ação indigenista o trabalho que o SPI desenvolveu enquanto esteve sob a gestão do General Cândido Mariano Rondon.

De acordo com Bussatto *et al.* (1995) a FUNAI, nesse contexto, tinha função de “ponta de lança” para desobstruir as terras e o avanço das frentes pioneiras.

Em Mato Grosso isso significou a instauração de uma operação civilizatória dos povos indígenas Enawen Nawe, Suru iPaitei, Zoró, Tupi Kawahib, Arara do Beiradão, Yakarawakta, Erikbaktsa, Myky e Iranxe, todos da região noroeste do estado.

Em 1969 outra instituição foi constituída com o objetivo de mediar os conflitos em que essa operação civilizatória desencadeou. A Operação Amazônia Nativa – OPAN foi constituída para atender a região Centro-Oeste e Norte do Brasil, uma organização indigenista alternativa, com a finalidade de apoiar a causa indígena buscando condições de vida e permanência em seus territórios, afirma Weiss (1998). Uma das primeiras ações da OPAN foi

desmistificar o trabalho alienante da antiga Missão Indigenista e, para isso, contou com o apoio de vários missionários, entre eles o Pe. Vicente Cañas e Thomaz Lisboa, que faziam parte das equipes missionárias.

A participação de figuras religiosas, assim como em todo o processo colonizador do Brasil, também foi fundamental para a mediação e pacificação dos povos indígenas contatados. Figuras como Vicente Cañas, padre espanhol, chegou ao Brasil em 1968 para participar dos projetos da Missão Indígena Anchieta (MIA). Entre várias missões desempenhadas desde sua chegada ao Brasil, o missionário, a partir de 1974, passou a fazer visitas aos Enawene Nawe, e em 1977 passou a conviver com eles até 1987. Vicente Cañas foi assassinado em 1987, tendo como suspeito de encomendar o crime Ronaldo Osmar que na época cumpria designação em cargo público junto à Delegacia de Polícia de Juína.²³

Outra figura importante no processo colonizador no noroeste de Mato Grosso, o missionário Thomaz de Aquino Lisbôa um brasileiro, nascido em Itapetininga, São Paulo. Ele e mais dois outros irmãos entraram para a ordem dos jesuítas, o que o levou para o campo missionário e o trabalho com os indígenas. Thomaz de Aquino foi peça chave para o diálogo entre indígenas e os órgãos governamentais para a delimitação dos territórios.

As expedições indigenistas que seguiram no noroeste de Mato Grosso foram determinadas pelo governador Pedro Pedrossian, que após sobrevoar a região da floresta amazônica, identificou pontos estratégicos para a implantação de projetos de colonização que previam ocupar os vastos territórios com empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico do estado.

Ao estabelecer os projetos de colonização na região noroeste a presença das etnias Enawene Nawe, Surui Paiter, Zoró, Tupi Kawahib, Arara do Beiradão, Yakarawakta, Erikbaktsa, Mykye Iranxe, que tinham seus territórios fixados nessa região passou a ser um entrave para esses empreendimentos. Por isso,

²³ Ronaldo Osmar, acusado de agenciar a morte de Vicente Cañas em abril de 1987 foi condenado pelo tribunal do júri a 14 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial fechado. Com o julgamento encerrado no dia 29 de novembro, o júri popular acompanhou na manhã do dia 30 as sustentações orais que direcionam ao réu Ronaldo Osmar a responsabilidade de agenciar a morte de Vicente Canãs e decidiu no fim da tarde pela condenação do ex delegado da Polícia Civil de Juína, localidade onde ocorreu o crime. Conselho Indigenista Missionário, CIMI – Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/02/acusado-de-agenciar-o-assassinato-de-vicente-canas-e-condenado-14-anos-e-3-meses/>

a importância de agências ligadas ao governo para mediar os confrontos e promover a ação civilizatória desses povos.

Esses povos indígenas foram sendo contatados de acordo com o avanço das frentes de expansão. Até a década de 1970 os Enawene Nawe eram considerados isolados, ou seja, não havia registros oficiais de contatos com nenhuma das expedições expansionistas, mas é a partir da instalação do projeto Juína que os rumores da existência desse povo indígena isolado motivaram a busca pelo contato.

Nos relatos de Bussato et al. (1995), a primeira missão de Thomaz foi no internato indígena *Utiairiti*, comandado pela Missão Anchieta, tendo como missão catequizar e civilizar trinta e cinco meninos indígenas (advindos dos aldeamentos Nambikwara, Irantxe, Paresi, Rikbáktsa, Apiaká e Kayabi) que estavam sob seus cuidados. Nesse período, mais de trinta povos estavam reduzidos em uma população de duzentos indígenas.

Depois de vivenciar a ação violenta de desterritorialização e reterritorialização vivenciada pelos povos indígenas aldeados nas primeiras incursões na região, os padres Thomaz de Aquino e Egydeo Schwad, na década de 1960, contribuíram significativamente para o processo de averiguação das denúncias de corrupção e extermínio dos povos indígenas pelo então Serviço de Proteção ao Índio e sua atuação em Mato Grosso.

O declínio e extinção desse modelo de ação indigenista favoreceram a constituição de uma nova frente de contato interétnico aparentemente menos violenta, mas de fato mais sutil e velada, pois ainda estava a serviço da ação “civilizatória” para concretizar os interesses econômicos na região.

A partir de 1970 o padre Thomaz de Aquino assumiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Mato grosso e propôs uma política indigenista baseada na garantia dos direitos indígenas de manutenção de seus territórios e da diferença étnica. Ainda assim, cabe observar que mesmo o contato interétnico estabelecido com vistas à valorização da autonomia indígena nos aspectos culturais, sociais, econômicos e, em algumas situações, até mesmo religiosos, também contribuiu para que o processo de colonização atingisse seus objetivos de ampliação da população, domínio e exploração das áreas cultivadas.

As ações indigenistas no Mato Grosso favoreceram a execução do plano de metas do Estado brasileiro em fortalecer a economia a partir da exploração

capitalista do campo. O estado de Mato Grosso com uma extensão territorial que abrange em torno de 10,59% do território nacional, rico em recursos naturais e favorável geograficamente para a implementar a agropecuária e a agroindústria tornou-se um grande empreendimento capitalista, principalmente pela forma como ocorreram os processos de colonização, em sua maioria coordenados por empresas privadas, ou mistas (cooperação entre estado e iniciativa privada), mas desconsiderando que esse estado também abrigava o maior número de etnias indígenas do país.

O resultado disso é um estado que atualmente está inserido no cenário mundial como um dos maiores produtores de soja do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, dos 141 municípios de Mato Grosso apenas 44 (ou 31,2%) não cultivam soja, ou não tem registros. Porém, 58 cidades (ou 41,1%) registraram entre 10 mil e 608 mil hectares de soja.

Esse avanço rápido do grão em Mato Grosso afetou as populações indígenas, pois em 78 Terras Indígenas (TIs) listadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ao menos 30 estão localizadas em municípios com mais de 10 mil hectares do grão. Em 2008, a organização Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) afirmou que:

"o estado do Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil, sendo esta atividade uma das principais causas do desmatamento no cerrado e da degradação ambiental nas cabeceiras dos rios que drenam as terras indígenas, colocando em risco a segurança alimentar, a cultura e a vida física e espiritual das comunidades indígenas".

Dessa forma, o pensamento inicial do projeto colonizador acabou sendo atendido pelas ações indigenistas consolidando o modelo de desenvolvimento econômico que privilegiou a implantação dos corredores da soja e da pecuária extensiva. As agências governamentais foram instrumentalizadas financeira e juridicamente para a pacificação das etnias indígenas que faziam parte do vasto território de Mato Grosso, atuando no sentido de minimizar os efeitos de violências vividas por esses povos. Obviamente que, para além disso, estava atrelado ao cumprimento de metas para conciliar interesses políticos, administrativos e econômicos.

3.2 – Desenvolvimentismo, Violência de Estado (Necropoder) e Genocídio da População Indígena

A noção de necropolítica da qual tratamos nesse trabalho está vinculada à “destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135). Nesse sentido, cabe trazer um pouco da história da colonização do noroeste de Mato Grosso para compreender como a violência e a desvalorização da vida balizaram as primeiras frentes de ocupação desses territórios.

O primeiro tipo de violência a que os povos indígenas foram expostos foi a negação de sua existência, considerar o território não colonizado como vazio demográfico foi uma forma de apagamento desses povos, desconsiderando-as como vidas humanas.

Depois do apagamento e anulação da humanidade desses povos, todas as outras formas de violência são possíveis, segundo Agambem (2010) são consideradas como “vida sem valor”, pois não pertencem ao círculo social promovido pelas trocas de mercadorias, compra e venda de força de trabalho existente no capitalismo.

Nesse viés, o autor destaca que a ação política de morte é uma forma em que o capitalismo se utiliza para atender aos seus objetivos, isso fica evidente no massacre que ocorreu na década de 1960 no noroeste de Mato Grosso, quando a empresa Arruda, Junqueira & CO decidiu fazer a “limpeza das terras” para a exploração da borracha. Em 1963 “seringueiros e fazendeiros decidiram tornar livre de índio o paralelo 11, no qual situam as maiores aldeias indígenas para depois tomar posse e explorar tranquilamente por inteiro o território indígena”, Kayser (2010, p. 85). Em torno de três mil indígenas da etnia Cinta Larga, das aldeias entre Juruena e Aripuanã, no distrito de Fontanillas foram massacrados, essa chacina ficou conhecida como o Massacre do Paralelo 11.

Massacre do Paralelo 11 Conhecido como um dos mais horrendos episódios de que se tem notícia até hoje no Brasil, o chamado Massacre do Paralelo 11 ocorreu na década de 60, quando morreram cerca de 3.500 Cinta Larga. De acordo com os registros históricos, incluiu do roubo ao estupro, passando por grilagem, assassinato, suborno, tortura e outras agressões. O Relatório da Comissão da Verdade atribui o massacre à intensificação dos conflitos com empresas de mineração e colonização na região do Mato Grosso.

Aponta que as mortes ocorreram por motivos diversos, tais como o envenenamento por alimentos misturados com arsênico, aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola, assassinatos em emboscada e até mesmo aldeias dinamitadas por pistoleiros. Seu episódio mais pontuado foi o lançamento de dinamite de um pequeno avião sobre a aldeia de índios Cinta Larga. Trinta índios foram mortos, tendo restado apenas dois sobreviventes. Em outro episódio, pistoleiros invadiram a reserva indígena, armados de metralhadoras e winchester-44 (“papo-amarelo”), arma de alto poder de fogo, além de revólveres calibre 38. Todos os indígenas presentes na ocasião foram mortos. Outro fato conhecido foi o envenenamento dos indígenas por alimentos que continha arsênico e sua contaminação proposital com vírus da gripe, sarampo e varíola. Também foram registrados métodos severos de tortura, como o esmagamento lento dos tornozelos das vítimas com um instrumento conhecido como o ‘tronco’. Mesmo depois de tantos anos, são ainda incipientes as apurações e reparações ao povo indígena Cinta Larga em virtude desse episódio. Ainda hoje os índios Cinta Larga sofrem as pressões oriundas do processo de desenvolvimento. A descoberta de grandes jazidas de diamante de alta qualidade em seu território intensificou a exploração, acentuando a degradação física e cultura desse povo, que hoje luta contra as constantes invasões sofridas por parte dos garimpeiros e busca parcerias para construir alternativas sustentáveis de etnodesenvolvimento para o seu povo (NEGÓCIO, 2017, p.270).

O Relatório Figueiredo é um documento que denunciou as atrocidades cometidas contra os povos indígenas no período do regime militar. Durante décadas esse documento ficou perdido, o relator Jader de Figueiredo Correia denunciou as atrocidades vividas pelos povos indígenas entre as décadas de 1940 a 1960, entre os casos tratados no documento está o genocídio de um aldeamento Cinta Larga localizado no paralelo 11, entre os rios Juruena e Aripuanã. Esse documento veio à tona em 2012, com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada pela presidente Dilma Rousseff para apurar violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, período que inclui a ditadura militar.

O processo desenvolvimentista do noroeste de Mato Grosso tem como pano de fundo o caso do massacre do Paralelo Onze, a denúncia desse caso foi o que levou a destituição do Serviço de Proteção ao Índio e motivou a criação da Fundação Nacional do Indígena-FUNAI como uma maneira de apaziguar esses impactos.

O caso foi atribuído a disputa territorial entre os indígenas, seringueiros e fazendeiros, pois havia interesse no território propício para a extração da borracha e para o cultivo agropecuário, mas o estado negligenciou perante as atrocidades cometidas servindo aos interesses econômicos. “[...] com interesses

apenas no desenvolvimento do inexplorado interior do país, não intermediou os massacres”, Kayser (2010, p. 85). Na apuração desse crime o depoimento do seringueiro Ataíde Pereira dos Santos revela as crueldades cometidas no massacre e revela o objetivo de limpeza do território de toda e qualquer presença de indígenas.

– Minha tarefa era só matar o chefe dos cintas-largas. O índio estava isolado e era o único que não trabalhava, encostado a uma pedra, parecendo fiscalizar os outros. Aí Chico Luiz me disse: ‘Segura o capitão deles que eu acabo com o resto’. O Chico Luiz me escalou porque confiava na minha pontaria. O ‘Boliviano’ [membro do grupo de ataque] tinha uma winchester, mas eu nunca erreí com meu velho mosquetão – relatou o seringueiro. Naquele dia, os atacantes dos cintas-largas estavam na margem oposta do Aripuanã, afluente do Madeira que atravessa a reserva indígena. Era um grupo de seis homens capazes de se deslocar na floresta com a habilidade de um índio. Chico Luiz era o chefe do grupo, que estava a serviço de Antonio Mascarenhas de Junqueira, seringalista respeitado em Mato Grosso, conhecido pela prática de assassinar índios. O grupo havia deixado o seringal, na confluência dos rios Juína mirim e Juruena, subindo por este último até Águas Bravas, onde o Juruena revoltado não permite a navegação. Penetraram na selva e a partir daí receberam apoio aéreo de um Cessna que lançava, periodicamente, alimentos e munição. O grupo atingiu a maloca dos cintas-largas à noite, com armas engatilhadas e sem fazer fogo capaz de denunciar sua presença. Nem um cigarro foi fumado durante toda a espera, quando se falou pouco e a sussurros. Ao amanhecer, com os cintas-largas deixando seus abrigos, os homens estavam prontos do outro lado do rio:– Eu quase dormi na pontaria, mas quando apertei o gatilho o índio caiu – relatou Ataíde. Mas ele mesmo ficaria horrorizado com as cenas que se seguiram. Chico Luiz portava uma metralhadora e os demais winchester-44 (‘papo-amarelo’), arma de alto poder de fogo, além de pistolas 38. Os índios não tinham como se defender sob a fuzilaria deflagrada pelo disparo de Ataíde, mas o grupo só atravessou o rio quando se deu conta de que todos estavam mortos. A surpresa, que desconcertou Ataíde e os outros, foi a presença de uma índia levando pela mão uma criança com idade estimada posteriormente em 5 anos. Ela nem correu. Estava sem forças. Apenas chorava, o que, no relato de Ataíde, irritou Chico Luiz: – É preciso matar todas essas pragas – berrou ele para o resto do grupo. Ataíde disse ter tentado temporizar:– Não faz mais judiação, Chico. Os cintas-largas vão querer se vingar. E os padres também não vão gostar disso – argumentou, referindo-se a missionários da ordem Consolata, que trabalhavam com os índios.– A gente pode ficar com a mulher. Ela é nova e bonita e se você não quiser a gente leva de presente pro Amorim – acrescentou Ataíde, referindo-se ao chefe do grupo que não estava presente, mas gostava de violentar índias.– Quem quiser mulher que venha buscar mulher no mato – berrou de volta Chico Luiz. Então, o pistoleiro agarrou a mulher, prendeu-a com uma corda numa árvore, de cabeça para baixo e, com um único golpe de facão, quase abriu seu corpo ao meio. A criança já estava morta, com um tiro na cabeça. Em poucos minutos a habilidade macabra do pistoleiro esquartejou o corpo da mulher enquanto os outros ateavam fogo à maloca minutos antes tranqüila e cheia de vida. Ataíde relatou à comissão que pensou em alvejar Chico Luiz pelas costas, mas se

acovardou e permaneceu quieto:— Todos nós pensamos que ele havia ficado louco, mas ele continuou dando as ordens e mandou que atirássemos os corpos no rio. O ataque não durou mais que uma hora, rememorou Ataíde, 'porque o Sol ainda não estava a pino quando partimos'. Cada um dos assassinos deveria receber um pagamento de 50 mil cruzeiros, mas Junqueira, o patrão, recusou o pagamento sob pretexto de que não queria mais aquele tipo de ação por ser muito caro. A estratégia mais barata seria bombardear as aldeias com dinamite, usando avião. Inconformado com a recusa do fazendeiro, Ataíde resolveu vingar-se e relatar o crime com justificativas:— A gente mata porque, às vezes, fica até seis meses no mato e acaba virando bicho. Os cintas-largas estão sentados em cima de grandes jazidas de cassiterita, a terra deles dá boa planta e tem muito mogno. Eles escolhem a melhor terra e não querem sair de lá. É preciso usar a força. (Ataíde Pereira dos Santos, 1965)

Esse depoimento revela uma mancha na história do processo de colonização da região noroeste de Mato Grosso, esse caso ganhou destaque internacionalmente e motivou uma reformulação na política indigenista de modo geral.

De acordo com o relatório, Ataíde era um dos pistoleiros, mas a morte dos Cinta Larga foi encomendada pelos seringalistas Sebastião Palma de Arruda e Antônio Mascarenhas Junqueira. Afim de explorar esse território, ambos eram sócios-proprietários da empresa Arruda Junqueira & CIA, que atuava em Aripuanã, no extremo norte de Mato Grosso. Um inquérito elaborado pela Polícia Federal dois anos e meio após a chacina indiciou os suspeitos da execução, no entanto o resultado desse processo demorou tanto tempo que a maioria dos acusados já havia morrido, ou estavam em idade avançada, impossibilitando o cumprimento da sentença.

A Comissão Nacional da Verdade em suas análises do Relatório Figueiredo constatou que durante o período militar assassinar ou violentar um indígena não parecia previsto como transgressão penal. Nesse sentido, desumanizar o indígena era uma das formas de eliminação, domínio e exploração desses povos. Ainda no Relatório Figueiredo fica evidente a supremacia dos fazendeiros, seringueiros e demais trabalhadores nas regiões colonizadas com liberdade para eliminar por completo tribos indígenas que incomodassem a exploração dos recursos naturais e/ou de construção de rodovias.

Agamben (2002) se refere ao *homo sacer* como àquela pessoa posta à margem da sociedade e que não poderia ser levada a morte pelo soberano, mas que se fosse por qualquer cidadão, isso não se configurasse como crime.

Segundo o autor, o Estado se torna omissivo e realiza o “deixar morrer”, sem interferir ou tornar esse ato como uma infração social, este é o cerne da vida nua, e por isso “matável”. Dessa forma, os processos de colonização do Brasil transformaram os povos indígenas em *homo sacer*, a vida nua no que se refere aos direitos e, portanto, matáveis. Nesse sentido o biopoder nas práticas de colonização, se transforma em necropoder e é evidente no Massacre do Paralelo Onze.

3.3 - A História Do Contato entre os Enawene Nawe e os Não Índios

Os padres Vicente Cañas (1977-1987) e Thomaz de Aquino Lisbôa ([1985] 2010) ouviram relatos de seringueiros da região de Juína e Brasnorte sobre a existência de um grupo indígena que vivia isolado. O grupo missionário jesuítico descia pelo rio Papagaio para estabelecer contato com o povo Rikbáktsa²⁴ de quem ouviram tais relatos, mas não foi possível nessa época estabelecer nenhuma aproximação, nem mesmo ver os Enawene Nawe.

Segundo Thomaz de Aquino Lisbôa ([1985] 2010) em 1971, após estabelecer contatos com o povo Myky²⁵ e a experiência de ter trazido resultados positivos como o aumento da população, resolveu retomar a missão de estabelecer contato com outros povos indígenas. Após sobrevoarem a mata em 1973 e visualizarem na clareira uma aldeia decidiram estabelecer o contato, para isso passaram a organizar a expedição que faria a aproximação.

²⁴ De acordo com Pires (2012), o povo Rikbáktsa vive em três terras indígenas demarcadas. São filiados ao tronco linguístico Macro-Jê e nos referimos aqui aos que vivem em Brasnorte, região noroeste de Mato Grosso. Desde o século XVIII, seu território recebia incursões comerciais e científicas. As variações para sua denominação variam, nos diferentes documentos e relatórios. As mais comuns são: Erikbáktsa, Rikbáktsa, Canoeiros, Orelhas de pau.

²⁵ O povo Myky (Münkü, Münkü, Menkü, Myky), atualmente, tem uma população aproximada de 100 pessoas, fala uma língua classificada como isolada e apenas a geração nascida após o contato (1971) domina relativamente o português. Os Myky são um povo amazônico de terra firme, que ocupam historicamente as cabeceiras dos rios Papagaio, Rico, Águas Claras, Tenente Noronha e Norato (RICARDO, 1991).

Em julho de 1974, Pe. Thomaz de Aquino Lisbôa encampou várias tentativas para o contato, junto com Pe. Vicente Cañas, três indígenas Nambikuara e um Iránxe, a bordo de um barco. No dia 28 de julho, o contato se estabeleceu, mas apenas um idoso deficiente ficou no pátio da aldeia, enquanto que as mulheres e crianças se esconderam. Tudo foi rápido, mas possibilitou a expedição perceber que não se tratava de Nambikwaras.

FIGURA 13– Foto do contato em 29/07/1974



Fonte: Lisbôa ([1985] 2010).

Ainda em 1974, no dia 29 de julho, ao se preparar para retornar à aldeia, o grupo expedicionário foi surpreendido com três dos índios novos vindo em direção a eles, traziam consigo arcos e flechas, colares e trocaram entre si presentes. Os encontros, a partir de então, afirma Lisbôa ([1985] 2010), tornaram-se espontâneos e mais frequentes. No encontro Pe. Vicente Cañas e Lisbôa junto aos Enawene Nawe filmavam e fotografavam sob olhares desconfiados e curiosos. No dia 24 de agosto, o contato foi noticiado no jornal O estado de São Paulo que noticiou o contato interétnico. A manchete dizia:

Um grupo de índios isolados, provavelmente, da família Aruak, entrou em contato com uma expedição chefiada por padres da Missão Anchieta, ao norte de Mato Grosso, às margens do médio Juruena. Os índios cuja existência era conhecida desde 1962, receberam a expedição com festas e danças, demonstrando que há muito desejavam um contato amistoso. (ÍNDIOS ISOLADOS. O Estado de S. Paulo: p. 8, Edição de 24 de agosto de 1974).

O jornal retrata o contato entre os Enawene Nawe com a expedição como um evento almejado pelos indígenas. De fato, apesar de se manterem isolados,

eram cientes de que outros grupos indígenas e não indígenas povoavam a região, que o encontro seria inevitável. Jakubaszko (2003), explica que, na concepção dos Enawene Nawe, o contato era fruto das escolhas e permissão deles. Isso significava apenas que estavam preparados para efetivar novas relações, inclusive com não indígenas, pois estes já circundavam seu território, assim o contato interétnico, seria inevitável.

No seu diário de campo, Thomaz de Aquino Lisboa ([1985] 2010) conta sobre as frequentes expedições feitas por ele e Vicente Cañas nos anos que se seguiram. A comunicação ainda era dificultosa, e para que pudessem compreender qual seria a autodeterminação do povo, até que estabelecida identificaram que se tratava do povo Salumã.

Durante muitas situações as expedições eram interrompidas por causa do risco de gripes e outras doenças. Os relatos de Cañas acerca dos casos de gripe são frequentes no seu primeiro diário “Cedo cheguei ao acampamento do Camararé, onde tem roças de milho, e encontro duas famílias, Xynare e Anayryry, todos com gripe, menos as crianças. Foram medicados. Febre de 40º o pessoal”. (DIÁRIO 1 de 15 de outubro de 1979, do Pe. Vicente Cañas, 1977-1987, p. 17).

Preparados para o convívio com os Enawene Nawe, Cañas e Lisboa não se sentiam espantados com seu modo de vida, por outro lado eles se interessavam cada vez mais pelos brancos. Cañas (1977-1987) relata que: “Cedo levantam o acampamento e decidem ir descendo o Juruena. Parece que todo mundo tem intenção de ir ver civilizados [...] Falam de ir bater timbó na lagoa do Córrego Rico, que é a desculpa para ir ver civilizados” (DIÁRIO 1, de 31 de outubro de 1979, do Pe. Vicente Cañas, 1977-1987, p. 21).

Ainda nos relatos de Cañas (1977-1987) algumas vezes, quando os Enawene Nawe eram percebidos margeando as terras que ficavam próximas ao seu território em suas canoas, eram impedidos de aportar. O autor se torna reticente e não define como eles são impedidos de encostar.

Cedo preparo para ir embora para o acampamento Salumã. Pelas 7h chegam os Salumã pelo picadão da Londrina, onde tem um barracão com o Sapas - saquearam levando bastante açúcar, dois machados, facas, facões e foices... Chegam no Brás às 7h45. Brás não deixa encostar e os Salumã não encostam, continua descendo o rio Juruena.(DIÁRIO 1, de 31 de outubro de 1979, do Pe. Vicente Cañas, 1977-1987, p. 21).

No convívio com o povo Enawene Nawe, o padre Cañas sentiu os efeitos da colonização nos arredores do seu território. Muitos acampamentos passaram a margear seu território a partir da década de 1980. Apesar dos pedidos de interdição da ocupação a instalação da fazenda Londrina, de propriedade do Sr. Pedro Chiquetti, nos limites do território, aconteceu.

A partir de então os contatos com os moradores dos arredores passaram a ser frequentes. Lisbôa ([1985] 2010) relata um evento ocorrido na proximidade do rio Juruena em que os Enawene Nawe encontraram uma grande área desmatada, desceram de suas canoas e encontraram alguns barracos com pertences dos moradores, pegaram aquilo que consideraram importantes e foram embora, não havia pessoas ali.

Na lógica estabelecida pelo contato, há sempre uma relação de troca material e imaterial. Nesse aspecto, Ribeiro (1995) chama a atenção para os diferentes pontos de vista do contato, ao que o autor chama de razões desencontradas. Ao estabelecer contato, o grupo missionário lhes oferece objetos que fazem parte de seu cotidiano. Usando a mesma lógica, o grupo se aproxima do barraco e leva o que considera bom. No entanto, na lógica do grupo instalado nas terras, isso é um saque.

Vicente Cañas (1977-1987) descreve alguns relatos dos trabalhadores da fazenda que se instalavam nos arredores da aldeia por meio da gravação realizada na sede da Fazenda Juruena, no dia 02 de abril de 1978, sobre a chegada dos Salumã na mesma sede, no mês de outubro de 1977.

Dona Morena: A chegada aqui foi muito interessante: três canoas, de casca de pau; as três canoas vinha lotado. Ficamos tudo espantado com eles... nunca tinha acontecido, nunca tinha visto, e a gente fica assim chateado com aquilo; chegaram tudo nu, assim... não achei bonito aquilo não. Agora é o paulista que vai falar .

Senhor Paulista:

Eu me esqueci de dizer, aonde é: Juruena, inclusive o nome da fazenda no Tenuta, beira do Juruena, também é Juruena. Mas quando os índios chegaram aqui, nós ficamos assim nesse estado, rapaz estava nu e tudo conversando enrolado, um tal de guatemi, guatemi, não entendia, a gente não entendia fazendo uma farra muito legal que eles fizeram, entende. A única coisa que a turma achou ruim foi eles rouba, não roubá, levá, porque eles não rouba, uns cara sem... mesmo assim, tudo para eles são bonito, sem raciocínio, mas ao mesmo tempo, raciocínio demais, mas por esse motivo eles não tem. Então estamos [...] e com ajuda inclusive dos senhores padres, então a gente está por aí. E no mais muito obrigado, o que eu tinha que falar é só. (DIÁRIO 1, de 02 de abril de 1978, do Pe. Vicente Cañas, p. 9).

A fala dos trabalhadores da fazenda Londrina retrata uma visão assustadora do contato com o grupo Enawene Nawe. Nessa perspectiva, subtende-se uma invasão dos Enawene Nawe no território da fazenda e não ao contrário. A partir de 1978, os encontros e confrontos passaram a ser frequentes. Cañas (1977-1987) relata que os Enawene Nawe passaram a fazer seguidas excursões pelo seu território, onde encontraram picadas e derrubadas feitas por novas invasões em seu território.

Segundo Barth ([1969] 2000), ao tratar do contato interétnico o autor fala sobre o enfrentamento de dois mundos, visões opostas que determina a relação que seria estabelecida. É perceptível a dicotomia entre os grupos étnicos. Essas diferenças são marcadas pelos critérios de pertencimento de cada um. O autor ainda salienta que essas diferenças passam a ser demarcadoras das interações que serão estabelecidas entre as pessoas.

Ainda é importante destacar que a lógica mercantilista e desbravadora que tem a terra e sua produtividade máxima como princípio é própria das frentes expansionistas e pioneiras, e, muitas vezes, levaram a confrontos de interesses, massacres e destruição de comunidades indígenas inteiras. Para os Enawene Nawe, a terra já possuía condições suficientes para oferecer o que eles necessitavam. Os rios eram sua fonte de alimentação e também de espiritualidade, pois os peixes estão intrinsecamente ligados ao ritual religioso que mantém a ordem e a paz em sua comunidade.

O resultado do contato interétnico com os Enawene Nawe oficializados pelas expedições missionárias e as organizações indigenistas, são considerados menos destrutivos porque foi regido por uma série de critérios estabelecidos a partir da preservação de direitos, cultura e cuidados com a saúde, principalmente diante do contexto vivenciado pela região com o Massacre da Cinta Larga. Porém, ainda assim, resultaram em conflitos armados, mortes e a outros tipos de violência, como o preconceito e o ódio, sentimentos que se perpetuam até os dias atuais.

3.4– Os Enawene Nawe e suas singularidades

De fato, quem são os Enawene Nawe? Desde quando se ouve falar deles? A primeira menção aos Salumã aparece em 1817, no documento *Corografia Brazilica do Reino do Brazil*, de Manuel Aires de Casal (CASAL, 1817). Em outros documentos há apenas a menção dos desconhecidos do alto do rio Juruena chamados assim pelo isolamento em seu território margeado pelo rio Juruena e seus afluentes, afirma Lisbôa ([1985] 2010).

Outra menção que descreve a existência dos Enawene Nawe é a da expedição de Cândido Mariano da Silva Rondon quando percorreu o interior de Mato Grosso levando as linhas telegráficas. Cândido Mariano ouviu dos *Waimaré* (povo *Paresí*, habitante da região de Campos Novos dos Parecis) por volta de 1909 que havia “parentes” no alto rio Juruena, afirma Bussatto *et al.* (1995).

O contato oficial com os Enawene Nawe²⁶ foi coordenado pelos padres Thomaz de Aquino Lisbôa e Vicente Cañas em julho de 1974. Eram aproximadamente 100 indígenas, atualmente, configuram-se em uma população aproximada de 700 indivíduos²⁷ e possuem um aldeamento na Aldeia *Halataikiwa*.

Lisbôa (1995) em seu diário de campo descreve os relatos do povo Enawene Nawe sobre sua história, eles contam que havia diversos aldeamentos, no entanto em função dos conflitos frequentes com outros povos indígenas e catástrofes naturais, eles se dispersaram e por fim constituíram um novo desenho organizacional. Era uma população com padrões diferenciados e que tiveram que se unir para que não entrassem em extinção, no entanto, apesar de viverem conjuntamente ainda são perceptíveis as diferenças entre alguns indivíduos do grupo.

Ainda de acordo com os relatos de Lisbôa (1995) os Enawene Nawe são falantes do Aruak, do tronco linguístico macro-jê, poucos indivíduos ainda hoje

²⁶ O nome da etnia aparece grafado de várias formas nas literaturas e documentos. No entanto, nesse trabalho, tomaremos como base a grafia utilizada pelo grupo em documentos e cartas que foram apresentados por Zorthea (2006) sobre a Escrita Alfabética entre os Enawene Nawe.

²⁷ No Censo do IBGE (2010) consta uma população de 627 indivíduos, no censo SESAI (2014) constam 723 pessoas. Apesar dos dados serem oficiais, optamos pela aproximação do que é a população

falam a língua portuguesa, entre eles adultos, homens e líderes do povo com o objetivo de articular-se politicamente dado ao contato com o não indígena.

Os Enawene Nawe fazem uso migratório de seu território de tempos em tempos, respeitando o ciclo da natureza que exige um tempo para regenerar os recursos que oferece. De acordo com Jakubaszko (2006), desde a data dos primeiros contatos até os dias atuais já fizeram o clico da terra por cinco vezes e cada aldeia erguida é denominada de acordo com o recurso abundante no território.

A aldeia é disposta de modo circular, tendo ao seu redor a disposição das roças e rios para a pesca. Construídas de palha de buriti ou açai, com uma altura de mais de 4 metros, podendo medir até 40 metros de comprimento por 10 metros de largura, as casas tem a função de abrigar até dois grupos domésticos. Em formato retangular, com portas frontais para o pátio da aldeia e dos fundos voltadas para a direção da roça, permitem que as casas fiquem arejadas e que possibilitem o movimento do núcleo familiar, que geralmente é formado por dois grupos domésticos.

FIGURA 14 – A organização da Aldeia *Enawene Nawe*



Fonte: Jakubaszko (2006).

O cultivo da roça é uma atividade doméstica, enquanto a pesca é uma atividade essencialmente masculina. De acordo com Santos (2001) os meninos acima de seis anos podem participar do ritual da pesca, o *Yaõkwa*. Esse é um

ritual realizado anualmente pelos Enawene Nawe com o objetivo de articular os domínios distintos, indissociáveis e interdependentes da sociedade, da cultura e da natureza. O Yaõkwa é orientado pela cosmologia (definida pelos espíritos celestiais e subterrâneos) e regido pelos ciclos da natureza (estação seca e chuvosa), por meio do calendário socioeconômico (plantio e colheita das diversas culturas distribuídas ao longo do ano) e simbólico (as danças, a música entoada nas flautas, o banquete para os deuses).

Todas as atividades do Yaõkwa estão vinculadas às memórias e mitos, e exige a participação de todos. Por exemplo, a pesca de barragem exige uma eximia capacidade de construção, o grupo designado para a pesca fica cerca de dois meses para a pescaria que deve garantir o suprimento para os quatro meses de duração do cerimonial ritualístico, enquanto aqueles que ficam cuidam do roçado e produzem o sal vegetal e organizam as demais atividades para receber os pescadores em seu retorno.

As pinturas corporais são marcadores da conjunção de patamares distintos de humanidade, clãs e de legiões de espíritos que compõem a corporalidade Enawene Nawe, Jakubaszko (2006). Tanto a existência, quanto a morte tem explicações determinadas por dimensões cosmológicas. Para, além disso, a natureza é concebida como parte dessa cultura indígena.

Já a origem de seu povo, conforme explica Silva (1998) deriva-se de dois mitos hipotéticos. No primeiro descendem de um único casal de humanos que sobreviveram a uma grande enchente, livres do afogamento, galgaram a colina mais alta do território e após a catástrofe, povoaram o território com filhos e filhas que passaram a compor os diferentes clãs. Na outra narrativa, os ancestrais Enawene Nawe habitavam no interior de uma pedra e foram libertos por um parente pica-pau que fez uma abertura e todos tiveram acesso ao mundo exterior e se espalharam pela terra.

De acordo com Viveiros de Castro (2002), a utilização da narrativa do mito é acionada para exemplificar ou justificar as ações do passado e do presente e, portanto, dos conflitos e dos contatos com outros grupos étnicos indígenas e não indígenas.

As cerimônias ritualísticas mantêm uma relação privilegiada com o mundo do mito, seu calendário anual é demarcado por quatro períodos de rituais articulados – *Yaokwã*, *Derohe*, *Salomã* e *Kateoko*. Nesses rituais as relações

sociais, econômicas e com o meio ambiente são definidas e fundamentais para a harmonia entre o mundo e sua relação com os espíritos *Enoli* e *Yakaliti*.

Padre Vicente Cañas retrata uma situação vivenciada junto aos Enawene Nawe, de uma jovem doente, a causa de seu mal estar se devia a fúria dos espíritos: “[...] traz-se fruta de buriti. Dadouery oferece para os homens olocuare com beiju. Isto acontece devido a que sua filha está com febre. É oferecido para agradar aos espíritos bons e desagradar aos maus”. (DIÁRIO 2, de 14 de outubro de 1982, do Pe. Vicente Cañas, 1977-1987, p. 215).

Os espíritos celestiais fazem parte da ancestralidade Enawene Nawe e esse parentesco é o que dá a eles a condição de prevenção e cura das enfermidades; a provisão de recursos naturais alimentos. Enquanto que os espíritos subterrâneos são implacáveis e promovem toda sorte de mal, doença e morte, caso não sejam alimentados. Santos (2008), explica que toda a condição de vida desse povo está pautada na existência dos mundos celestial, subterrâneo e terrestre, e que o desequilíbrio desses mundos e a insatisfação dos espíritos subterrâneos podem dizimar os outros mundos e a população Enawene Nawe.

Os conflitos, as mortes, os problemas enfrentados por eles dentro e fora da aldeia estão diretamente relacionados com sua cosmologia, ou seja, após os contatos com os não indígenas há muitas outras ocupações que acabam desestruturando a lógica por eles vivenciada antes do contato.

Enetonasare, homem jovem, que está na fase do nascimento de seu primeiro filho, ao entoar seu canto chegou a declarar: “Quando meu pai tinha a minha idade, tinha que se preocupar apenas com o Yaokwa, o Saloma, o Kateoko e o Lerohi, hoje tudo está diferente, temos que fazer tudo isso e ainda falar português, se preocupar com dinheiro e brigar muito para manter nossa terra bonita. Minha cabeça dói. Minha cabeça dói muito! (Fala registrada na Barragem de Pesca do Yaokwa, *apud* JAKUBASZKO, 2006, p. 197).

Os contatos estabelecidos com uma sociedade complexa, com demandas sociais conflitantes, com interesses econômicos associados à luta territorial promoveram a necessidade dos Enawene Nawe de ressignificar sua cultura e seus ideais, sem perder sua identidade e sua essência, mas isso tem lhes custado o equilíbrio e trazido incertezas no plano social e cosmológico. Alguns Enawene Nawe são mais preocupados com a tradição e os saberes dos ancestrais e entendem que essa decadência nos modos de produção são

reflexos da insatisfação dos espíritos mediante as negociações e acordos com os não indígenas, afirma Jakubaszko (2006).

3.5 Território Enawene Nawe: demarcação e os primeiros conflitos

O Relatório da Comissão da Verdade denuncia as atrocidades cometidas contra os povos indígenas no período do regime militar, entre os casos que ele trata, está o genocídio dos Cinta Larga. A denúncia desse caso ocorrido no noroeste de Mato Grosso foi o que levou a destituição do Serviço de Proteção ao Índio e motivou a criação da Fundação Nacional do Indígena-FUNAI. O que motivou esse crime foi o interesse no território rico em recursos naturais e para o plantio, esse relatório esteve silenciado durante muitos anos e a pouco tempo foi resgatado, vindo à tona todas as atrocidades cometidas contra os povos originários.

Diante de tanta violência e desrespeito cometido com as populações indígenas, os contatos com os Enawene Nawe na década de 1970 ocorreram sob olhares mais atento. No entanto, mesmo assim enfrentaram muitas dificuldades para terem seu território reconhecido e demarcado. Os missionários Cañas e Lisboa foram fundamentais para o reconhecimento desse povo e de seu território, e era emergente, pois o processo de expansão das fronteiras agrícolas avançava de modo predatório e corria o risco de adentrar a área indígena.

Seeger e Castro (1979, p. 105), tratam dessa questão territorial como uma consequência do contato, pois a partir dele “a sociedade nacional tende a uma definição de território (e de terra) relativamente uniforme para todos os grupos indígenas, definição que se inscreve nas concepções econômico-jurídicas ocidentais (brasileiras)”. Nesse sentido, desde então, é possível perceber que os conflitos e também as alianças vivenciadas pelos Enawene Nawe são originadas a partir das questões territoriais.

A princípio, os conflitos agrários ocorreram com outros grupos indígenas que ocupavam territórios próximos a eles, relata Cañas (1977-1987),

À noite YALAUYNACEATOKLE conta histórias das brigas com os canoeiros. Devido a isso os ENAUENENAUE que moravam nas cabeceiras do OLOUINA e Rio Preto abandonaram o lugar onde estavam morando há muito tempo. Daí passaram a morar nas cabeceiras dos Rio Joaquim Rios e também Rio Iquê e Iquezinho, onde os Cinta Larga também atacaram os ENAUENENAUE e são obrigados a abandonar o lugar, onde passam a morar pelos vales dos afluentes do Camararé em sua margem direita, mas encontram os Nambikwara, brigam com eles e conseguem expulsá-los. Também atacam vários seringueiros. (DIÁRIO 3, de 12 de dezembro de 1978, do Pe. Vicente Cañas, 1977-1987, p. 448).

O autor destaca três momentos conflituosos, primeiro a disputa pelas terras com os canoeiros, indígenas da etnia Rikbátsa, também no entorno do rio Juruena. Um segundo momento, nos arredores dos rios Joaquim Rios e Iquê, foram atacados pelos Cinta Larga. E o terceiro, próximo ao Rio Camararé com os Nambikuáras. Essas situações ocorreram anteriormente aos contatos, e levou o grupo quase à extinção, o que os levou a adentrar o território e procurar isolar-se cada vez mais.

No período de contato, Lisbôa ([1985] 2010) afirma que o povo Enawene Nawe não se encontrava em seu território ancestral, pois havia se deslocado para evitar novos confrontos com outros grupos indígenas. Cañas (1977 a 1984) relata que costumava ouvir dos guerreiros e cantadores Enawene Nawe explicando como se dava a migração dentro do território. Ao todo, eram onze aldeias circunscrita na rota de fuga dos ataques Cinta Larga, existiram vários fatores que influenciaram essas mudanças, mas os ataques inimigos foram determinantes para que eles acontecessem.

Para que os Enawene Nawe retornassem ao seu território de origem Vicente Cañas promoveu um encontro entre eles e os Cinta Larga, buscando assim uma aliança de paz e de respeito, pois ambos estavam enfrentando a realidade com os empreendimentos agropecuários ao redor de suas terras, o que exigia uma aliança de paz.

Os padres Vicente Cañas e Lisbôa acompanhavam a aproximação dos empreendimentos e buscavam junto aos órgãos competentes um posicionamento para a demarcação territorial. Havia urgência em interditar, definir, decretar, delimitar e demarcar o território Enawene Nawe, pois os conflitos tornavam-se iminentes, diariamente os Enawene Nawe encontravam novas picadas e se sentiam pressionados pela ação colonizadora. Lisbôa ([1985] 2010) relata:

[...] Dias atrás foram visitar seus lugares e encontraram cerca de fazenda, acampamento de trabalhadores e um trator de esteiras não havia ninguém no local. Os índios arrebutaram a cerca, queimaram o barraco do acampamento e quebraram o que puderam no trator [...] (LISBÔA, [1985] 2010, p. 89).

A tensão entre indígenas e os trabalhadores dos empreendimentos agropecuários vizinhos cresciam, as relações de contato deixaram de ser amistosas. Enquanto os Enawene Nawe levavam as mercadorias encontradas nos barracos, os não indígenas, em represália ateavam fogo em suas cabanas de pesca. Já os missionários Pe. Vicente Cañas e Thomaz de Aquino Lisbôa que atuavam junto aos Enawene Nawe viviam sob mira de pistoleiros. Em setembro de 1984, o jornal Diário de Cuiabá noticiou um massacre. Na manchete dizia:

Índios invadem fazenda em Juína e cometem um verdadeiro massacre. Foi verificado um violento massacre no município de Juína, quando, na oportunidade, 17 índios de tribo desconhecida atacaram uma equipe de topógrafos que estava fazendo levantamento de uma área de uma fazenda naquele município. Dois foram trucidados, enquanto que outros dois estão em estado gravíssimo no hospital de Juína [...] (Trecho do Jornal Diário de Cuiabá, *apud* LISBÔA, [1985] 2010, p. 90).

O padre Thomaz de Aquino relata em seu diário que buscou ajuda junto ao delegado da 5ª Delegacia Regional da FUNAI – Cuiabá, Amilton Monteiro, e este alegou que havia falta de relacionamento com a Missão Anchieta e que não havia sido avisado de conflitos anteriores. Como perceberam a gravidade do conflito o próprio delegado e uma equipe da FUNAI desceram até a área, Lisbôa ([1985] 2010) relata a reunião:

Na mesa da casa-sede da fazenda Juruena, Vicente Cañas abriu o mapa da área Enawene Nawe e explicou ao delegado todo o ocorrido. As picadas de medição, recentíssimas, haviam atingido o córrego Olouiná, sagrado para os Enawene Nawe e não houve como impedi-los de irem atrás dos picadeiros e matar dois e ferir outros dois. O delegado prometeu agilizar a vinda da equipe da FUNAI-SEMA-INCRA-INTERMAT para resolver a situação. (LISBÔA, [1985] 2010, p. 95).

Na cidade, a tensão, o clima de revanche e ódio com os Enawene Nawe estava estabelecido. Em meio a toda essa crise, Cañas e Lisbôa foram chamados à Delegacia Regional da FUNAI em Cuiabá para serem alertados sobre a condição das ameaças aos Enawene Nawe e a eles, no entanto, ambos decidem não sair da área.

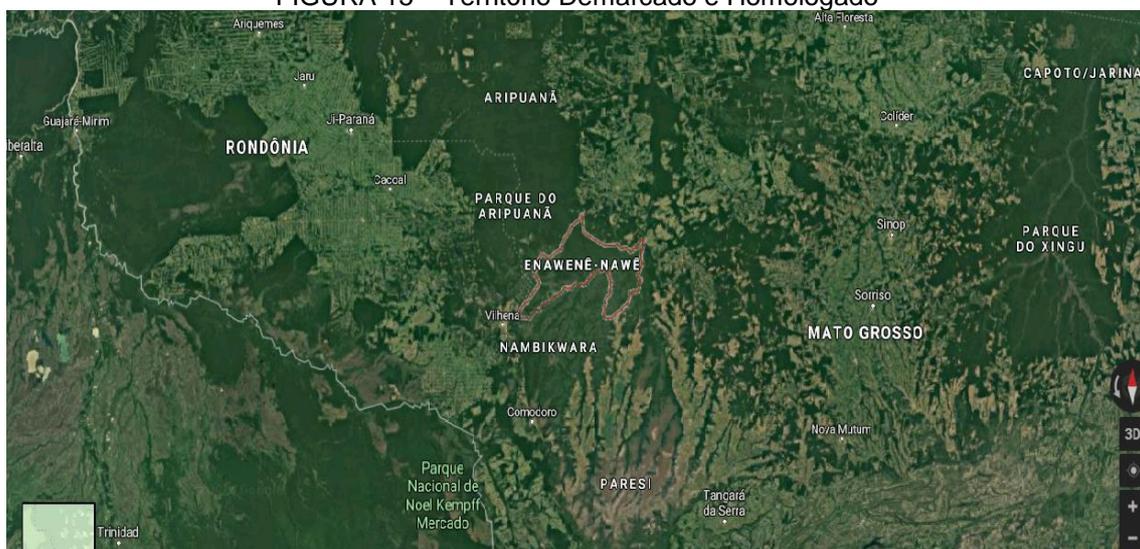
É comum observar nos processos colonizadores que para situações em geral de contato com indígenas, após a desilusão de um encontro pacífico que visa à submissão e desumanização, ocorrem os conflitos de vida e de morte, afirma Ribeiro (1995), baseado nos seus estudos acerca do processo colonizador brasileiro.

O descaso com o processo de demarcação territorial leva a novos conflitos, Weiss (1998), relata o conflito ocorrido em 1986, também motivado pelo avanço das picadas no território Enawene Nawe, adentrando as divisas do rio Iquê:

Em 1986, quando vão ver as divisas de terras no rio Iquê encontram um loteamento e atacam uma família matando 8 pessoas. Segundo o inquérito policial, esta área havia sido grilada pelo fiscal da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso, Joaquim Campos Dourado, que a vendeu para 4 pessoas, que por sua vez revenderam seus lotes a outras 16 famílias, entre as quais a que foi atacada (WEISS, 1998, p. 38).

A situação só se agravava, Lisbôa ([1985] 2010), relata que foram várias as tentativas de solicitar uma interferência da FUNAI, mas a morosidade do processo nas respostas e até mesmo nas ações só complicavam as relações entre os Enawene Nawe, posseiros, trabalhadores das fazendas circunvizinhas, até mesmo a população urbana. Por outro lado, até mesmo entre eles e os Cinta Larga acabou por existir novos desencontros, mesmo tendo sido promovido uma aliança de paz, pois os Cinta Larga adentraram no território Enawene Nawe em busca de madeiras e diamantes.

FIGURA 15 – Território Demarcado e Homologado



Fonte: GOOGLE MAPS

Nesse período de tantos conflitos, foram registradas onze mortes, entre elas a do padre Vicente Cañas, assassinado em 1987, em represália ao seu papel como interlocutor no processo de pacificação e figura essencial para a demarcação territorial.

Após a morte de Vicente Cañas, a FUNAI oficializou a Portaria de Interdição da Área Indígena Salumã de nº PP/3544, de 19 de outubro de 1987, no entanto, a homologação só aconteceu em 02/10/1996. O documento definia o território Enawene Nawe quase que em sua totalidade, mas ainda ficou de fora o córrego Pedra de Fogo e as cabeceiras dos rios Preto e Iquê, motivos pelos quais a comunidade luta até hoje na justiça federal (BRASIL, PP/3544, 1987).

Mesmo estando com o território demarcado e homologado, os conflitos ainda são iminentes. De acordo com Chormiak (2010), em seu texto monográfico “O conflito agrário da demarcação das terras indígenas Enawene Nawe”, ainda há uma tensão focalizada na questão territorial.

Em 2007, a Associação de produtores rurais, gestão pública municipal e o Greenpeace tiveram um embate ideológico mediante as questões de desenvolvimento agrícola, a sustentabilidade da comunidade indígena e a preservação do meio ambiente. Ocorreu que, o então prefeito de Juína, Sr. Hilton Campos, com o apoio da câmara de vereadores, destinou do recurso público municipal um valor de R\$ 40.000,00 para subsidiar a Associação dos Produtores Rurais do Rio Preto – APRUR na ação contra o processo de remarcação do território *Enawene Nawe*. Conforme traz o texto da

Art. 2.º O recurso repassado deverá ser investido em ações de interesse dos proprietários rurais daquelas Glebas, para tanto podendo com tal recursos, custear a contratação de técnicos e outros profissionais que promovam o acompanhamento do Processo Judicial ou Administrativo do pleito de ampliação da reserva indígena denominada de Reserva Enawenê – Nawê por sobre as áreas dos proprietários daquela localidade (JUÍNA. LEI 986/2007, art. 2º).

As discussões remetem ao processo de demarcação do território Enawene Nawe e, simultaneamente, a expedição de títulos das terras nos arredores, por exemplo, as Fazendas Londrina e Juruena, entre outros que antes mesmo da finalização do processo de demarcação já tiveram títulos expedidos. As discussões sobre o território do Rio Preto, considerado sagrado para os Enawene Nawe, ainda se encontram no Ministério Público Federal e não há

perspectivas de acordo, gerando movimentações políticas e sociais de ambos os lados.

Os processos de demarcação territorial indígena, sempre ocorreram baseados em conceito ocidentais, inclusive para legitimar a memória coletiva do grupo que requer seus direitos, afirma Little (1994). Essa perspectiva ocidental presente na demarcação territorial das comunidades indígenas sofreu e ainda sofre influências do projeto colonizador.

De acordo com Lisbôa ([1985] 2010), o foco dos conflitos não se resumia nas mortes ou no impacto disso sobre a comunidade indígena ou não indígena, os interesses na demarcação do território estavam sempre preocupados com o sucesso do processo colonizador de modo que não houvesse desaceleração.

Portanto, ao debatermos sobre as interações sociais conflitantes entre o povo Enawene Nawe e a sociedade envolvente de Juína-MT, buscaremos compreender sob qual perspectiva vislumbramos o conflito, assim como, em que implica o desenvolvimento de ações coletivas (públicas e privadas) que visem minimizar o quadro analisado.

4. DESENVOLVIMENTO, REPRESENTAÇÕES DA BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE

4.1 – Desenvolvimento e Branquitude: debate decolonial

O que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude? Segundo Shucman (2012), tem sido o grande questionamento dos estudos contemporâneos sobre o tema. A autora ainda destaca que as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se inter-relacionam e estão ligadas ao contexto do país, da região, da história, dos interesses políticos e época em que estamos investigando.

Ainda nessa reflexão, a branquitude não é definida apenas por questões genéticas, mas especialmente pelas posições sociais e os espaços que esses sujeitos ocupam. Nesse sentido, a branquitude pode ser entendida “como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis” (Steyn, 2004, p. 121). Uma vez que a branquitude está relacionada com os significados compartilhados socialmente, no Brasil ser branco está vinculado à aparência, *status* e fenótipo. De acordo com Sovik (2004):

“ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro.” (Sovik, 2004 p. 366).

Nesse viés, a branquitude é compreendida como a posição ocupada por esses sujeitos que são ou foram privilegiados pelo imperialismo ou colonialismo no acesso a recursos materiais e simbólicos. Assim, é preciso entender como se constroem as estruturas de poder e as desigualdades raciais para a compreensão do que é ser branco no Brasil e de como essa branquitude se materializa e produz seus efeitos. Segundo Foucault (1996), é importante “não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão”, mas no ponto em que ele se estabelece e produz efeitos (Foucault, 1996, p. 33).

A construção da braquitude no processo de colonização do município de Juína se estabeleceu a partir da perspectiva do desenvolvimento econômico da região pautado nos moldes da colonização do Sul e Sudeste do Brasil, levada a cabo a partir da construção de uma figura típica das frentes de expansão e pioneiras para o cumprimento do objetivo de integração nacional. A figura do homem branco, europeu, considerado destemido e trabalhador seria o tipo ideal para a execução do Projeto Juína.

O governador do estado, Frederico Campos, no ato de emancipação do município fez uma fala alusiva ao biotipo do povo ordeiro e trabalhador.

Disse o governador em seu discurso que tinha a impressão de estar em uns país estrangeiro, vendo tantas crianças de olhos azuis e se sentia orgulhoso de ser governador de tantos migrantes ordeiros, trabalhadores, que chegaram para desbravar e enriquecer seu estado. “olhando essa massa humana de homens e mulheres jovens, sadios e de crianças bem cuidadas, famílias felizes e muito unidas, deslumbro um grande e prospero futuro para todos, em breve, meu estado entrará no cenário federal como um grande desenvolvimento.” (IÓRIS, 2009, p.35)

No discurso fica marcada a concepção de que o colono, entendido pelo projeto colonizador como aquele que tinha capital para a aquisição da terra, branco com características europeias e bom nível cultural, seriam as pessoas que alavancariam o desenvolvimento não apenas do projeto Juína, mas de todo o estado de Mato Grosso. Cabe ressaltar que não necessariamente a superioridade branca advém diretamente do branco, mas pela obtenção de privilégios simbólicos em virtude da pertença, mesmo que involuntariamente.

O projeto colonizador de Juína para obter sucesso dependia da figura desbravadora, de atores que tinham não apenas a capacidade para abrir uma cidade em meio à floresta, mas principalmente de dirigi-la. Ou seja, para além do controle dos territórios, havia a necessidade de um controle social, baseado no processo de seleção do modelo de colono, o tipo ideal, para condução do sucesso do empreendimento.

Esse ideal de branquitude pode ser visivelmente observado nos poucos registros fotográficos que encontramos dos pioneiros de Juína, nos arquivos da Câmara Municipal e na Casa da Cultura, fica fácil constatar a reação do governador sobre a origem populacional que estaria a serviço do estado.

FIGURAS 16 e 17- Fotos dos pioneiros de Juína



Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Tavares Santos (1993), a seleção social nos leva a compreender a construção de perfil ideal do colono como uma exigência das empresas de colonização com o objetivo de pôr em prática um determinado modelo de desenvolvimento agrícola e econômico. Ainda segundo o autor, havia além do controle do espaço, controle dos homens e seleção social.

No Programa Estadual de Colonização a caracterização do colono, seus direitos e deveres estavam definidos de acordo com os objetivos da colonizadora. Para ser um colono, era preciso passar pelos critérios de validação, comprovar aptidão agrícola, boa conduta, para então receber a carteira do colono²⁸.

O controle do espaço era feito por correntes que impediam o acesso ao povoado, caso algum comprador de terras chegasse sem a carteira de colono era impedido de passar, necessitando retornar até Cuiabá para regularizar-se junto a CODEMAT.

A condição de colono atribuía ao comprador uma hierarquização social. De acordo com Joanoni Neto (2003), aqueles que não possuíam a condição de colono eram tratados como peões da colonizadora, muitos em condição análoga ao trabalho escravo. Essas pessoas eram trazidas vislumbrando a possibilidade

²⁸Em anexo, trazemos a carteira do colono de Lídio Lóris. O documento traz as credenciais do colono, bem como suas obrigações e a contrapartida da CODEMAT- companhia de Desenvolvimento.

de emprego, mas encontravam trabalhos braçais nas derrubadas de madeira em busca de sustento para suas famílias.

Essa referência ao colono modelo traz em contraponto, aquele que não seria o ideal para a colonizadora, gerando assim uma categorização entre o próspero e o fracassado. Tavares dos Santos (1993), afirma que a concepção das colonizadoras em fomentar a participação dos agricultores do Sul em seus projetos estava relacionada ao domínio do saber, pois teriam um nível tecnológico mais elevado na produção agrícola e poderiam conduzir os demais colonos.

Aníbal Quijano (2005), em seus estudos da colonialidade na América Latina evidencia o mesmo padrão de poder que domina o mundo. Para o autor, a lógica que opera os processos de hierarquização racial produzidas pelo colonialismo é o traço distintivo da colonialidade do poder e é a continuidade da desigualdade racial dentro da ordem pós-colonial.

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante – os brancos (ou, do século XVIII em diante, os europeus) –, foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial (Quijano, 2005: 227-228).

No projeto de expansão territorial praticado na região amazônica, incluindo norte e noroeste de Mato Grosso, é possível identificar esse padrão colonialista capitalista de poder observado por Quijano (2005). Sustentado pela noção de um ideal de desenvolvimento econômico e social as colonizadoras fomentavam o mercado das terras a partir das propagandas, onde não havia espaço para os trabalhadores descapitalizados.

A lógica do desenvolvimento capitalista e de sua expansão, enquanto se apropria dos territórios e dos recursos naturais opera na degradação tanto da natureza, quanto do humano (MARTINS, 1997).

O desejo de integração, modernização e desenvolvimento econômico do Projeto Juína perpassava também pela construção de uma sociedade que

atendia a essa perspectiva desenvolvimentista capitalista. A construção de um ideal de colono nos leva a entender também a construção de um ideal de sociedade pautada nos modelos sulistas que vão desde as características físicas e fenotípicas aos valores morais, religiosos e familiares, de trabalho e uso da terra.

Nesse sentido, a construção da figura do ideal de colono e o ideal de sociedade determinam parâmetros de exclusão daquele indivíduo que não cabe nesse contexto, como por exemplo, as figuras do garimpeiro, do indígena, dos posseiros. As análises do perfil do colono, a emissão da carteira do colono, o controle de entradas e saídas no Projeto Juína, o controle do uso dos lotes de terra vendidos, as divisões dos lotes rurais e sua disposição no plano diretor são aspectos que nos ajudam a entender a quão planejada foi a cidade de Juína e os impactos desse planejamento na sua formação social.

Embora o fim do período da ditadura militar tenha ocorrido no decorrer do processo de desenvolvimento do Projeto Juína, muitas das definições iniciais ainda foram concluídas. Muitas ações estruturais foram executadas em um prazo maior que o previsto, algumas sofreram rearranjos, mas podemos dizer que ainda assim impactaram diretamente nos moldes da cidade e nos modos de ser e viver do juinense.

Ainda resiste a visão do juinense ideal alinhado a figura dos pioneiros, povo branco, trabalhador, que visa o progresso, que possa investir economicamente e promover a economia da cidade. Por outro lado, também é possível identificar o quanto esses valores de progresso e modernização promovem exclusão e violência social, econômica e cultural àqueles que não conseguem a inserção nesse contexto. Entre esses sujeitos considerados à margem do desenvolvimento estão principalmente os indígenas, pois além de deterem uma parcela territorial significativa não coadunam com a visão desenvolvimentista ocidental imposta aos modos de ser e viver de suas comunidades.

4.2 – Representações Raciais do Progresso

Desenhado o contexto histórico, social e ideológico da constituição do município de Juína podemos pairar nossa reflexão para o cerne dessa discussão: as representações sociais constituídas ao longo desse processo apresentam reflexos do programa de desenvolvimentismo militar presentes no Projeto Juína? Cabe aqui levar essa análise na perspectiva social, histórica e ideológica para entender as relações entre a sociedade e os agentes sociais, os meios da representação social que validam as diferentes formas de dominação.

De acordo com Bourdieu (1987), a dominação, ou a violência simbólica pode ser evidente ou explícita, mas também pode ser velada, está presente nos discursos e nas atitudes. Ainda na perspectiva do autor, a dominação não é um efeito direto de uma luta aberta entre classe dominante e classe dominada, mas pode fazer parte de um conjunto de ações não conscientes de seus agentes.

Essa reflexão bourdiesiana nos permite compreender a estruturação das movimentações nos espaços sociais, como se constitui a diferenciação social e os processos de dominação pautados pelo poder, seja do capital, seja do saber.

Nessa perspectiva, Carneiro (2009), traz uma compreensão em seus estudos sobre conflitos ambientais, que tem como base da apropriação e dominação dos territórios. Para ele, os territórios são alvos de disputa por sua apropriação material e simbólica, em sua maioria em condições assimétricas de poder. A apropriação do território e a manutenção ou restauração desse poder perpassa por condições jurídicas (demarcação territorial), naturais (propriedades dos recursos naturais), cognitivas (conhecimento), econômicas (acesso a linhas de crédito), entre outras formas de dominação dicotômicas e conflituosas.

Nos processos de colonização desenvolvimentista a apropriação dos territórios também significava o domínio dos recursos naturais ali existentes. A constituição dos núcleos sociais desses projetos colonizadores tinha como objetivo transformar esses recursos naturais em mercadorias e promover a acumulação de riquezas, a isso Carneiro (2009), define como uma “necessidade estrutural da territorialização capitalista”.

A ideia propagada de que os territórios colonizados eram espaços vazios anulava a presença de populações indígenas, ribeirinhas, posseiros, entre

outros, com isso, justificava a apropriação para a exploração dos recursos ali existentes. Segundo Becker (2004), o mito dos 'espaços vazios' "serve de válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos".

O Projeto Juína foi constituído a partir da noção de território vazio, com a perspectiva de desenvolvimento econômico e social, porém se estabeleceu a partir dos processos de dominação e reprodução capitalista. Para além do rompimento das fronteiras territoriais, a expropriação do território rompeu com os modos de vida do outro, subjugando inferiorizando os povos nativos e sua cultura. José de Souza Martins (2009), define a fronteira como lugar da alteridade, o eu e o outro, sua compreensão e reconhecimento. Nesse sentido, além de negligenciar o direito a terra, também foi negligenciado o direito a diferença.

A exclusão do outro no processo de colonização do Projeto Juína começa a partir da negação da existência de povos nativos na região, seguida pela violência da desterritorialização. Esse processo consistia na remoção desses povos de territórios de interesse da colonizadora para outros locais considerados mais "adequados" para reservas indígenas. Por outro lado, aqueles que chegavam ao Projeto Juína sem a carteira do colono, sem ter adquirido terras da colonizadora, quando não era barrado nas cancelas, eram usados como mão de obra para o serviço braçal na abertura de picadões, construção de cercas e no corte de madeiras.

A estrutura social desenhada no processo colonizador do Projeto Juína além do processo de exclusão e exploração do outro, também hierarquizou as relações e constituiu as representações sociais que ainda permeiam a sociedade juinense. Seguindo a perspectiva de Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos estabelecem uma ordem gnoseológica atribuindo uma lógica no sentido de integração social e possibilitando a construção de consensos. O sistema simbólico reproduz "sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo da produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais" (Bourdieu, 1989, p. 12).

A figura do homem branco, agente de progresso e desenvolvimento econômico, o colono, com todas as características morais e ideológicas em

consonância com o Programa de Colonização do Projeto Juína faz parte do processo de consolidação do sucesso do projeto.

A construção de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais também caracteriza uma dimensão simbólica e cultural sobre o espaço onde vivem, por outro lado, tudo ou todos que estão em dissonância com essa identidade passa a ser desconsiderado dentro desse espaço. Nesse sistema simbólico, se por um lado temos a construção da identidade que representa o sucesso, o indígena, o posseiro, o garimpeiro são figuras identitárias que o contrapõem.

Frantz Fanon em sua obra *Peau Noire, Masques Blancs* (Pele negra, máscaras brancas), publicado em 1952 e *Les damnés de la terre* (Os condenados da terra), publicado em 1961, traz à tona o debate sobre os efeitos do colonialismo para as populações nativas. A concepção de branquitude como supremacia racial resultou em terror e opressão, de modo que o racismo balizou a constituição da estrutura social, cultural, histórica e econômica das sociedades ocidentais. Assim a classificação social nas colônias e suas posições foram baseadas em um modelo de homem branco/europeu/ocidental/colonizador.

Ainda de acordo com a perspectiva fanoniana, o racismo é um dos meios de opressão intrínsecos à dominação colonial, transformando o colonizado em instrumento para atingir os objetivos do colonizador e a superioridade racial branca.

Essa visão encontra-se arraigada no cerne da construção social de Juína e aparece com muita frequência nos discursos cotidianos representada pelo ódio e/ou desprezo com o indígena, a negação de seus direitos e a intolerância com seus modos de ser e de viver. Podemos nos questionar sobre quais espaços podemos identificar a incidência desse preconceito, ou é algo difuso e naturalizado?

Podemos dizer que são quarenta anos de construção social estereotipada e antagônica: de um lado desenvolvimento, do outro o atraso ou estagnação. Essa noção é propagada desde o bate papo no espertinho da esquina aos comentários nas redes sociais, nos comentários dos noticiários locais, entre tantas outras formas.

Essa concepção de progresso e desenvolvimento aliado a esperança de ascensão social e enriquecimento foi o que motivou a migração das populações do Sul do país para os projetos de colonização de Mato Grosso.

Criou-se também uma concepção de que o povo ordeiro e trabalhador era o sulista, que não tinha medo de enfrentar as durezas para desbravar o país e ajudar no seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Esta suposta modernidade era seletiva. Considerava os colonos sulistas como os ideais – os únicos capazes de empreender o desenvolvimento econômico na fronteira amazônica. Mas a seleção não para por aí. Não bastava ser sulista para adentrar na área do projeto. Esta seleção era muito mais complexa. Envolveva desde a naturalidade, a cultura e principalmente as condições econômicas. (SANTI, 2016, p. 52).

Assim como a maioria dos projetos de colonização, as promessas de um futuro promissor e de grandes conquistas foi o que motivou a migração para Juína. Os colonos que adquiriram terras no Projeto Juína recebiam da CODEMAT as propostas que lhes asseguravam vantagens irrecusáveis, entre as quais significava a possibilidade de melhoria de vida, considerando a riqueza dos recursos naturais abundantes.

Lóris (2009) descreve em sua obra autobiográfica o clima de alegria e a esperança que os integrantes do projeto Juína sentiam ao vislumbrar o progresso tão desejado, viam na emancipação a concretização de seus sonhos e o sucesso do empreendimento.

No entanto, a concepção de que o colono, entendido pelo projeto colonizador como aquele que tinha capital para a aquisição da terra, branco com características europeias e bom nível cultural, seriam as pessoas que alavancariam o desenvolvimento não apenas do projeto Juína, mas de todo o estado de Mato Grosso.

Esse sujeito empreendedor e visionário, também tido como pioneiro concebido como um soldado em prol do desenvolvimento da pátria era o objetivo das propagandas das colonizadoras que investiam fortemente no Sul e Sudeste do país.

Essas prerrogativas construídas em torno do sujeito que alavancaria a região nos remete a Oliveira Vianna (1999), quando o autor trata da formação social do Brasil e da divisão cultural que define as características da elite e da

massa, a elite dirigente e a massa populacional que a atenderia, com base na análise do período imperial.

Essa divisão social e cultural ficou demarcada no processo de formação da sociedade brasileira, naturalizando as figuras europeizadas trazidas pelo processo colonizador como a elite dirigente. A busca por migrantes do Sul do Brasil, a necessidade de convencê-los com a esperança e a ideia do pioneirismo, a conquista pelo espaço social, acender economicamente, atribuir um status de herói, desbravadores, são aspectos que evidenciam a ideia de superioridade da população sulista por suas origens europeizadas.

O projeto colonizador de Juína para obter sucesso necessitava da figura desbravadora, de atores que tinham não apenas a capacidade para abrir uma cidade em meio à floresta, mas principalmente de dirigi-la. A colonizadora definiu algumas prerrogativas para o colono, dentre elas estava desde a ocupação imediata do lote, sua exploração respeitando as reservas florestais, pagar as prestações do imóvel, não mudar a destinação do imóvel e adaptar-se à comunidade apresentando boa conduta.

FIGURA 18- Folheto Publicitário



Fonte: Arquivo Casa da Cultura Juína (1980)

Associada as propagandas feitas pelas colonizadoras, mais os incentivos do governo militar para o desenvolvimento econômico e social da região, muitas famílias se deslocaram para as regiões norte e noroeste de Mato Grosso. As propagandas massivas no Sul e Sudeste trouxeram para as regiões de Mato Grosso uma população de origem europeia que imigraram para o Brasil em

épocas anteriores. A figura do migrante que se deslocou para as regiões amazônicas do Brasil, no imaginário social foi construída na perspectiva de heróis brasileiros, desbravadores, numa mistura de bravura e valentia e que estavam dispostos a desenvolver o país e fazer fortuna.

Quando a gente chegou em Juína que era tudo mato tinha que fazer derrubada mesmo. Todo mundo queria aproveitar as madeiras, abrir a mata pra poder plantar. O sentimento que a gente carregava no peito era de muita força e muita luta, vontade de vencer! Hoje, parece que a gente fez tudo errado, teve gente que teve que reflorestar, pagar multa. Mas; a gente só fez o que precisava pra ter progresso. (Sr. José, 15/04/2019)

A figura do desbravador, destemido e determinado ao progresso é construída na perspectiva do homem branco. Se observarmos as origens das famílias que vieram para Juína é possível perceber que a maioria é descendente de europeus. Os cartazes de propaganda também remetem a figura europeizada elevando sua capacidade de desenvolver com sucesso o projeto desenvolvimentista, essa figura ainda reflete como tipo ideal para o desenvolvimento social e econômico da região.

O ideal de formação social colonial da sociedade brasileira baseada na branquitude era e ainda é dominante. Constitui-se em critérios para a definição de uma estética social que desvaloriza tudo o que difere da branquitude, ou seja, o negro, o indígena, o mestiço são associados a estereótipos inferiorizados.

O enaltecimento das características de um grupo social em detrimento de outro compõe o quadro descritivo que se formou nos quarenta anos do projeto Juína, o ser altivo do Sul que trouxe o progresso e o desenvolvimento ao noroeste matogrossense em plena floresta amazônica. Aquele que cumpriu ao chamamento da ordem nacional para a integração nacional do território até outrora considerado vazio e improdutivo frente ao bárbaro e selvagem nativo.

4.3 - Do cotidiano Juinense ao ciberespaço – A ênfase nos conflitos e a naturalização do preconceito ao indígena

Nos diversos sistemas online existem possibilidades de participação dos usuários, seja por meio de comentários ou por compartilhamentos de opiniões

em fóruns de debates. Os jornais online, geralmente oferecem campos para inserção de comentários. “Os comentários online em sites de notícias são fóruns particularmente importantes na esfera pública uma vez que possuem a capacidade de proporcionar a discussão de questões coletivamente relevantes, (REIS et al, 2015, p.02).

Ainda sobre essa interação entre a informação e o usuário da rede de internet, Lemos (2008) afirma:

A cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais, vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social que chamamos de cibercultura. Hoje podemos dizer que uma verdadeira estética do social cresce sob nossos olhos, alimentada pelas tecnologias do ciberespaço. [...] as novas tecnologias tornam-se vetores de novas formas de agregação social. (LEMOS, 2008, p. 15-16).

Para o autor esse novo espaço de comunicação permite a expressão pública a todos os indivíduos, porém também transforma as relações sociais contemporâneas. É possível perceber nas redes de interação a necessidade da participação social dos debates que muitos indivíduos criam.

Os jornais digitais ao trazer suas notícias apresentam um forte atrativo para os usuários emitirem suas opiniões, na maioria das vezes, não exige que o usuário saia do anonimato. De acordo com Reis (2015), alguns trabalhos de pesquisa desenvolvidos sobre a cibercultura apontam que o anonimato exerce certa influência para o uso de discursos negativos, ou até mesmo de cunho pejorativo na rede.

Sobre os meios de comunicação em Juína, temos alguns jornais online, que emitem a informação e também possibilitam a emissão de opinião do usuário. Quanto a isso, faremos um recorte acerca das postagens dos jornais de circulação digital JNMT, Juína News, Repórter MT, G1 – Notícias Mato Grosso, sobre os dois fatos ocorridos com o povo indígena Enawene Nawe e a sociedade não indígena.

Nesse recorte, foi possível encontrar comentários que nos auxiliam a compreender qual o posicionamento dessa parcela da população não indígena, que mesmo apresentando-se anonimamente ou utilizando perfis de usuários não identificáveis, emitem opiniões a respeito dos conflitos com os indígenas de maneira tendenciosa e com objetivo de inflamar o ódio e o preconceito.

Toda essa situação de conflito teve repercussão nacional, sendo noticiada por diversos veículos de comunicação, bem como gerou muita movimentação nas redes sociais por meio dos vídeos amadores feitos via celular por populares. Esses vídeos são carregados de opinião e seguem sendo compartilhados com frequência, gerando comentários que incitam o ódio e a revolta contra os Enawene Nawe.

TABELA 1-Comentário de populares sobre o confronto que deixou o indígena baleado

- 1- “ahhhh é mesmo eu falando -1 macaco eu tôerrado,tô errado pq eu tô ofendendo o bicho pq esses merda aí tem q cume na bala memo”
- 2- “bem feito devia te atirado na cabeça desses merda que fica cobrando pedágio ilegal”
- 3- "mas quem fez uma covardia dessa?" Era pra ter comido na bala todos.”
- 4- “peguei uma raiva de indio depois dos videos q eu vi deles ameaçando pessoas, no dia que eu for pra esses lados vo armado quero ver algum desses vagabundo vim fala comigo, indio existiu no passado agora é tudo vagabundo.”
- 5- “Lugar de índio e na aldeia”
- 6- “índio quer estrada quer cobrar pedágio andão de camioneta tem zapzap tem fac galera me poupem coloca essa cambada pra trabalhar”
- 7- “torço para que o jovem Índio se recupere, mas este país tem que tratar todos de forma igual perante a lei, com certeza munidos desta "blindagem" foram afrontar os moradores, e algum com ânimo mais exaltado baleou o indígena, ou até em legitima defesa, vai saber.

- 8- “É preciso q o STF e gov federal resolvam a questão agraria e índios no brasil. Qdo o governo é omissos o povo assume sua pp defesa. Já estamos cansados de alertar p aumento de risco de conflitos c indígenas. Culpados são além do governo os indigenistas, Ongs igrejas e políticos q deveriam encerrar o conflito e não o fazem.”

Fonte: a autora

TABELA 2-Comentário de populares sobre o confronto com dois jovens não índios mortos

- 1- “Será que alguém não vai fazer justiça a família dos jovens assassinados por esses índios maldito”
- 2- “esses índios ai que são problemas! alguns outros índios da região, quando querem dinheiro, vão para as ruas vender pequi! já esses vagab. vão cobrar pedágios!”
- 3- “E ai vão prender esses índios malditos; que não produzem nada? ou vai ficar por isso mesmo? Eles fazem a maior baderna cobrando direitos. E agora vão pagar pelo crime de homicídio que cometeram tirando a vida de dois cidadãos trabalhadores?”
- 4- “até hoje ainda não consegui descobrir uma utilidade para esses índios, a não ser quando eles vem em nossa cidade em festas agropecuária e consomem álcool ate caírem em qualquer canto, por mim índio bom é índio sem contato com os brancos pois não sabem distinguir nossas leis esses dos pedágios para a maioria da população não passam de uns bandidos uma quadrilha igual ao pcc ou cvso que disfarçados e amparados por lei.”
- 5- “O pior é que a população vai se revoltar, e acabar atacando a tribo ou os pontos de pedágio, mata alguns índios, daí vai até o exército, PF em peso, FUNAI e milhões de representantes dos "direitos", no passado o PR enfrentou algo parecido, mas o povo acabou perdendo a fé nas autoridades e fizeram a própria

justiça, com isso a maior parte dos índios que na época atacavam e matavam colonos acabaram mortos através de represarias, hoje no estado apenas as tribos pacíficas prosperaram”.

- 6- “Alguém poderia tirar uma dúvida? O que os índios fazem com dinheiro, se são selvagens e vivem na floresta? Pelo que sei não tem luz e a água é grátis, comem o que plantam e pescam. Por acaso já tem bancos e comércios nas florestas?”
- 7- “Quando começarem a serem extintos em diversas áreas do país pela indignação da sociedade armada, aí sim as autoridades públicas irão tomar a frente na solução dos problemas. Se acontecer de eu viajar para alguma região que seja habitada por "nativos globalizados" com smartphones, boletos bancários e vestuário de grifes famosas, vou refletir sobre a utilização de arma branca ou "azeitonas" traçantes .45. Sem mais...”
- 8- “Morte a todos esses índios. Assassinos selvagens protegidos pelo Estado brasileiro. Extermínio é pouco para essa raça de cachaceiros que não produzem nada pro país.”

Fonte: a autora

Os comentários se referem aos dois últimos acontecimentos envolvendo os Enawene Nawe. Selecionamos quatro jornais digitais com ampla difusão da região noroeste e também em todo Mato Grosso. Foram mais de 500 comentários, dos quais identificamos similaridades e agrupamos nas tabelas apresentadas, todos possuem um emissor, usuário de internet, conectado a uma conta de email (na maioria não remetem a um perfil real) que acessou o site de notícias e lá emitiu sua opinião sobre a notícia apresentada.

Em apenas uma matéria veiculada no G1- Notícias de Mato Grosso, encontramos 357 comentários, dentre os quais podemos observar em torno de 90% o discurso de ódio que generaliza a figura do indígena como selvagem, preguiçoso, incapaz, passível de morte e extermínio. Os discursos também giram em torno da improdutividade dos territórios indígenas para a economia do país, o que justifica a naturalização da morte e extermínio das populações neles existentes.

Os discursos são pautados no etnocentrismo, pois desvaloriza a cultura do outro, hostiliza e o coloca na condição de inferior. Para Laraia (2001, p. 74) “comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais”.

Nos comentários selecionados percebermos a hostilização da figura do indígena, e em especial aos Enawene Nawe, “esses índios aí que são problema”, ou seja, há um padrão social aceitável do que seja o “índio”²⁹, pacificado, bom selvagem, catequizados e que convive harmoniosamente com os aspectos da vida social do não índio. Goffman (1980) trata dessa questão da estigmatização do outro, como fruto do estranhamento inicial que acaba acarretando uma série de percepções negativas e equivocadas:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (Goffman, 1980, p.12).

No preâmbulo da Constituição Federal Brasileira há dispositivos legais que conferem o direito e a igualdade a todos, independente de cor, raça, credo religioso, condição social, entre outros direitos que socialmente são condicionados a vida humana.

No entanto, quando nos deparamos com a constituição de discursos sociais como estes encontrados nos comentários das mídias locais, percebemos o quanto a legislação esta dissociada da prática do respeito ao outro, da alteridade e do respeito pela vida humana.

A internet junto às novas tecnologias se tornou fontes de conhecimento, informação e desenvolvimento. No entanto, juntamente com esses aspectos que possibilitam o acesso à informação, também tem se tornado um difusor de conflitos e controvérsias. Os discursos emitidos, em grande parte, têm conteúdos capazes de angariar adeptos e como consequência disso, os ofensores acabam

²⁹ Utilizamos o termo índio, ao invés de indígena, para enfatizar as terminologias que são recorrentes nos comentários das redes sociais. Índio nesse contexto se refere ao nativo não civilizado, há uma carga de preconceito naturalizada pelos seus usuários.

se valendo dessa adesão para justificar a sua ofensa ou minimizá-la, jogando ao senso comum. Essa é uma estratégia de legitimação do discurso e da aclamação para a sua adesão.

Os comentários emitidos possuem características linguísticas particulares como o uso de xingamentos e palavras depreciativas. De forma geral, nossos resultados geram indicadores de que o anonimato pode ser um fator de impacto no comportamento dos usuários quando analisamos comentários postados pelos mesmos no contexto de notícias online. Tal situação corrobora estudos realizados na psicologia social que mostram que o anonimato influencia fortemente o comportamento do usuário – online e off-line (REIS ET AL, 2015, p.11).

É importante destacar que essa análise tem como objetivo demonstrar como a população é levada pela corrente discursiva e massiva das redes sociais, da internet, dos meios de comunicação a construir representações do outro e uma forma estigmatizada e etnocêntrica, principalmente, quando os ambientes utilizados para se expressar são menos limitados por regras, de acordo com Zimbardo (1969) os seres humanos se tornam mais hostis ou negativos em um espaço menos limitado por normas sociais.

Ao considerarmos os discursos empreendidos no contexto que estamos refletindo, cabe mensurar o conflito existente entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana. Há um distanciamento da realidade prática do que é a sociedade real e a sociedade virtual. No entanto, não dá para dissociar uma da outra, pois há uma relação de interdependência em que uma influencia sobre a outra e os danos podem ser irreversíveis.

Há também uma intencionalidade dos meios de comunicação em fomentar a desvalorização da figura do indígena, os fatos e acontecimentos são narrados sempre na perspectiva do não indígena. A voz do indígena não aparece em contraposição as narrativas, pelo contrário, são utilizadas para reforçar o ponto de vista do não indígena.

Segundo Melo (2008), os focos das notícias sobre os indígenas são sempre dois, ou o indígena é alvo de violência, ou a violência é praticada por ele. Sabemos que ao focalizar esses dois aspectos a mídia contribui para reforçar imagens deturpadas do indígena. Considerando que todo discurso é carregado de sentido e de ideologias, apresentar socialmente os indígenas sob o foco da violência é uma forma de naturalizá-la quando esses são vítimas e de barbarizá-los quando são autores.

Na perspectiva da análise do discurso, Orlandi (2002), nos mostra como o sujeito é atravessado pela ideologia do seu tempo e ao fazer uso da linguagem. Segundo a autora os discursos carregam em si uma memória discursiva de outros tempos, ou outros sujeitos, mas que ao enunciar, o sujeito tem a ilusão de que seu dizer é seu, mas na verdade são dizeres de outros. A autora chama esquecimento número 1, ideológico: “por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (ORLANDI, 2002, p. 35), quando na verdade, a origem desses discursos está no contexto sócio-histórico em que foram formados.

Queremos ancorar nossa reflexão nesse ponto, no Brasil a sedimentação de uma visão etnocêntrica tem se perpetuado historicamente. A negação da diversidade cultural e de sua importância para o enriquecimento das dinâmicas sociais construiu uma visão negativa das sociedades indígenas e isso pautou a maioria dos projetos de integração nacional. Segundo Silva (2005, p.20): “a ideologia é um instrumento de dominação de classe, porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideias de todos”.

A ideia hegemônica de progresso e desenvolvimento associada a figura do homem branco apregoada na construção do Projeto Juína e colocada em prática no processo de seleção dos colonos para constituir a sociedade ideal permanece no imaginário social, sendo sempre reforçada pela mídia e redes sociais.

As notícias escolhidas e os comentários sobre elas mostram a ideologia etnocêntrica estabelecida na formação da sociedade juinense, indica além de tudo a consolidação desse discurso de inferiorização do indígena no dito e no não dito, assim como, uma reprodução massiva de discursos que refletem a ausência de conhecimento sobre o outro, muito menos a origem desse ódio destinado a ele.

4.4 – Alguns apontamentos para pensar as “Bases Ideológicas” do Bolsonarismo

A repressão cultural e o preconceito institucionalizado contra os indígenas são uma herança que, infelizmente, carregamos do processo colonizador brasileiro. Mas, que ainda é praticada nos dias atuais, inferiorizando e submetendo esses povos a um processo de desumanização, expropriação de direitos e a naturalização da violência por eles sofrida.

A violência simbólica a qual os indígenas são submetidos vem trajada de “verdades” construídas ao longo dos anos numa perspectiva europeizada e etnocêntrica.

Em Juína, a visão de progresso vem sempre associada à figura do civilizador branco, enquanto que o atraso encontra-se nas florestas, nas reservas ecológicas, nas aldeias. Esse discurso é reproduzido cotidianamente em cenas corriqueiras, seja na fila do banco, seja na padaria, seja no espetinho.

Sobre as mesmas cenas que debruço o olhar da pesquisa e enxergo a visão desenvolvimentista, etnocêntrica e carregada de preconceito com a cultura indígena, para muitos, não apenas da população de Juína, mas de modo geral são cenas comuns e refletem uma verdade.

Ouvi alguém (e é uma fala recorrente) dizer que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, não é uma figura pública que agrada com seus discursos porque diz a verdade. Naquele momento, comecei a refletir sobre quais verdades a pessoa se referia e então pude associar os discursos do presidente Jair Bolsonaro àqueles recorrentes socialmente que refletem todo tipo de preconceito ao diferente do que é considerado hegemonicamente bom e bonito.

A figura mística de Bolsonaro foi construída por uma base eleitoral, conservadora, preconceituosa e nutrida pelo ódio. Mas, de onde surgiu esse movimento do ódio? Isso se parece com aquela pergunta de quem veio primeiro o ovo ou a galinha? Se bem observarmos essa base sempre existiu, estava reprimida e achou vazão nos discursos bolsonaristas que passaram a ser replicados deliberadamente, seja por ele, ou por seus filhos.

Atualmente, a validação dos discursos de ódio se encontra centralizada na figura máxima do país, ao mesmo tempo em que sabemos que essa figura só alcançou esse lugar de fala por ser referendado pela sua base eleitoral.

O discurso de ódio ganhou força e alimentou a candidatura e eleição de

Bolsonaro. Em Juína o contexto político demonstrou claramente essa representividade do preconceito na figura de Jair Bolsonaro. De acordo com o TSE, no segundo turno das eleições em Juína tivemos:

- a) Jair Bolsonaro 69,22% - 14,479
- b) Fernando Haddad 30,78% - 6.438 votos

A base bolsonarista em Juína é aquela que além de se identificar com os discursos sobre sociedade e economia, ainda concorda pela intervenção militar. A noção de progresso e desenvolvimento em Juína está muito associada ao militarismo conforme presente na sua abertura e emancipação. Há um grupo considerável de eleitores ligados à chamada bancada BBB (boi, bala e Bíblia), compostos por integrantes do agronegócio, das polícias militares e civis e de uma parcela significativa de evangélicos.

Quem nunca ouviu expressões como “muita terra pra pouco índio”, “lugar de índio é no mato”, “se esses índios querem os mesmos direitos que nós brancos, que sejam como nós”, “índio no mercado? ‘Por que não vão pescar, plantar e colher?’ “índio comprando banana? Mas, e as terras? Eles (os índios) usam a terra pra quê?”, “índio é tudo preguiçoso” entre tantas outras expressões carregadas de estereótipos ainda é muito comum de ser observada no imaginário social e reproduzidas em discursos de parte dos moradores de Juína, ou outras regiões de Mato Grosso que tem parte de sua população constituída por povos indígenas.

Quando falamos sobre o preconceito contra os indígenas parece exagerado, ou até mesmo soa estranho que em pleno século XXI ainda existam pessoas que pensem e expressem suas opiniões carregadas de preconceito tão livremente em diferentes espaços sociais, fisicamente ou nas redes de internet.

Aparentemente, para aqueles que vivem em Juína, no noroeste mato-grossense, frases como as que contextualizamos são corriqueiras, estando presente nos eventos cotidianos como uma ida ao supermercado, a uma lanchonete, a uma loja, a eventos entre amigos ou conhecidos. Esses discursos podem demonstrar o quanto está arraigado a representação do indígena de maneira pejorativa no imaginário social do juinense, acentuando quando se trata do povo Enawene Nawe.

Minha percepção enquanto pesquisadora perpassa a moradora de Juína, residente nessa cidade há mais de sete anos, que ouve, lê e se indigna com tanto preconceito, mas que ao mesmo tempo tenta entender qual a raiz de todo esse ódio ao indígena e, principalmente, ao povo Enawene.

Para isso, busco além das falas, os elementos de quem as pronunciam. Quem fala? Qual o lugar de fala que essa pessoa ocupa socialmente? O que a levou a pensar e a verbalizar esse preconceito com tanta naturalidade?

Vou trazer alguns recortes cotidianos trazendo personagens e cenas reais, porém com dados e informações fictícias, mantendo a discrição e o anonimato dos envolvidos. São narrativas reais de situações que revelam uma imagem estereotipada do indígena, carregadas de preconceito e ódio, cenas que vivenciei direta ou indiretamente no convívio social. Vejamos:

a) Cena 1- O Maior Erro

Qual gestor nunca cometeu um erro? Dificilmente apontar uma gestão que tenha sido impecável em todos os aspectos, sem provocar descontentamento naqueles que estão sob seu comando, ou sua tutela. Algumas vezes, o erro é uma tentativa de acerto, outras vezes, pode ser relativizado, é erro por que e para quem? Porque não favorece a um grupo em detrimento de outro?

Pois bem, vamos ao ocorrido. Em uma conversa corriqueira entre duas amigas o assunto adquire um contexto político local, fazendo análises e comparações dos gestores municipais antigos e atuais, uma delas diz:

___ Sabe, fulano como prefeito fez muito pelos agricultores e pecuaristas, melhorou acesso as estradas rurais e favoreceu o pequeno produtor. Não fez muitas obras urbanas, pois não aceitou se corromper com a política de obras superfaturadas, ou que parte do dinheiro fosse sendo deixado pelo caminho.

Até esse ponto, ambas vinham concordando sobre a postura política do tal gestor citado. No alto da conversa, a mesma que tecia elogios sobre o gestor dispara:

- Porém, fulano cometeu um grave erro! Também abriu estrada para aqueles índios selvagens, o tal dos Enawene Nawe.

A outra amiga questiona: -Mas, qual seria o problema da abertura da estrada?

- Como assim, qual o problema? Dar acesso a cidade praqueles índios problemáticos? O que eles têm que vir cheirar na cidade? Índio tem que ficar na aldeia, não sei pra que querem tanta terra!

- Mas então, você acha que os índios devem viver só na aldeia? Não podem vir para a cidade, ou fazer coisas de branco?

- Não querem ser índio? Índio tem que viver como índio! Agora querem andar de caminhonete, por isso que querem estrada, pra ficarem pra baixo e pra cima gastando combustível que comprou com o dinheiro dos nossos impostos e do pedágio que ficam cobrando na estrada.

- Mas, você não acha que a sociedade indígena pode evoluir?

- Claro que não! Índio que é índio vive como selvagens que são! Não querem manter a cultura? Nem dinheiro não poderia ter, ficam querendo viver como branco, mas tem um monte de privilégios, cometem crime e não tem lei pra eles ...

Nessa altura da conversa, o diálogo já estava acalorado. Cada questionamento incitava o desprezo e a raiva destinada aos indígenas, isso ficava visível na expressão facial, o tom de voz, os gestos corporais. Seguindo o calor da conversa, ela ainda diz:

- Na bíblia você não encontra índios, lá só fala da raça humana! Não sei mesmo porque ainda defendem esses vagabundos!

A conversa já não podia ser considerada como um diálogo, mas sim um desabafo em forma de monólogo, carregado de ódio e preconceito. A personagem utiliza como último recurso argumentativo a exclusão do indígena do contexto bíblico, colocando-o abaixo da linha da humanidade e como um ser desprovido da condição humana e a sua exclusão social não poderia causar impacto ou espanto, sendo assim justificável até mesmo a violência contra esses povos.

Quando chegou nesse ponto, a amiga que ouvia o desabafo já havia entendido que de nada adiantaria questionar, ou tentar demonstrar o quanto aquela fala era carregada de ódio e que não condizia com o argumento cristão utilizado para validar a supremacia branca.

Por outro lado, é possível perceber nas falas o quanto do discurso colonizador foi incorporado por aquela mulher, não havia em nenhum momento

pudor em rotular os indígenas como atrasados e selvagens, sem condições de fazer parte do convívio social junto com a população urbana e não indígena.

Na perspectiva de suas falas, sendo ela branca, financeiramente estável, trabalhadora e pagante de seus impostos não poderia ser obrigada a cruzar nas ruas com indígenas selvagens ou correr o risco de que um entrasse em seu comércio. Mesmo porque há uma distinção real entre indígenas civilizados (dominam a língua portuguesa, as formas de negociação, vestimentas e as regras sociais do não indígena) ou selvagens (que preservam a cultura de seus ancestrais, a língua nativa, segue sua própria lógica de negociação).

Há muito preconceito impregnado socialmente, a aceitação do outro está muito vinculada aos padrões sociais definidos e tudo que destoar disso é considerado errado, impróprio e até mesmo desprezível. Nesse sentido, é preciso compreender que a construção dessa base do ódio vem sendo estruturada há anos, em Juína desde a formação inicial do seu projeto, assim como muitas outras cidades do estado de Mato Grosso. Convido a refletirmos também sobre os riscos a que os povos indígenas estão expostos, pois essa naturalização da violência contra eles e seus territórios são mais evidentes do que nunca.

b) CENA 2- Dia de Mercado

No início de cada mês é muito comum nos supermercados de Juína você encontrar vários grupos indígenas. Nas etnias, além de alguns beneficiários de programas sociais também há muitos indígenas que são servidores públicos, ocupando o cargo de docentes, técnicos de enfermagem, agentes de saúde, todos atuantes em seu aldeamento. Nesse sentido, para otimizar as vindas até a cidade, os indígenas se organizam em grupos para virem receber e fazer compras.

Todas as etnias de Juína têm a prática da agricultura associadas a pesca e/ou extrativismo, inclusive de castanha do Brasil. Alguns grupos são organizados em associações, produzem artesanato, a venda da castanha, produção de mel entre outras formas de adquirirem renda. Pois bem, independente de qual a fonte de renda de cada grupo ou povo indígena é

fundamental o respeito ao direito de ir e vir desses povos e também a maneira como gerem esses recursos financeiros.

Um dia desses, coincidentemente me deparo com uma cena comum, alguns indígenas na sessão das frutas escolhendo bananas, entre outras frutas. Acabei não reparando o que compravam, mas me chamou a atenção o diálogo de duas pessoas que observavam os indígenas fazerem suas compras. Uma delas levanta a questão:

- Você está vendo esse povo comprando banana?

A outra responde espantada:

- Pois é, um absurdo! Índio comprando banana!!! Pra que eles têm aquele monte de terra? Se não plantam nem uma fruta!

- Ah, por isso que digo, esse povo é vagabundo mesmo! Enquanto a gente trabalha e paga imposto, eles só usufruem do nosso suor. Banana é uma fruta que dá até no mato, porque não plantam?

- É muita falta de vergonha!!

Ali se encerrou o discurso, mas não os olhares maldosos e cheios de preconceito, de longe eu observava a reprovação ao simples fato de ver alguns indígenas ocupando um lugar social de branco, o lugar de consumidor.

c) CENA 3 – Fiquem Tranquilos!

Ir ao posto de combustíveis para abastecer seu veículo é uma situação comum no cotidiano de qualquer cidadão, assim eu pensava até o momento em que presenciei uma cena que me mostrou o contrário. Ir abastecer um veículo nem sempre é uma situação comum, ao menos não para todos. Finalzinho de tarde, carro entrando na reserva, fui abastecer, paguei o abastecimento e encostei o carro para ir até a conveniência. Enquanto me deslocava, chegou no pátio do posto algumas camionetes com vários indígenas. Aparentemente, vários deles Enawene Nawe, pude observar pelo corte de cabelo e os adereços tipicamente utilizados por essa etnia. Ao entrar na conveniência, duas ou três pessoas lá dentro, observando o que acontecia no pátio atentamente, pareciam assustados. A moça do caixa interpela:

- Moça, tranca a porta!!!

Sem muito que entender, olhei espantada. Outra pessoa acrescenta:

- Esses índios são perigosos!

Sem muito entender fui comprar o que precisava, normalmente. Outro rapaz, não indígena, entra na conveniência e percebendo o silêncio e o olhar espantado daquelas pessoas olhando para fora diz:

- Fiquem tranquilos, o pessoal está comigo. Estávamos em uma reunião com as lideranças indígenas da região, são todos líderes indígenas.

Observei a mudança no comportamento dos que estavam ali presentes. Paguei o que tinha comprado e saí da loja refletindo sobre a justificativa do rapaz que acompanhava os indígenas. Sem ninguém falar nada, sem comentários antes e depois de sua fala, como se de um momento estático tudo voltasse a normalidade.

Por que os indígenas não ofereceriam perigo? Por que seriam líderes indígenas ou por que estavam acompanhados de um homem branco? No relatório de violência contra os povos indígenas levantados pelo Conselho Missionário Indígena – CIMI, as populações indígenas estão vulneráveis a expropriação de seus direitos e expostas a violência, seja pela exploração dos recursos naturais existentes em seus territórios, seja pela falta de políticas públicas que primem pela preservação da vida desses povos.

As análises dos dados e das informações sobre as violências contra os povos indígenas no Brasil explicitam que forças políticas e econômicas reacionárias e fascistas assumiram o controle do Estado e, por dentro dele, determinam que a sua ambição prevalecerá – com a lei, apesar da lei ou contra a lei. Os seus interesses parecem se sobrepor aos direitos humanos, ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos. E se contra eles não forem colocados limites, a corrosão nas estruturas democráticas será tão grande que nada subsistirá. (CIMI, 2018)

Nessa perspectiva, o CIMI lança uma alerta mediante esse contexto político no que se refere à manutenção da vida desses povos indígenas e de sua preservação, destacando que será necessário que todas as forças democráticas e de direitos humanos estejam atentas as movimentações e que, criem mecanismos de proteção, principalmente em locais de recente colonização e em franca expansão.

* . * . *

Tendo em vista os aspectos que já pontuei, Mato Grosso possui muitos projetos de colonização em sua fase de expansão. Juína é um desses projetos ainda em andamento e tem como agravante um vasto território indígena, bem como reservas florestais que compõem 60% do território total do município, territórios que são alvos de interesses que vão desde a exploração mineral, vegetal, ou até mesmo como ampliação dos territórios para expansão econômica. Sobre isso, recentemente houve um caso ocorrido no território Enawene Nawe que aponta para o problema da expansão econômica:

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ POVO: ENAWENÊ-NAWÊ
TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira DESCRIÇÃO:
Um trabalhador contratado para derrubar árvores em uma terra indígena foi condenado a pagar multa ao entrar com uma ação na justiça após um acidente de trabalho. Ele contou que foi contratado em 2018 para derrubar 400 alqueires de mata nativa na região de Rio Preto. Pelo serviço, receberia R\$ 3 mil por mês sob a ordem de realizar o trabalho a longo prazo para não chamar a atenção dos órgãos de fiscalização ambiental. Doze dias depois do início do serviço, entretanto, o trabalhador foi atingido por um tronco e sofreu traumatismo craniano, ficando impedido de continuar o trabalho. Após sair do hospital, ele teria procurado os contratantes, que teriam negado ajuda, alegando não o terem contratado. Em depoimento, o trabalhador admitiu saber que estava praticando crime. Com informações de: G1/MT, 29/3/2019

Esse é um dos casos apontados pelo relatório do CIMI, porém não houve destaque nos jornais regionais ou locais. Não é de interesse divulgar situações como essa que posiciona os ataques ao território Enawene Nawe. Os discursos, as informações são seletivas e apontam sempre para a construção de um cenário em que o vilão é sempre o indígena. E como essa imagem do indígena problemático já foi associada aos Enawene Nawe qualquer situação que possa ocorrer apontará sempre o problema para eles.

É lamentável perceber que vivenciamos um contexto social na eminência de conflitos violentos e que, a lei do mais forte, do dominador se sobrepuja sobre nossos povos originários e que, pior ainda, tem a chancela de um governo que não respeita a diferença. Ter discursos de ódio fundamentando ações de figuras públicas como o líder máximo da nação e seus ministros é sim muito preocupante, demonstra o desrespeito a diversidade étnica e cultural de nosso

país, por outro lado, banaliza a violência e a expropriação de direitos desses povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES

O percurso dessa pesquisa nos levou a compreender os conflitos estabelecidos entre indígenas e não indígenas a partir do projeto desenvolvimentista empreendido pelo Regime militar na década de 1970 e suas consequências para o grupo étnico Enawene Nawe. Constatamos que o projeto desenvolvimentista “Projeto Juína” foi alicerçado pela violência física e simbólica do estado sobre os grupos indígenas e que esta violência se reproduz ainda nos dias de hoje a partir das representações que os não indígenas construíram sobre os indígenas e sobre sua relação com o desenvolvimento, exaltando os indígenas como atraso e representando o colono branco como o empreendedor do progresso.

A partir do Golpe Militar em 1964, Mato Grosso passou a fazer parte dos programas de desenvolvimento econômico brasileiro. As estratégias geopolíticas levaram em conta os potenciais hídricos, minerais, siderúrgicos e madeireiros, desconsiderando as questões socioambientais. Os objetivos expansionistas para o estado traziam a produção agrícola como carro chefe, para isso foram criados programas de desenvolvimento regionais e setorializados, bem como os projetos de colonização foram em sua maioria coordenados pela iniciativa privada.

Ao se sobrepôr a colonização oficial e espontânea pela colonização privada fortaleceu as bases para uma agricultura voltada para os moldes capitalista.

Esse modelo de ocupação territorial da Amazônia teve como “embrião” uma lógica economicista para integrar o estado a economia nacional e internacional, porém sem preocupações com as questões ambientais e sociais.

Nesse contexto de expansão das fronteiras agrícolas o avanço do capitalismo foi inserido a partir do processo de modernização do campo. Esse avanço desconsiderou as populações nativas e suas formas de produção, também lançou mão de um modelo de agricultura baseada nos moldes sulistas, tanto nas culturas, quanto na tecnologia.

Por outro lado, esse projeto de progresso e desenvolvimento de um estado economicamente produtivo custou populações indígenas inteiras, assim

como explorou o trabalhador que migrou com a esperança de conseguir o acesso a terras, mas que acabou se tornando mão de obra barata para os colonos.

As relações de poder e dominação capitalista direcionaram o uso da terra que foi mantida como improdutiva para servir de reserva patrimonial em favor das classes dominantes, ou seja, o “processo de acesso à terra pública e/ou devoluta na Amazônia e a violência praticada contra os povos indígenas, os colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na região e as políticas de incentivos fiscais que permitiram a implantação dos grandes

Ainda sobre o processo histórico de construção do Projeto Juína como parte das ações de integração do noroeste de Mato Grosso ao projeto nacional militar desenvolvimentista fica evidenciado o papel da CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso nessa integração e na constituição do Polo Regional de Juína, bem como os sujeitos, discursos e conflitos que surgiram a partir da ocupação desse território e dos diferentes interesses econômicos que o envolvia.

A concepção de território vazio era baseada na perspectiva da produtividade capitalista, porém povoado por populações indígenas que sofreram diretamente os impactos dessa ocupação territorial por meio da instauração de uma necropolítica de desvalorização da vida e espoliação dos direitos.

Vale lembrar que o ideal de formação social colonial da sociedade brasileira baseada na branquidade era e ainda é dominante. Constitui-se em critérios para a definição de uma estética social que desvaloriza tudo o que difere da branquitude, ou seja, o negro, o indígena, o mestiço são associados a estereótipos inferiorizados.

O enaltecimento das características de um grupo social em detrimento de outro compõe o quadro descritivo que se formou nos quarenta anos do projeto Juína, o ser altivo do Sul que trouxe o progresso e o desenvolvimento ao noroeste mato-grossense em plena floresta amazônica. Aquele que cumpriu ao chamamento da ordem nacional para a integração nacional do território até outrora considerado vazio e improdutivo frente ao bárbaro e selvagem nativo.

O desenvolvimento, representações da branquitude e decolonialidade no contexto do Projeto Juína são conceitos básicos para compreendermos como a construção dessa base do ódio vem sendo estruturada há anos, em Juína desde a formação inicial do seu projeto, assim como muitas outras cidades do estado de Mato Grosso. Essa pesquisa, portanto, tem um caráter de denunciar atrocidades cometidas aos povos indígenas e ao mesmo tempo um convite a refletirmos sobre os riscos a que os povos indígenas estão expostos, pois essa naturalização da violência contra eles e seus territórios são mais evidentes do que nunca.

A repressão cultural e o preconceito institucionalizado contra os indígenas são uma herança que, infelizmente, carregamos do processo colonizador brasileiro. Mas, que ainda é praticada nos dias atuais, inferiorizando e submetendo esses povos a um processo de desumanização, expropriação de direitos e a naturalização da violência por eles sofrida. A violência simbólica a qual os indígenas são submetidos vem trajada de “verdades” construídas ao longo dos anos numa perspectiva europeizada e etnocêntrica e é utilizada para justificar os demais tipos de violências a que essa população é exposta.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (Homo sacer III). São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. **Estado de exceção e genealogia do poder**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, [S.l.], v. 108, p. 23-39, jan.-jul. 2014. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2014v108p21>. Acesso em: 16 jul. 2014.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua** I. 2. ed. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2010a.

ALMEIDA, Juliana de. **Alta tensão na floresta: os Enawene Nawe e Complexo Hidrelétrico Juruena**. 2010. 108 f. Monografia de Especialização do Curso de Especialização em Indigenismo do Programa de Pós- graduação da OPAN – Operação Amazônia Nativa. Curitiba, 25 de Abril de 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, 1983.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: BARTH, Frederik. LASK, Tomke (org.). **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford, Rio de Janeiro: Contracapa, ([1969]) 2000. p. 25-67.

BECKER, Bertha K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. *In*. MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. 2ª ed. rev. aum. – Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140

BIGIO, Elias. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007

BOURDIEU, Pierre **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural**. Editora Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Biblioteca jurídica virtual. Disponível em: <www.cjf.jus.br/biblioteca/>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. Decreto de 02 de outubro de 1996. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Enawenê-Nawê, localizada nos municípios de Juína, Comodoro e Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 out. 1996. Seção 1, p. 19832.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. **Documento Oficial da União de 12 de julho de 1991**. p. 13840-13841.

BRASIL. MPF em Juína Questiona IBAMA – SEMMA DNIT sobre impactos da BR 174 sobre terras indígenas. **Câmara de Coordenação e Revisão – Boletim de Notícias. Edição 92/2013**.

BRASIL. **Portaria de Interdição da Área Indígena Salumã**, de nº PP/3544, de 19 de outubro de 1987.

BUSSATTO, Ivar Luiz V. *et al.* Relatório: Estudos das Potencialidades e do Manejo de Recursos Naturais na Área Indígena . Operação Anchieta – OPAN. **Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal**, Amazônia e Cerrado. Cuiabá, 1995.

CÃNAS, Vicente. **Diários de Campo. Volumes 1 a 3**. Mimeo, 1977 a 1987.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais** (mesorregião Campo das Vertentes). UFSJ - XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).

_____. **Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável**. In ZHOURI, Andréa., LASCHEFSKI, Klemens., PEREIRA, Doralice. Barros (org). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 April 2015.

CASTRO **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CHORMIAK, André Willian. **O Conflito agrário na demarcação das terras indígenas dos Enawene Nawe**. 2010. 63 f. Monografia Graduação do Curso de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 25 de novembro de 2010.

COSTA, M. P.; Silva, S. E. da; BORGES, C. L. **Estudo complementar complexo Juruena**. Processo FUNAI nº. 08620.0407/2003. Brasília, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1986.

DOCUMENTO ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA. Complexo Juruena: Diagnóstico Antropológico e do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural. V. 1, 2003.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FILHO, Eduardo Gomes. **A Amazônia e o Plano de Integração Nacional: os Projetos de expansão e o avanço capital nas sociedades tradicionais**. Revista tempo Amazônico. V 03 n2, p. 136-152. Junho de 2006

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo, Loyola, 1996, p.79.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

_____. **Genealogia del racismo**. La Plata: Altamira, 1996.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas.; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, v.14, n.28, p.139-152, mai./ago. 2004

_____. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, v.14, n.28, p.139-152, mai./ago. 2004

FUNAI. **Mapa Terras Indígenas e Hidrelétricas no rio Juruena**. 2008.

FUNAI. **Mapas indígenas de Mato Grosso**. 2010.

FUNASA. **Crescimento Demográfico**. Censo 2010.

FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. RJ: Ed. Saga, 1983.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1980.

GOOGLE MAPS. Mapas do Território EnaweneNawe. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Enawenê-Nawê,+MT/@-12.2486409,-58.6729419,357816m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x93ba574d7b2a7fb1:0xc7261b6f625e06a1!8m2!3d-12.1850056!4d-59.1936493> Acesso em : 30/11/2018

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Cadernos do Cárcere – Volume 3 Maquiável Notas sobre Estado e Política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, Ebook, 2017

GUIMARÃES NETO, Regina. **A lenda do ouro verde**. Campinas: Dissertação-UNICAMP, 1986.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 140p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11).

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1979.

ÍNDIOS ISOLADOS recebem expedição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, agosto de 1974, p. 8. J., Ed. Relume - Dumará, 2004.

IORIS, Lidio. **Juiná a Rainha da Floresta- 30 anos de Amazônia**. São Paulo, All Print Editora, 2009.

IPEADATA. **Dados sobre Produção Agrícola Regional**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 7/11/2018

JAKUBAZKO, Andrea. **Imagens da Alteridade: um estudo da experiência histórica dos Enawene Nawe**. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC/SP, 2003.

_____. (coord.). **Dossiê IPNAH – Yaõkwa Povo**. Cuiabá: OPAN - Operação Amazônia Nativa, [2006?].

JOANONI NETO _____. **A Terra do Sonho. Igreja e Ocupação no Mato Grosso Após 1970**. Memória da Reconstrução da Vida Privada. Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História, p. 214-221, 2003.

_____. **Fronteiras das crenças: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: EdUFMT/Carlino&Cianato, 2007

JOANONI NETO, Vitali. **Amazônia na década de 1970**. A fronteira sob o olhar do migrante. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 186 - 206, jan./jul. 2013.

JUÍNA. **Lei Municipal nº 986/2007**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o repasse financeiro à APRUR, a título de ajuda de custo para o desenvolvimento de ações de interesse coletivo e dá outras providências.

_____. **Mensagem do gabinete do prefeito** de 26 de novembro de 2007.

KAYSER, Hartmut-Emanuel. **Os direitos dos povos indígenas do Brasil – desenvolvimento histórico e estágio atual.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2010.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito Antropológico.** 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2001

LEMOS A. Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva. In. LEMOS, A. (org). **Cibercidade. As cidades na cibercultura.** Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2008a. Disponível em: acesso em: 8 dez. 2012.

LIBURDI, Duílio. Dom Antônio convida Padre Duílio para dar uma palavra. **O poder noticioso.** Juína, segunda quinzena de maio de 1988, p.8.

LISBÔA, Thomaz de Aquino. **Diário de campo,** Thomaz de Aquino Lisbôa, “Jaúka” - : Primeiros Contatos. São Paulo: Edições Loyola, [1985] 2010.

LITTLE, Paul Elliot. **Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização.** Textos de história. Revista de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília, v.2, n.4, p.5-25, 1994.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo.** Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2014.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica.** Arte & Ensaios, 32(1):122-151, 2016.

MELO, Patrícia Bandeira de. **O Índio na Mídia: Discurso e Representação Social.** Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970,** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas 2018

MOURA, Fabrício Alves Estephânio De. **Povo Enawene Nawe: Terra, Cultura e Ambiente. Consequências dos Impactos Socioambientais da Alteração do Entorno da Terra Indígena.** Dissertação de Mestrado - PósGraduação em Ciências Ambientais, UNEMAT – Cáceres, 2014.

NANNINI, Felix. ET AL. Projeto Diamante Brasil – Áreas Kimberlíticas e Diamantíferas do Estado de Mato Grosso – **Informe de Recursos Minerais na Geologia do Brasil – Série Pedras Preciosas,** nº 12, Brasília, 2017.

NEGOCIO, Carla Daniela Leite. **A violência física e cultural durante o regime militar**. ARACE, Direitos Humanos em Revista. Ano 4, nº 05, fevereiro de 2017.

OLIVEIRA VIANNA. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Editora Senado Federal, 1999.

_____. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**, SP: Pontes, 4ªed. 2002.

PASSOS, Messias Modesto. Et.al. **Evolução da fronteira agrícola no centro-oeste do Mato Grosso**. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p 67-85, jan./jun. 2006

PINHEIRO FILHO, Isaias de Almeida. **Aspectos conceituais das terras devolutas**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 23 set. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.56808&seo=1>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar**. Brasil de fato, 2012.

QUIJANO, Anibal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Dossiê América Latina. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), 2005.

REIS, Júlio, Goncalves, Pollyanna, Miranda, Lucas, Prates, Raquel, and Benevenuto, Fabrício. (2015a). **A percepção dos usuários sobre a utilização de análise de sentimentos como apoio a seleção de notícias**. In Proceeding softhe XIII Brazilian Symposium on Human Factors in Computing System. Sociedade Brasileira de Computação, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Fany Pantaleoni. **Povos Indígenas no Brasil**. Centro Ecumênico de Informação – CEDI - São Paulo, 1991. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Edição do Autor, 1978.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção** (Parte I). **Revista Mana**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

SANTI, Rejane Pereira. **A ação da CODEMAT na colonização oficial de Mato Grosso: Revisitando o Projeto Juína.** Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2016.

SANTOS, Gilton Mendes dos. **Seara de homens e deuses: uma etnografia dos modos de subsistência dos Enawene Nawe.** 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UNICAMP – Biblioteca Central Circulante, Campinas. 2001.

SANTOS, Gilton Mendes; SANTOS, Geraldo Mendes. **Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene Nawe-Nawe.** Tellus, ano 8, n. 14, p. 39-59, Campo Grande, MS. 2008.

SANTOS, Júlio Cesar dos. **A Fronteira Noroeste: Entre Colonos e Garimpeiros de Juína – MT.** Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Rio Grande do Norte, 2013, p. 138-154.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “branco”, o “encardido” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEEGER, Antony, CASTRO, Eduardo B. Viveiros. Terras e Territórios Indígenas no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro. p. 101-109, 1979.

SILVA, Jovam Vilela. **Mobilidade populacional na fronteira oeste de colonização.** Cuiabá: KCM, 1998.

_____. **Tempo e espaço entre os Enawene Nawe-Nawe.** Revista de Antropologia, v. 41, n. 2. p. 21-52, 1998.

SILVA, Marcio. **Relações de Gênero entre os Enawene Nawe-Nawe.** Tellus, ano 1, n. 1, p. 41-66, out. 2005.

SOUZA, Rogerio Luiz. **A reforma social católica e o novo limiar capitalista.** Tese Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2001.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2009.

_____. **Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil.** In V. Ware (org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo** (V. Ribeiro, trad., pp. 363-386.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

STEYN, Melissa. **Novos matizes da “branquitude”:** a identidade branca numa África Sulmulticultural e democrática. In Vron Ware (org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo** (V. Ribeiro, trad., pp. 115-137.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e luta.** Petrópolis: Vozes, 1993.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A questão do outro.** São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VAINER, Carlos Bernardo. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: **Workshop Social Movements in the South, Center for International Affairs**, Harvard University, 16 a 18 mai. 2002, p. 1-24.

_____, Carlos Bernardo. **O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes.** Rio de Janeiro, 2003.

ZIMBARDO, Philip George. **The human choice: Individuation, reason, and order versus de individuation, impulse, and chaos.** In Nebraska symposium on motivation. University of Nebraska press.1969.

ZORTHÊA, Katia Silene. **Daraiti Ahã: Escrita Alfabética Entre Os Enawene Nawe.**2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2006.